ISSN 2317-6350

DOUTRINA MILITAR TERRESTRE em revista

Publicação do Exército Brasileiro | Ano 007 | Edição 018 | Abril a Junho de 2019



- AS BASES DO PENSAMENTO DOUTRINÁRIO
- A OBTENÇÃO E O GERENCIAMENTO DE INTELIGÊNCIA NA *UNIFIL*
- OPERAÇÃO ACOLHIDA: A MAIOR OPERAÇÃO HUMANITÁRIA NO BRASIL
- OPERAÇÕES VARREDURA: O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS NOS PRESÍDIOS
- O PAPEL DA COORDENAÇÃO CIVIL-MILITAR NA PROTEÇÃO DE CIVIS EM OPERAÇÕES DE PAZ
- REGIMENTO SOLON RIBEIRO: A MODERNIDADE DA CAVALARIA MECANIZADA ADVINDA DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

MENSAGEM DO COMANDANTE DE OPERAÇÕES TERRESTRES

Caro Leitor,

O Exército Brasileiro (EB) continua em seu processo de transformação, do qual a doutrina é um importante vetor, condicionado, momentaneamente, pela necessidade de priorizar a aplicação de recursos, financeiros e meios, nas atividades de preparo e emprego da Força Terrestre (F Ter), sem perder o foco na imperativa manutenção de uma efetiva capacidade de prontidão permanente, razão essencial para a existência de nossa instituição.

Nesse sentido, o COTER, como Órgão de Direção Operacional (ODOp), conduz um estudo com o fim de reavaliar as tropas previstas para a adjudicação nas diversas hipóteses de emprego, de modo a concentrar o preparo em consonância com o previsto na Concepção Estratégica do Exército e nas recentes diretrizes expedidas pelo Comandante do Exército para 2019. Já no próximo ano, as Forças de Emprego Estratégico (FEE) irão experimentar uma nova metodologia de preparo de suas tropas subordinadas.

Com o objetivo de ampliar a capacidade de gerar a consciência situacional prevista para o Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT), estamos também trabalhando para efetivamente operacionalizar o Sistema de Informações Operacionais da Força Terrestres (SINFOTER), a fim de integrar, em um banco de dados multissetorial, diversas informações necessárias para auxiliar o Comando e Controle da F Ter na tomada de decisão.

A Chefia de Missão de Paz, Aviação e Inspetoria Geral de Polícias Militares prossegue no acompanhamento de missões de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas. Recentemente, o EB foi convidado a colaborar com uma equipe de especialistas em combate, em ambiente de selva, na Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). Atualmente, treze militares brasileiros estão em preparação específica para prestar assessoramento a mais de 15 mil *peacekeepers*, de diferentes países, componentes daquela missão no continente africano.

Concluímos, por intermédio do C Dout Ex, em completa sinergia com o Estado-Maior do Exército e o Comando Militar do Sul, os estudos iniciais para a formulação conceitual de um projeto que venha atualizar/modernizar, em curto prazo, os meios blindados da F Ter. Superar o hiato tecnológico, buscando soluções logísticas domésticas, tem sido uma tendência mundial observada nos principais exércitos do mundo. O combate convencional volta a ter prioridade na previsão dos conflitos, e os meios blindados são essenciais para qualquer estratégia de dissuasão.

Em sua décima oitava edição, a Doutrina Militar Terrestre (DMT) em Revista vem cumprindo o seu importante papel de divulgar informações de cunho profissional-militar para todos aqueles que se relacionam com um dos principais sistemas da F Ter: preparo e emprego.

Em nosso aprimoramento contínuo, estamos buscando temas da atualidade, em especial os relacionados às operações correntes e às recém-concluídas, a fim de obtermos e divulgarmos as melhores práticas e lições aprendidas.

É com satisfação que prefacio a presente edição, agradecendo a colaboração dos nossos articulistas, ao mesmo tempo em que encorajo a divulgação deste periódico, por parte de nossos leitores, uma vez que o êxito do desenvolvimento doutrinário é fruto de um esforço coletivo.

Uma boa leitura!

Gen Ex José Luiz Dias **Freitas**
Comandante de Operações Terrestres



EDITORIAL

A equipe editorial da Doutrina Militar Terrestre em Revista, produzida pelo Comando de Operações Terrestres, por meio do Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex), sente-se honrada em levar aos seus leitores mais uma edição - a décima oitava - deste periódico de assuntos de natureza militar.

Abrindo a edição, o Coronel Serrano faz uma reflexão a respeito das bases do pensamento doutrinário vigente no Exército Brasileiro. O autor destaca o quão inovador, em matéria de doutrina, foi o Exército Brasileiro ao implementar um modelo de operações descentralizado no nível brigada em vez de continuar limitado ao modelo vigente na OTAN, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, no qual as operações eram concentradas no nível divisionário.

Em seguida, o Coronel Kanaan escreve sobre a Operação Acolhida. O autor faz um relato histórico dos antecedentes que culminaram com a migração em massa ocorrida desde a crise na Venezuela. Analisa os impactos sociais e econômicos que o fluxo migratório tem provocado no Brasil, mais especificamente, no estado de Roraima. Destaca as experiências positivas e o legado para as Forças Armadas brasileiras.

Na sequência, o Coronel Valença discute a coordenação civil-militar na proteção de civis em operações de paz. O autor descreve como esse assunto vem sendo tratado por outros exércitos e no âmbito do sistema ONU (Organização das Nações Unidas). Destaca, ainda, a falta de coordenação entre os níveis tático e operacional durante as operações, alertando para o problema de relacionamento entre civis e militares e a falta de capacidade de certos contingentes de realizar a proteção de civis, sendo alvo de críticas da própria ONU.

A seguir, o Tenente-Coronel Luis Antonio escreve sobre a Operação Varredura, destacando o emprego das Forças Armadas brasileiras nos estabelecimentos prisionais localizados no Comando Militar da Amazônia. O autor evidencia os aspectos relevantes da operação e os ensinamentos colhidos, trazendo à tona reflexões sobre o emprego conjunto das Forças Armadas junto aos órgãos de segurança pública.

Ao abordar a coordenação da obtenção e do gerenciamento de inteligência na Força Interina das Nações Unidas no Líbano, o Capitão Victor Almeida relata que o sistema ONU, em linhas gerais, nem sempre foi favorável à coleta de informações nas operações de paz. No entanto, defende a importância da utilização dessas informações para as operações. O autor compara o sistema de gerenciamento das informações de inteligência praticado nas doutrinas norte-americana e espanhola com o modelo utilizado pelas forças brasileiras.

Encerrando a edição, o Major Benzi aborda os benefícios auferidos pela cavalaria mecanizada a partir dos Programas Estratégicos do Exército SISFRON e GUARANI, especialmente nas funções de combate comando e controle e manobra. O autor, que possui larga vivência em tropas mecanizadas, relata suas experiências como oficial de operações do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado, Regimento Solon Ribeiro, sediado em Amambai-MS, a "unidade piloto" na implantação desses projetos estratégicos na fronteira oeste. O major destaca as mudandaças ocorridas no preparo e no emprego da tropa, bem como a contribuição com o desenvolvimento doutrinário, impactando diretamente no sucesso das operações conduzidas pela brigada Guaicurus na faixa de fronteira.

Esperamos que os temas suscitem o debate por parte dos nossos leitores, razão de ser do nosso trabalho, e que sugestões sejam encaminhadas para dmtrevista@coter.eb.mil.br ou diretamente para os autores, cujo e-mail está disponível no início de cada artigo.

Sentimo-nos orgulhosos do elevado padrão dos artigos produzidos e agradecemos a valorosa colaboração que todos os articulistas realizaram em prol da doutrina, na certeza de novas participações nas futuras edições.



"CENTENÁRIO DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL, 1919/1940: VETOR DE PROFISSIONALIZAÇÃO EM NOSSO EXÉRCITO"



COMANDANTE DE OPERAÇÕES TERRESTRES
General de Exército José Luiz Dias **Freitas**

CHEFE DO CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
General de Brigada **Hertz** Pires do Nascimento

CONSELHO EDITORIAL
General de Brigada **Hertz** Pires do Nascimento
General de Brigada Haroldo **Assad** Carneiro
Coronel Rodrigo Batistuta **Samper**
Coronel Silvio Renan Pimentel **Betat**

EDITOR-CHEFE
General de Brigada Haroldo **Assad** Carneiro

EDITOR-ADJUNTO
1º Sargento Erisvaldo Gonçalves de **Oliveira**

SUPERVISOR DE PRODUÇÃO
General de Brigada Haroldo **Assad** Carneiro

REDAÇÃO E REVISÃO
Coronel Rodrigo Batistuta **Samper**
Coronel Silvio Renan Pimentel **Betat**
Capitão **Risalva** Bernardino Neves
2º Tenente **Brunna** Guedes Marques de **Lima**
Aspirante a Oficial Laura Deusana Lopes **Dantas**
1º Sargento Erisvaldo Gonçalves de **Oliveira** Rocha

PROJETO GRÁFICO
Soldado **Douglas** Henrique de Jesus Macedo

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL
Soldado **Douglas** Henrique de Jesus Macedo

IMPRESSÃO GRÁFICA
EGGCF – Gráfica do Exército
Al. Mal. Rondon s/nº - Setor de Garagens
Quartel-General do Exército
Setor Militar Urbano
CEP 70630-901
Brasília – DF
Fone: (61) 3415 4248/5815
RITEX: 860 4248/5815
www.eggcf.eb.mil.br
divcom@eggcf.eb.mil.br

TIRAGEM
2.000 exemplares (circulação no país e no exterior)

DISTRIBUIÇÃO
Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx)

VERSÃO ELETRÔNICA
Portal de Doutrina do Exército: www.cdoutex.eb.mil.br
portal.cdoutex@coter.eb.mil.br
Biblioteca Digital do Exército: www.bdex.eb.mil.br

CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
Quartel-General do Exército – Bloco H – 3º Andar
Setor Militar Urbano
CEP 70630-901
Brasília – DF
Fone: (61) 3415 5014/4849/6977
RITEX: 860 5014/4849/6977
www.cdoutex.eb.mil.br

Envie a sua proposta de artigo para:
dmtrevista@coter.eb.mil.br

Ano 007, Edição 018, 2º Trimestre de 2019

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

SUMÁRIO

AS BASES DO PENSAMENTO DOUTRINÁRIO
Cel Serrano 6

OPERAÇÃO ACOLHIDA: A MAIOR OPERAÇÃO CONJUNTA-INTERAGÊNCIAS E DE NATUREZA HUMANITÁRIA NO BRASIL
Cel Kanaan 10

O PAPEL DA COORDENAÇÃO CIVIL-MILITAR NA PROTEÇÃO DE CIVIS EM OPERAÇÕES DE PAZ
Cel Valença 30

OPERAÇÕES VARREDURA: O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
TC Luis Antonio 44



Foto de Capa: arquivos do CCOMSEx
Descrição: mosaico com fotos de blindados da Força Terrestre.
Autor: Sd Douglas

A COORDENAÇÃO DA OBTENÇÃO E O GERENCIAMENTO DE INTELIGÊNCIA NA *UNIFIL*
Cap Victor Almeida
52

REGIMENTO SOLON RIBEIRO: A MODERNIDADE DA CAVALARIA MECANIZADA ADVINDA DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO
Maj Benzi
62



As ideias e conceitos contidos nos artigos publicados nesta revista refletem as opiniões de seus autores e não a concordância ou a posição oficial do Exército Brasileiro. Essa liberdade concedida aos autores permite que sejam apresentadas perspectivas novas e, por vezes, controversas, com o objetivo de estimular o debate de ideias.

AS BASES DO PENSAMENTO DOUTRINÁRIO

Coronel Marcelo Oliveira Lopes Serrano

O Coronel de Cavalaria Serrano presta serviço como tradutor da Biblioteca do Exército (BIBLIEX). Foi declarado aspirante a oficial em 1977 pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), estabelecimento de ensino superior do qual foi instrutor. Dentre os cursos realizados no país, destacam-se o de Aperfeiçoamento de Oficiais e o de Comando e Estado-Maior, tendo sido instrutor deste último. Possui também os cursos de Comandos e de Guerra na Selva. No exterior, cursou o Collège Interarmées de Défense, em Paris, e foi adjunto do adido do Exército na Embaixada do Brasil em Washington. Comandou o 3º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (Brasília) e o 3º Regimento de Carros de Combate (Rio de Janeiro). Escreveu diversos artigos sobre doutrina e liderança. Passou para a reserva remunerada do Exército em agosto de 2008 (serrano572@hotmail.com).



Por ser um processo intelectual com fins práticos, a elaboração doutrinária no Exército Brasileiro (EB) deve satisfazer tanto ao rigor das ideias quanto à objetividade pragmática. A elaboração da doutrina militar requer bases sólidas. Nesse sentido, ela pode ser bem exemplificada pela fábula do lobo que, com seu sopro, derrubou as casas sumariamente construídas de palha e paus pelos dois primeiros porquinhos, mas não a feita de tijolos pelo diligente e prático terceiro deles.

Afastado há mais de dez anos do serviço ativo e dos debates internos no EB, não me sinto capacitado para tratar concretamente de qualquer assunto doutrinário específico, mas considero-me qualificado para falar do processo de elaboração em si, pois este deve alicerçar-se em solo firme e, portanto, imune à inconstância de ventos momentâneos e à mutabilidade dos terrenos movediços [1]. Ou seja, os requisitos do processo devem requerer a marca da perenidade: consistência de pensamento, objetividade e pragmatismo.

Motivei-me a escrever esse pequeno artigo ao ler na revista *Doutrina Militar Terrestre* do COTER, de abril a junho de 2018, uma alusão a conflitos de 4ª Geração, ideia advinda da noção de Guerra de 4ª Geração, proposta em quatro artigos (e alterada em cada um deles) publicados entre 1989 e 2004 por William Lind, com a cooperação de outros autores. Ora, quem quer que se dedique a analisar séria e detalhadamente essa noção concluirá por sua falsidade. Fiz isso há alguns anos e o resultado foi um artigo analítico publicado na Coleção Meira Mattos da ECEME [2]. Aludir a ela, portanto, não me parece cabível em qualquer estudo doutrinário sério, a não ser que um simples nome novo (e nem tão novo assim), atrativo certamente, mas desprovido de verdadeiro conteúdo, seja o bastante para satisfazer nossas exigências intelectuais, o que considero de todo inadequado em função de sua vacuidade.

Não há nada de novo no que passarei a apresentar.

Estudos doutrinários, por serem de certo modo uma pesquisa, requerem método e rigor intelectual e, por possuírem finalidade prática, precisam atender aos critérios de necessidade, pertinência e factibilidade. Teorias não são verdadeiras simplesmente por terem sido propostas, ideias e práticas externas não são diretamente reproduzíveis, já que elaboradas em atendimento a necessidades distintas das nossas.

O general Dionísio Cerqueira, em suas Reminiscências da Guerra do Paraguai, cita o indeferimento de Caxias a seu pedido para estudar na Europa, a que ele, capitão na época, julgava fazer jus em virtude de sua classificação de final de curso: com um sorriso no rosto, Caxias lhe disse que o que ele queria mesmo era se divertir em Paris.

Pensava, como penso ainda hoje, que há grande vantagem para os nossos oficiais em aprenderem nos centros militares mais adiantados do Velho Mundo. Ele, porém, sabia que era possível ser o maior general de um hemisfério sem sair da pátria e julgava os outros por si [3].



Atualmente, a vantagem percebida por Dionísio Cerqueira é amplamente usufruída por inúmeros oficiais, mas convém tomar cuidado para não cairmos em erro diametralmente oposto ao de Caxias: julgar que tudo que se aprende lá fora ou que de lá venha seja bom e pertinente. Lá também se produzem superficialidades e algumas bobagens, William Lind que o diga.

Quando pensou com a própria cabeça, com a vista voltada para nossas condições e necessidades, o EB foi inovador em matéria de doutrina. Isso, de modo algum, significou ter dado as costas ao que ocorria nos principais exércitos do mundo na época. Por haver percebido que o exemplo estrangeiro não nos era adequado (a pesada organização doutrinária, tanto das divisões francesas após a Primeira Guerra Mundial quanto das americanas após a Segunda, era incompatível com a realidade de nossa rede viária, de nossa capacidade financeira, da dimensão da Força Terrestre e de sua cultura organizacional), o EB, na virada dos anos 1960/1970, reduziu o nível da autonomia tática, ou seja, da combinação de armas e serviços, propiciando assim a descentralização das operações. Em vez de continuar a limitá-la ao nível divisionário e superiores, como era a norma da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) à época, passamos a fazê-lo no nível brigada, atribuindo às divisões o caráter de comando de enquadramento, o que lhes aligeirou a estrutura e lhes flexibilizou o emprego. Foi essa a origem de todos os tipos de brigadas e das divisões que temos hoje [4]. Nos últimos vinte anos, temos visto os principais exércitos do mundo adotarem mudanças semelhantes em virtude das exigências do combate moderno.

Não há necessidade de se alongar em demasia na exposição desse ponto de vista, porque não há, de fato, muito o que falar a esse respeito: é preciso analisar racional e friamente, com base em nossas especificidades, o que se aprende lá fora. A validade de conceitos e ideias necessita ser examinada em sua consistência lógica, e as práticas doutrinárias precisam ser avaliadas quanto à pertinência a nossas reais necessidades e à aplicabilidade às nossas condições e cultura.

Além disso, pelo fato de a evolução doutrinária ser um processo contínuo, estendido ao longo do tempo, é imprescindível que as possíveis novidades passem pelo crivo da análise histórica, para não corrermos o risco de "engolir café requentado" ou de "comprar produto de segunda mão a título de novo".

Por isso, é tão importante a leitura de história militar e, particularmente, seu estudo em nossos programas de pós-graduação. Sei da tendência de o estudo dessa matéria no meio acadêmico voltar-se, hoje em dia, mais para o enfoque sociológico. Sem desmerecer a importância dessa tendência, julgo que nós, militares, temos o dever de estudar e pesquisar a história militar em seu sentido prático, operacional, por ser esse o nosso ofício e pela importância de tal estudo para o embasamento dos estudos doutrinários. O general Petraeus, por exemplo, utilizou-se muito da experiência francesa na Indochina e na Argélia [5] para elaborar o manual de contrainsurgência do Exército dos Estados Unidos, publicado em 2006, que reorientou sua ação na guerra no Iraque. Em termos muitíssimo mais modestos, esse método de análise histórica me serviu para constatar a absoluta ausência de novidade na ideia de "Guerra no Meio do Povo", proposta pelo general inglês Rupert Smith em seu livro "A Utilidade da Força" (2005) [6].

Ao envelhecermos, damos muito mais atenção ao passado, certamente por tê-lo mais extenso que o futuro que nos resta, mas essa condição da terceira idade não anula a importância de estudar o passado, pois ele sempre serviu e continuará servindo de modelo, positivo ou negativo, para as ações futuras. Enfim, a análise histórica evita que se "tome gato por lebre" e desnuda as reinvenções da roda, sem, no entanto, impedir que se lhe aumente o desempenho por meio do aperfeiçoamento de pneus e aros, como bem fez o general Petraeus.

Além disso, por tudo ver de maneira fugaz, o imediatismo característico de nossa época, que com a mesma rapidez traz à moda e relega ao esquecimento, é um forte estimulante da superficialidade nas análises (se é que é possível haver verdadeira análise sendo-se superficial).

Há que se precaver contra a "fábrica de conceitos". A noção é de Colin Gray [7] e diz respeito à produção de ideias novas apenas na aparência. A profusão exagerada com que eles aparecem é fruto do consumismo de nossos tempos, que também se aplica às ideias, e da necessidade acadêmica de publicar, o que leva alguns a atribuir, às vezes intencionalmente, valor artificial a suas pesquisas com o falso caráter de ineditismo. O meio militar não é imune a essa tendência, por isso, a necessidade de precaução.

Além disso, por tudo ver de maneira fugaz, o imediatismo característico de nossa época, que, com a mesma rapidez, traz à moda e relega ao esquecimento, é um forte estimulante da superficialidade nas análises (se é que é possível haver verdadeira análise sendo-se superficial). Nosso pensamento também deve se resguardar disso no que concerne aos estudos doutrinários.

Pode-se chamar entrega em domicílio de *delivery*, alguns o fazem por considerar mais prestigioso e outros, por puro pedantismo, mas não deixa de ser o que de fato é: simples entrega em domicílio. Não há vantagem objetiva alguma em fazê-lo. Da mesma forma, pode-se encher a boca para falar, por exemplo, de "consciência situacional", mas, na realidade, não se está falando de nada substancialmente diferente do velho e bom estudo continuado da situação. Devemos cuidar para não nos deixarmos atrair por "cantos de sereia", a fim

de não acabarmos soçobrando nos arrecifes da falta de objetividade.

Reinvenções da roda, nomes novos para coisas velhas e ideias vazias de conteúdo ou de sentido prático não devem desviar nosso pensamento do bom rumo nas análises doutrinárias. A aceitação pura e simples, como verdade pertinente para nós, do que lemos ou do que aprendemos lá fora não é um bom princípio para embasar nossa forma de pensar e tampouco para formular a doutrina do EB. Há que, antes, tudo analisar cuidadosamente à luz de nossas condições e necessidades. Vale aí o preceito fundamental de Descartes: só aceitar como verdadeiro (ou pertinente) o que nossa razão assim o julgar absolutamente.

NOTAS/REFERÊNCIAS

[1] Refiro-me ao processo, pois seu resultado, a doutrina em si, é mutável conforme a transformação das necessidades. Mas, mesmo mutável, a doutrina só será sólida se possuir sólidos fundamentos.

[2] A Guerra é Filha Única, Coleção Meira Mattos, Jan/Jun 2013, disponível em: http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/290/264

[3] CERQUEIRA, Dionísio, **Reminiscências da Guerra do Paraguai**, Rio de Janeiro: Bibliex, 1980, p. 242.

[4] O coronel Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (Inf 78) analisou esse processo em sua tese de doutorado, **Modernização e Reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980)**, no PPGHC/UFRJ.

[5] Em especial, a obra de David Galula, um oficial francês veterano de ambas as guerras.

[6] **Guerra: no Meio do Povo ou Simplesmente Irregular**, Coleção Meira Mattos, jan/jun 2014, disponível em: file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/357-1-1329-1-10-20141029.pdf

[7] **War – Continuity in Change, and Change in Continuity**, Parameters, 2010, disponível em https://ssi.armywarcollege.edu/pubs/parameters/articles/2010summer/Gray.pdf



OPERAÇÃO ACOLHIDA: A MAIOR OPERAÇÃO CONJUNTA-INTERAGÊNCIAS E DE NATUREZA HUMANITÁRIA NO BRASIL

Coronel Georges Feres Kanaan

O Coronel de Infantaria Kanaan é o Coordenador Operacional Adjunto da Força Tarefa Logística Humanitária no Estado de Roraima. Foi declarado aspirante a oficial em 1990 pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde foi instrutor do Curso de Infantaria e da Seção de Instrução Especial (SIEsp). Foi instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, do Centro de Instrução de Guerra na Selva e da Academia de Guerra do Chile. Realizou os cursos Básico e Avançado de Montanhismo; Operações na Selva; Segurança Presidencial; Básico e Avançado de Montanha Invernal na Argentina; Infantaria Avançada nos EUA; Estado-Maior no Chile; e Política, Estratégia e Alta Administração do Exército na ECEME. Foi Oficial de Operações da 1ª Bda Inf Sl, Analista de Política e Estratégia da 3ª SCh/EME e comandou o 11º Batalhão de Infantaria de Montanha (gfkanaan@hotmail.com).



VENEZUELA

Quais as causas de uma migração em massa forçada? Historicamente, observa-se, dentre muitas, perseguições étnicas e políticas; catástrofes naturais e conflitos armados. Todavia, o caso da migração da Venezuela não se enquadra nesses clássicos cenários.

No final do século XX, a Venezuela apresentava um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto (0,634), superior ao dos países vizinhos na América do Sul, mantendo-se estável e sustentado pela indústria petrolífera. Porém, essa estabilidade foi duramente abalada por graves crises políticas, econômicas e sociais.

No campo político, o governo venezuelano, de orientação socialista, foi acometido por uma série de ingerências e desequilíbrios entre os três poderes. A falta da alternância de poder retirou dos poderes legislativo e judiciário a capacidade de atuar sobre as ações do braço executivo. O recente aparecimento de uma forte oposição ao governo atual, liderada pelo presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, provocou perseguições políticas, ameaças e violência por grupos armados e deserções das Forças Armadas Bolivarianas.

No campo econômico, a queda do preço do petróleo no mercado internacional causou a perda do poder aquisitivo do país, devido à baixa produção interna de gêneros de primeira necessidade, tornando o país extremamente dependente da importação.

Tais crises afetaram significativamente o plano social, pois o governo passou a não atender as necessidades da população em serviços e gêneros básicos, principalmente alimentos e remédios, contribuindo para um aumento dos índices de criminalidade.

Em consequência, por uma simples questão de sobrevivência, a população se viu forçosamente a sair da Venezuela, como imigrantes ou refugiados, em direção a países vizinhos, outros países da região ou, até mesmo, mais distantes.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), mais de 3,4 milhões de venezuelanos estão vivendo no exterior, 2 milhões deixaram o país desde 2015 (90% estão na América do Sul). Os principais destinos são a Colômbia, com uma fatia de um pouco mais de 1 milhão, seguida pelo Peru, Equador, Argentina, Chile e Brasil, nesta ordem. Países da América Central e do Caribe também recebem venezuelanos em massa, com destaque para o Panamá.

Na Europa, a Espanha aponta como o principal destino. Em suma, cerca de 5 mil venezuelanos deixam o país diariamente, configurando o maior movimento populacional da história da América Latina. Cerca de 414.000 solicitações de refúgio registradas e 7.000 refugiados reconhecidos.



Venezuela – grave crise política, econômica e social

AS FRONTEIRAS DA VENEZUELA

A Venezuela possui, como países vizinhos, a Guiana a leste, a Colômbia a oeste e o Brasil ao sul. Enquanto falamos de centenas de venezuelanos entrando no Brasil, milhares atravessam em direção à Colômbia. Vejamos as principais diferenças:

- por uma questão geográfica, nos 2.219 km de fronteira com a Colômbia, existem sete pontos legais de passagem, além dessa fronteira permitir de 500 a 1000 passagens ilegais, denominadas "trochas". Já com o Brasil, com uma extensão de 1.645 km, existe apenas um ponto oficial, localizado no município de Pacaraima. A fronteira seca permite algumas dezenas de "trochas", denominadas no Brasil de "cabriteiras";
- em termos de tamanho territorial, como exemplo, a distância da cidade fronteiriça colombiana de Cúcuta até Tulcán, no Equador, é de 1.424 km. Um imigrante/refugiado venezuelano atravessa a Colômbia a pé ou apoiado por meios terrestres em semanas, atingindo outros países, como o Equador e o Peru. Isso não ocorre no Brasil. Pacaraima dista 215 km da capital roraimense Boa Vista, e esta para Manaus, aproximadamente 800 km;
- devido ao grande fluxo migratório ocorrido na década de 80 do século passado, da Colômbia para a Venezuela, houve uma grande integração entre esses povos, originando laços familiares. Atualmente, muitos venezuelanos possuem parentes na Colômbia, permitindo uma maior absorção.
- no aspecto cultural, o mesmo idioma falado entre Venezuela e Colômbia faz com que o português seja uma restrição à vinda e / ou permanência do venezuelano no Brasil; e
- visto algumas diferenças, apresentamos os números, segundo a Polícia Federal, do fluxo migratório no Brasil. Em 2018, houve uma entrada, por Pacaraima, de 184.388; e uma saída de 47.708, obtendo uma média de entrada de 505 venezuelanos. Em 2019, até o final de abril, considerando ainda a fronteira fechada em 23 de fevereiro, a entrada foi de 50.944, enquanto 10.273 saíram, com uma média diária de entrada de 428.

Com a Operação Acolhida, os números passaram a ser mais bem avaliados: considerando a média de entrada de 500 por dia, observa-se que 50% dos venezuelanos utilizam o Brasil como passagem para os demais países. Dos que permanecem no país, aproximadamente 40% têm condições de imigrar por si próprio e 10% são totalmente desassistidos. Esses imigrantes recebem, necessariamente, toda a assistência da estrutura da Operação Acolhida, a fim de serem abrigados e, caso queiram, auxiliados a prosseguir para os demais estados brasileiros ou para os países vizinhos.



Imigrantes venezuelanos entrando no Brasil por Roraima

OS INDÍGENAS VENEZUELANOS

Há que considerar que uma parte desses venezuelanos é composta por indígenas, particularmente das etnias *Warao, E'ñepá* e *Pemon*. Os dois primeiros grupos são originados do Delta do *Amacuro*, distando aproximadamente de 800 km de Pacaraima. Já os *Pemon* habitam a parte sudeste da Gran Sabana, no estado de Bolívar, limite com Roraima.

Os *Warao* e *E'ñepá* saíram de seu país fugindo da fome e da falta de acessos aos serviços básicos. Ocupam um abrigo em Pacaraima e um em Boa Vista, ambos gerenciados pela Operação Acolhida. Muitos já se dirigiram para o estado do Amazonas e do Pará.

Já os *Pemons* fogem de perseguições, após terem entrado em conflitos com militares venezuelanos. Em decorrência desses conflitos, muitos feridos foram evacuados para o Brasil e alguns vieram a falecer. Hoje eles ocupam algumas comunidades indígenas brasileiras da etnia *Taurepang*, que é a equivalente à *Pemon,* aqui no Brasil.

A Operação Acolhida realiza todas as ações humanitárias de acolhimento, com destaque para: alimentação, atendimento de saúde, imunização, segurança, acessibilidade ao sistema de ensino e manutenção dos costumes culturais. A despeito da discussão, em vários níveis, sobre a situação dos indígenas venezuelanos é importante compreender a real condição desses grupos (são refugiados ou simples nômades que cruzaram a fronteira por necessidade, fruto da crise política e econômica de seu país de origem?). Atualmente, os indígenas Warao e E'ñepá são abrigados em Pacaraima – Abrigo Janokoida, e em Boa Vista – Abrigo Pintolândia.



Nutricionista atendendo indígena Warao no Abrigo Janokoida

NA FRONTEIRA DE RORAIMA

O estado de Roraima está praticamente todo inserido em uma faixa de fronteira de 1.922 km, com países sul-americanos, sendo a Venezuela ao norte e noroeste e a Guiana à leste.

De acordo com a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, é considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional (Faixa de Fronteira).

Há um "isolamento" de Roraima, tendo em vista a existência de apenas um estado brasileiro (Amazonas) como limite ao sul; uma rodovia federal de expressão, cortando-o de norte a sul (BR 174); e rede hidroviária precária (baixa navegabilidade do Rio Branco). Em relação ao transporte aéreo, só existe um voo de dia e dois à noite.

O Estado é o único do país que não é interligado ao SIN (Sistema Interligado Nacional), sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil.

Com a mudança recente do Governo Estadual, existe uma intenção pró-ativa de reestruturar o Estado, sanear suas contas públicas e realizar reformas administrativas profundas em todos os setores (econômico, social, educacional, infraestrutura, segurança pública etc.).

Face ao cenário apresentado, a Operação Acolhida não vê o fluxo migratório como mais um agravante e entrave na busca da reestruturação de Roraima. Ao contrário, a Operação visualiza como uma excelente janela de oportunidade para o desenvolvimento. Para fundamentar essa assertiva, trataremos de alguns aspectos.

A posição geográfica do estado de Roraima, ao norte do Amazonas, que o acaba separando dos demais estados, principalmente devido à floresta Amazônica, incluindo aí os seus rios, dificulta o prosseguimento de muitos imigrantes, que desejam seguir para o interior do país. Por isso há a necessidade imperiosa de adotar políticas que possam gerar trabalho e renda, principalmente, para aqueles que permanecem no Estado.

Em relação aos trâmites legais de regularização migratória, a resposta brasileira está sendo rápida. O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) publicou a Resolução Normativa 126, de 2 de março de 2017, que permitiu a concessão de residência temporária aos venezuelanos. Pessoas que não possuem recursos financeiros são isentas das taxas do processo, pela nova Lei de Migrações. O processo de solicitação de refúgio também se tornou mais ágil e eficiente. A emissão de CPF na hora e os acessos facilitados para a obtenção da Carteira de Trabalho são fundamentais. Este conjunto de ações permite aos venezuelanos a possibilidade de trabalhar no país.

Em 2016, durante a recessão vivida pelo Brasil, apenas um estado obteve crescimento econômico: Roraima. Motivo? Imigração venezuelana. Várias são as formas de incentivo à absorção do venezuelano no desenvolvimento do estado, e porque não do país, uma vez que melhores práticas podem e devem ser replicadas. São diversos os campos: agronegócio, agricultura familiar e indígena, gerenciamento de resíduos sólidos, comércio, turismo, indústria, educação e ensino, mineração, serviços e meio ambiente, entre outros.



Rotas de ligação entre Roraima e Vanezuela

A ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA OPERAÇÃO ACOLHIDA

O fluxo migratório da Venezuela para o Brasil se intensificou a partir de 2016. A resposta a esse fluxo cabe ao Governo Estadual.

Porém, devido às dificuldades de acordo com as esferas federal, estadual e municipal, para o estabelecimento de uma política de acolhimento, dificultando e, até mesmo, impedindo o repasse de recursos previstos nas políticas existentes, como por exemplo, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), houve um considerável impacto negativo em Roraima, principalmente nas cidades de Pacaraima e Boa Vista. Ruas e praças públicas foram ocupadas, desordenadamente, por venezuelanos desassistidos, em acentuada situação de vulnerabilidade. A rede de saúde hospitalar e diversos serviços chegaram à beira do colapso. Devido à caótica situação, sem a perspectiva de soluções a curto e médio prazos, o Governo Federal interveio.

Foi editada a Medida Provisória (MP) nº 820, de 15 de fevereiro de 2018, instituindo o Comitê Federal de Assistência Emergencial, que decretou emergência social e dispôs de medidas de assistência para acolhimento a esse segmento-alvo.

Na mesma data da MP, também foram assinados os Decretos nº 9.285 e nº 9.286, que constituem parte da legalidade e da amplitude impostas aos atores comprometidos com essa ação. O primeiro decreto reconheceu a situação crítica do país, enquanto o segundo definiu a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê.

O Comitê é presidido pela Casa Civil e possui como componentes:

- Ministério da Defesa (MD), como Secretaria-Executiva;
- Ministérios da Justiça e Segurança Pública;
- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Saúde;
- Ministério da Educação;
- Ministério da Cidadania;
- Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos;
- Ministério da Economia;
- Ministério do Desenvolvimento Regional; e
- Gabinete de Segurança Institucional.

Para operacionalizar as ações determinadas pelo Comitê, o MD criou a Força Tarefa Logística Humanitária para o estado de Roraima (FT Log Hum), indicando um Oficial General para Coordenador Operacional, que foi designado na Resolução nº 1, da Presidência da República/Casa Civil, de 21 de fevereiro de 2018. Outras resoluções instituíram os subcomitês federais para interiorização dos imigrantes, provenientes da Venezuela, que se encontram no estado de Roraima; subcomitês para recepção, identificação e triagem; para as ações de saúde; e para acolhimento dos que estão em situação de vulnerabilidade social.

O planejamento da Operação Acolhida foi calcado em três grandes eixos: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização. Fluxos migratórios semelhantes, ocorridos em outras partes do mundo, mostraram que a interiorização é fator crítico de sucesso, em uma operação de ajuda humanitária.

A CAPACIDADE DAS FORÇAS ARMADAS

A Lei Complementar nº 97/99 dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Esse diploma legal atribui às Forças Armadas, sem comprometimento de sua destinação constitucional, o cumprimento de atribuições subsidiárias explicitadas em lei complementar, a cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República e a participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social.

Para o cumprimento das ações subsidiárias, as Forças Armadas, possuidoras dos requisitos: prontidão (pronta resposta), mobilidade (transporte), suporte logístico

(permanência) e comando e controle (ação coordenada), são capacitadas a:

- evacuar vítimas e constituir equipes de busca e salvamento;
- restabelecer, em caráter emergencial, as linhas de comunicações;
- realizar tratamento e suprimento de água e confecção e fornecimento de alimentação;
- apoio à saúde;
- combate a incêndios florestais;
- acolhimento emergencial de desalojados e desabrigados (sustentação);
- desobstrução de vias e reconstrução (Engenharia);
- transporte; e
- descontaminação/desinfecção (Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear).

O PLANEJAMENTO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA

Houve uma dificuldade inicial e natural no planejamento da operação, tendo em vista o seu ineditismo. As experiências adquiridas em operações anteriores, como missões de paz, garantia da lei e da ordem e, principalmente, o Exercício AMAZONLOG, realizado no ano de 2017, em Tabatinga, permitiram delinear uma direção, considerando ainda o curto tempo disponível, uma vez que a crise já estava instaurada, impactando consideravelmente o estado de Roraima.

O AMAZONLOG/2017 envolveu quatro países com tropa (Brasil, EUA, Colômbia e Peru), mais outros 23 países como observadores. Participaram 19 agências e 56 empresas da área de defesa com produtos de emprego dual. Teve como foco ações humanitárias, com o emprego de sistema logístico para apoiar civis e militares em regiões remotas, desassistidas e com pouca infraestrutura.

Atas prontas utilizadas no exercício possibilitaram maior celeridade nos diversos processos licitatórios para o emprego dos recursos destinados à operação.

O planejamento da Operação Acolhida foi calcado em três grandes eixos: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização. Fluxos migratórios semelhantes, ocorridos em outras partes do mundo, mostraram que a Interiorização é fator crítico de sucesso em uma operação de ajuda humanitária.

Porém, a necessidade imediata de controlar e ordenar o único local de acesso terrestre ao país pela Venezuela, bem como retirar centenas de pessoas desassistidas das ruas, visivelmente em uma cidade de pequeno porte, como Pacaraima, e também, na capital, exigiu uma concentração grande de energia no planejamento, nos dois primeiros eixos, permanecendo o estudo de como realizar eficazmente a interiorização, partindo de um estado no extremo norte do país, a cargo do Subcomitê de interiorização, cuja constituição, inicialmente, não contemplava o Ministério da Defesa como membro.

A FORÇA TAREFA LOGÍSTICA HUMANITÁRIA (FT Log Hum)

A FT Log Hum tem a missão de cooperar com os governos federal, estadual e municipal com as medidas de assistência emergencial para acolhimento de imigrantes (residentes e refugiados) provenientes da Venezuela, em situação de vulnerabilidade (pessoas desassistidas), decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

O coordenador operacional apresentou sua intenção de trabalhar com sinergia com os órgãos governamentais (OG), organismos internacionais de apoio humanitário (OIAH) e organizações Não Governamentais (ONG), na preparação, montagem, ações de ajuda humanitária e interiorização.

O estado final desejado (EFD) da Operação Acolhida é o ordenamento da fronteira, com um fluxo migratório controlado, com todos os imigrantes (residentes e refugiados) assistidos nos diversos abrigos, estando em condições de serem absorvidos pelo sistema de ensino e mercado de trabalho local, participando do processo de interiorização ou retornando voluntariamente ao seu país de origem.

Para isso, a FT Log Hum foi organizada em células, seguindo a metodologia do manual MD30-M-01 – Doutrina de Operações Conjuntas.

ORGANOGRAMA DA FORÇA-TAREFA LOGÍSTICA



➢ Célula de Operações: responsável por congregar as Seções de Inteligência (D-2), de Operações (D-3), de Operações Futuras (D-5), de Operações Psicológicas (D-8) e de Assuntos Civis (D-9). É responsável, ainda, por ações relacionadas à coordenação, ao controle e à sincronização de todas as ações conduzidas pelos vetores (civil e militar) envolvidos. A Célula de Operações é chefiada pelo D-3, com competência para o gerenciamento das situações de ajuda humanitária e coordenação interagências.

➢ Célula de Logística: responsável pela coordenação, o controle e a sincronização da logística no ambiente interagências. Congrega as atividades logísticas de pessoal e de finanças da operação. É chefiada pelo D-4, que é o responsável pelo assessoramento ao Coor Op e Ch EMCj, no que tange ao Ap Log e à gestão financeira.

➢ Célula de Comando e Controle: responsável por estruturar o sistema de coordenação, comunicações, controle e inteligência. Tem a missão de gerenciar o sistema e os meios de tecnologia da informação e comunicações (TIC) empregados na coordenação das ações conduzidas no ambiente interagências, para proporcionar consciência situacional ao coordenador operacional e EMCj. É chefiada pelo D-6.

➢ Célula de Saúde: responsável pela coordenação de todas as atividades de apoio de saúde a serem prestadas na Op Acolhida aos imigrantes venezuelanos pelas Forças Armadas e agências. É chefiada pelo D-11.

➢ Célula de Comunicação Social: responsável por preservar e fortalecer a imagem de todos os participantes, particularmente das Forças Armadas, perante a sociedade brasileira e diante da comunidade internacional, destacando os aspectos positivos da ação humanitária no decorrer da Operação Acolhida. Permeia todas as estratégias de emprego, catalisando a opinião pública local, regional e, dentro do possível, a nacional e a internacional. É chefiada pelo D-7.

➢ Célula de Interiorização: responsável pela coordenação do processo de transferência dos venezuelanos para outros estados e cidades brasileiros, por meio de um cadastramento (banco de dados) e uma triagem final, permitindo,

assim, sua inclusão socioeconômica na sociedade brasileira. Este processo de transferência voluntária dos venezuelanos foi denominado de interiorização e é planejado e executado com os demais órgãos e agências. A Célula de Interiorização é chefiada pelo Chefe da Interiorização.

As Células D2, D7 e D8 possuem uma estreita ligação, totalmente inseridas no conceito das Operações de Informação (Op Info).

Pela primeira vez, está sendo empregada uma Seção do Serviço de Assistência Social que permanece durante toda a Operação, composta por um psicólogo e um assistente social prestando apoio psicológico e social à tropa. Em casos de necessidade, atuam junto aos imigrantes e refugiados venezuelanos, uma vez que estes são assistidos por profissionais da área, integrantes de diversas agências.

A Operação Acolhida consagra o valor humanitário das Forças Armadas em uma total sinergia com todos os organismos envolvidos, dando atendimento e dignidade aos imigrantes e refugiados oriundos da Venezuela que chegam ao país em estado de vulnerabilidade. Ordena e controla o fluxo de pessoas no estado de Roraima para evitar o colapso dos serviços públicos e o agravamento da crise humanitária na região.

A ATUAÇÃO DAS AGÊNCIAS NA OPERAÇÃO ACOLHIDA

Um dos maiores desafios em uma operação interagências, principalmente se esta envolve mais de cem, é a obtenção e manutenção da sinergia, entre todos os órgãos governamentais federais, estaduais e municipais; organismos internacionais; organizações não-governamentais nacionais e estrangeiras; entidades religiosas e entidades filantrópicas. As principais participantes são:

- **Órgãos Governamentais (OG) Federais -** Receita Federal; Ministério Público do Trabalho; Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); Advocacia Geral da União (AGU); Defensoria Pública da União (DPU); Ministério Público da União (MPU); Justiça Federal; Universidade Federal de Roraima (UFRR); Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); Eletrobrás Distribuição Roraima (ELETROBRAS).
- **OG Estaduais -** Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES); Secretaria de Saúde; Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde, Epidemiológica e Sanitária; Secretaria Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Corpo de Bombeiros Militar; Secretaria Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Universidade Estadual de Roraima (UERR); Serviço Social do Comércio (SESC); Companhia de Água e Esgoto de Roraima (CAERR), Defensoria Pública Estadual (DPE), Ministério Público do Estado (MPE) e Justiça Estadual (Vara da Criança).
- **OG Municipais -** Prefeitura Municipal de Boa Vista; Secretaria Municipal de Obras; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Gestão Social; Secretaria Municipal de Serviços Público e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas; Guarda Municipal; e Conselho Tutelar.
- **Órgãos de Segurança -** Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Força Nacional de Segurança Pública; Polícia Militar; e Polícia Civil.
- **Agências da ONU -** Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); Organização Internacional para as Migrações (OIM); Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); ONU Mulheres; e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

➢ **Organismos Internacionais -** Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*USAID*) / *Office of U.S. Foreign Disaster Assistance* (*OFDA*, na sigla em inglês); Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV); e *REACH Initiative*.

➢ **Organismos Não Governamentais (ONG) -** Fraternidade-Federação Humanitária Internacional (FFHI); Associação de Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI); Norwegian Refugee Council (NRC); Fraternidade sem Fronteiras (FSF); Télécoms Sans Frontières (TSF); Engenheiros sem Fronteiras (ESF); Serviço Jesuíta a Imigrantes e Refugiados (SJIR); Visão Mundial (WV); Associação de Bem com a Vida (ABV); Pirilampos; Associação Fala Mulher; Jovens com uma Missão (JOCUM); Mises Brasil; Palhaços sem Fronteira; Ação do Coração; Agência Adventista de Desenvolvimento de Recursos Assistenciais (ADRA); e Associação Missão Esperança (AME).

➢ **Entidades Filantrópicas -** Rotary Club; Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente (NECA); Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Companhia Cultural Bola de Meia; Grande Loja Maçônica do Estado de Roraima; Fundação Fé e Alegria do Brasil (FFAB); Centro de Migração e Direitos Humanos (CMDH); Exército da Salvação; e Instituto de Migração e Direitos Humanos (IMDH).

➢ **Entidades Religiosas -** Igreja Católica (Paróquia Nossa Senhora da CONSOLATA); Igreja Metodista; Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons); Igreja Batista do Calvário; Cáritas Diocese de Roraima; Pastoral Universitária; Pastoral do Imigrante; e Pastoral da Criança.

➢ **Empresas Privadas -** Linhas Aéreas Azul; Gol Linhas Aéreas Inteligentes; LATAM Airlines Brasil; e M3 Comunicação e *Marketing*.



Sinergia entre as Forças Armadas e todas as agências envolvidas

O ORDENAMENTO DE PESSOAS NA FRONTEIRA

Antes do fluxo migratório, o controle de entrada e saída era feito nas instalações da Polícia Federal (PF). Com o desencadeamento da Operação Acolhida, houve a necessidade de ordenar a fronteira, onde um número enorme de pessoas permaneciam em longas filas, nas ruas e locais públicos de Pacaraima, esperando para serem atendidas e vacinadas.

Foi instalado um Posto de Recepção e Identificação (PRI), onde os venezuelanos são recepcionados, identificados e imunizados. Um oficial superior das Forças Armadas é o coordenador do posto.

Na recepção, trabalham as Forças Armadas, ACNUR e OIM, dando as boas vindas e as orientações necessárias.

A identificação cabe à PF, emitindo os protocolos de acordo com os motivos de entrada e saída. Junto à PF, atua a DPU, garantindo a entrada segura, regular e ordenada de pessoas em território brasileiro, bem como buscando prevenir, especialmente, quanto a crianças e adolescentes sem documentos ou separados de seus pais, situações de tráfico de pessoas, por meio da aplicação da Resolução Normativa Conjunta CONANDA/CONARE/CNIg/DPU.

Quanto à imunização, de acordo com as leis brasileiras, não há uma obrigação de vacinação, apenas uma recomendação. Todavia, aqueles que solicitam residência temporária (RT) ou

refúgio (Refu), para seguirem no fluxo, têm que vacinar (febre amarela e tríplice viral). Cabe ao Ministério da Saúde (MS) esta responsabilidade. Porém, o MS solicitou ao Ministério da Defesa que assumisse essa vacinação, por meio de um contrato de um ano. As Forças Armadas assumiram toda a vacinação no PRI. Cabe à ANVISA a emissão da carteira internacional de vacinação, para aqueles que solicitarem.

No PRI, os imigrantes recebem um lanche e uma sopa. Nesses locais existem bebedouros, instalações sanitárias, bancos, guarda volumes e um serviço de restabelecimento de laços familiares (RLF), por meio de ligações telefônicas, proporcionado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).

Aqueles que solicitam residência temporária ou refúgio são conduzidos para outra instalação da Operação Acolhida, denominada Posto de Triagem (P Trg), cujo Coordenador é um oficial superior. Na entrada, há um guarda volumes e uma triagem inicial, de acordo com as solicitações. No caso de refúgio, o ACNUR auxilia no preenchimento do formulário realizado à mão. Caso seja residência temporária, a OIM é a responsável pelo preenchimento do formulário on-line. Após isso, a Polícia Federal faz a identificação biométrica e a emissão do protocolo de pedido de RT ou Refu. O imigrante ou refugiado segue para a sala da Receita Federal, onde são emitidos CPF, na hora.

Ainda no P Trg, existem outras agências com seus serviços: CICV (similar ao PRI); UNICEF e ONG Visão Mundial, na operação de um espaço amigável para crianças; UNFPA, atendendo públicos considerados mais vulneráveis, como grávidas, doentes e LGBTI; Ministério da Cidadania (MC); e Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, atendendo casos de vulnerabilidade mais acentuados.

Ao final do processo, aqueles que não possuem condições de prosseguir para Boa Vista ou outro destino por si só (desassistidos) são encaminhados a um alojamento de passagem, com capacidade para 500 pessoas. Nesse local, aguardam vagas nos abrigos existentes em Boa Vista, sendo transferidos, quando existem vagas. Aqueles que têm condições para prosseguir por si próprio, mas não terminaram o processo de regularização, podem pernoitar no alojamento de passagem.

No alojamento, é proporcionada alimentação (café, almoço e jantar), instalações sanitárias, tanques de lavar roupa, atendimento de saúde e segurança. Casos graves de saúde são encaminhados para o Posto de Atendimento Avançado do Hospital de Campanha do Exército.

Paralelamente à Operação Acolhida, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva conduz a Operação Controle, cuja finalidade é prevenir e combater os ilícitos transfronteiriços, por meio de postos de bloqueio e controle de estradas (PBCE) e patrulhamentos. O trabalho da Brigada é fundamental para permitir segurança e eficiência à Operação Acolhida.

Para casos de militares desertores, existe um protocolo específico, respeitando a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração e os documentos da ONU: *Legal and Protection Policy Research Series - Maintaining the Civilian and Humanitarian Character of Asylum, e Guidelines on Maintaining the Civilian and Humanitarian Character of Asylum - United Nations High Commissioner for Refugees.*

Existe uma base de apoio para a Força-Tarefa e para as agências, na região do 3º Pelotão Especial de Fronteira (PEF). Nesse local existem alojamentos e banheiros contêineres, refeitórios, área de recreação, salas de *briefing* e depósitos.



Base de apoio para a Força-Tarefa localizada na região do 3º PEF

O ABRIGAMENTO

Considerando os três eixos – Ordenamento da Fronteira, Abrigamento e Interiorização –, o funcionamento deste último é fator crítico de sucesso, sobretudo, quando a principal entrada do fluxo migratório é um estado com as características de Roraima.

Todavia, a pressão pelo abrigamento, tendo em vista a situação de vulnerabilidade das pessoas desassistidas nas ruas e o impacto na sociedade local, fez com que a Operação Acolhida dispensasse uma grande energia a fim de dar uma resposta rápida à situação caótica em que se encontravam as cidades de Pacaraima e Boa Vista.

Ao longo de oito meses, foram reformados quatro abrigos já existentes e criados mais nove. Diferentemente do que ocorre em outros países, todos os abrigos foram construídos na área urbana. Tal fato, apesar de criar um desconforto para a população vizinha aos abrigos, situação esta mitigada pela atuação da Célula de Operações Psicológicas, permite aos abrigados maior absorção no mercado de trabalho, seja formal ou informal, e ao sistema de ensino.

Para cada abrigo, foi observado o *status* das pessoas a ocupar. Os abrigos Janokoida e Pintolândia são destinados aos indígenas. Os abrigos Nova Canaã, Jardim Floresta, São Vicente, São Vicente 2, Rondon 1 e Rondon 3 são destinados às famílias. O abrigo Tancredo Neves destina-se a adultos sem filhos menores. O abrigo Santa Tereza é ocupado apenas por homens sozinhos e o abrigo Latife Salomão por casais sem filhos, LGBT e, recentemente, pela necessidade e aumento de crianças nas ruas, teve uma parte destinada às famílias. Por fim, o alojamento BV8, em Pacaraima, é um abrigo de trânsito, enquanto o abrigo Rondon 2 destina-se às pessoas que estão prontas para serem interiorizadas. A capacidade dessas instalações varia de 250 a 1.100 vagas, podendo alguns serem ampliados.

Cada abrigo possui uma ONG contratada pelo ACNUR que é responsável pela gestão. Atualmente trabalham nos abrigos as ONG Fraternidade Internacional Humanitária, Fraternidade sem Fronteiras, Associação de Voluntários para o Serviço Internacional e o Conselho Norueguês de Refugiados. Cabem às Forças Armadas a alimentação, atendimento de saúde, segurança, melhorias e reformas na infraestrutura e apoio à gestão.

O ingresso aos abrigos dá-se de duas formas: transferência do alojamento BV-8 ou passagem pelo Posto de Triagem em Boa Vista. Este Posto foi criado com a finalidade de centralizar os principais serviços necessários a um refugiado ou residente temporário. Nele funcionam todos os serviços existentes no P Trg de Pacaraima, acrescido da vacinação, emissão de Carteira de Trabalho e Interiorização. Além disso, serve para renovação de documentos migratórios.

Antes da criação do P Trg de Boa Vista, a movimentação de pessoas das ruas e locais públicos ocupados para os abrigos era realizada com operações planejadas, coordenadas e executadas pela FT, juntamente com diversas agências, à medida que os abrigos eram construídos. A média diária de entrada de pessoas no Posto é de 800, com uma média de 2.000 atendimentos.

Com a finalidade de dar o mínimo de dignidade às pessoas desassistidas que aguardam vagas nos abrigos, a FT realizou o ordenamento da Rodoviária Internacional de Boa Vista, principal ponto de reunião dos venezuelanos. No entorno da rodoviária, foram montadas várias instalações provisórias. Um Posto de Informações, guarnecido por funcionários da OIM, ACNUR e *Télécoms Sans Frontières*, que permite o restabelecimento de laços familiares, por meio de ligações telefônicas, à semelhança do que realiza o CICV na fronteira. Um guarda volumes, gerenciado pelas Forças Armadas e dois espaços para crianças, coordenados pelo UNICEF e Visão Mundial. Há um espaço destinado para doações de voluntários, onde as Forças Armadas garantem a distribuição com segurança. Chuveiros para banho, tanques para lavar roupa, água potável, banheiros químicos e um local coberto para pernoite, em que barracas "tipo iglu" são emprestadas às crianças e aos adultos vulneráveis. Finalmente, um campo de futebol e vôlei, com a realização de um projeto social para crianças de rua, inclusive com a participação de brasileiros.



Abrigo Rondon 3 para 1.110 pessoas

O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO

A interiorização consiste no deslocamento voluntário dos venezuelanos para outras unidades federativas, conforme diretrizes elaboradas pelo governo federal e articuladas com governos estaduais e municipais, bem como com as organizações da sociedade civil e os organismos internacionais. É a principal ação da resposta do poder público brasileiro às situações decorrentes do atípico fluxo de venezuelanos para o território brasileiro.

A Célula de Interiorização tem como missão criar as condições necessárias para interiorizar os refugiados para outros estados e cidades brasileiros, por meio de um cadastramento dos perfis, ampliação das possibilidades de inclusão socioeconômica e deslocamento para destino final.

O grande fluxo de venezuelanos chegando a Roraima tem sido constante e ininterrupto, ocasionando saturação na capacidade de atendimento dos mais diversos serviços nas cidades do estado, embora as medidas de assistência emergencial para acolhimento, abrigamento e alimentação dos refugiados e imigrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade tenham mitigado esta situação.

À medida que cresce o número de venezuelanos no estado de Roraima, particularmente na cidade de Boa Vista, aumenta a dificuldade para a integração socioeconômica e diminui a oferta regular dos serviços públicos, como saúde, educação, assistência social e segurança, dos quais não somente os venezuelanos usufruem, mas também os roraimenses.

Dessa forma, o deslocamento consentido e planejado dos venezuelanos, para outros estados do país, é um ponto crucial para o sucesso da Operação Acolhida. Considera-se que, deslocar parte do contingente de venezuelanos, atualmente localizados em Roraima, para outros estados, proporciona uma melhor condição de empregabilidade e de inclusão socioeconômica junto à sociedade brasileira, bem como proporciona melhores condições de funcionamento dos serviços públicos de Roraima.

A primeira interiorização da Op Acolhida ocorreu em 5 de abril de 2018. Hoje o processo tem o envolvimento direto da Casa Civil, da Presidência da República; Ministério da Cidadania, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Ministério da Economia, com as funções herdadas do antigo Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Ministério das Relações Exteriores, Prefeitura de Boa Vista – RR; Governo do Estado de Roraima; Alto Comissariado nas Nações Unidas para Refugiados; Organização Internacional para as Migrações, Fundo de Populações das Nações Unidas, governos estaduais e municipais receptores de imigrantes e sociedade civil organizada.

Seguindo as diretrizes abaixo, foi elaborado o plano de interiorização:

- atuação integrada entre união, estados e municípios na disponibilização de serviços públicos aos refugiados e imigrantes;
- proteção dos refugiados e imigrantes, afastando-os de situações desumanas e degradantes;
- respeito aos tratados, acordos e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário;

- reconhecimento de migrantes e refugiados como sujeito de direitos; e
- reconhecimento da diversidade das necessidades sociais e econômicas dos refugiados e imigrantes.

O PLANO DE INTERIORIZAÇÃO

Diante da situação existente dos refugiados oriundos da Venezuela, no estado de Roraima, delineou-se o plano de interiorização, com o estabelecimento de regras e metodologia de trabalho para a seleção, deslocamento, abrigamento temporário e inserção socioeconômica dos solicitantes de residência temporária ou refúgio e que se encontram em situação de vulnerabilidade no estado de Roraima.

Importante ressaltar que o público alvo da interiorização são aqueles venezuelanos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e, por isso, necessitam do apoio do poder público. Muitos venezuelanos cruzam a fronteira todos os dias e empreendem suas viagens por conta própria, seja dentro do território brasileiro, ou usando o Brasil como corredor para acessar outros países, como Argentina, Chile ou Peru.

Dessa forma, a interiorização prioriza os refugiados e imigrantes que estejam acolhidos nos abrigos federais, em Roraima, já que isso sinaliza suas vulnerabilidades e necessidade de apoio para acolhimento e alimentação. Não obstante, há venezuelanos que vivem em casas alugadas ou nas ruas, em condições muito precárias e dependentes de doações e apoio da sociedade civil, que também poderão se beneficiar desta estratégia.

Antes de efetivar a estratégia de interiorização, o governo federal faz a articulação política com possíveis estados e cidades de destino para refugiados e imigrantes interiorizados, a fim de identificar seu interesse e as redes de serviços disponíveis, sejam públicas ou privadas. Além das articulações governamentais, para provimento de abrigo temporário e inclusão nas políticas públicas existentes, há mobilização de entidades da sociedade civil e do empresariado.

Essa mobilização é essencial para sensibilizar quanto ao tema e à acolhida dos refugiados e imigrantes. Se por um lado, reconhece-se o papel histórico e a expertise da sociedade civil no acolhimento e no tratamento das demandas dos refugiados e imigrantes no país, também se reconhece a necessidade do envolvimento de todos os atores relativos ao tema, de modo a fortalecer a rede de atenção aos refugiados e imigrantes. Tal ação parte da premissa de que a sociedade receptora precisa ser envolvida na interiorização, já que é parte essencial do processo de inclusão dos refugiados e imigrantes.

A segunda ação é a realização, em parceria com as Federações da Indústria, do Comércio, da Agricultura e Sistema "S", de seminários para apresentar a nova Lei de Migração e dirimir dúvidas relacionadas à contratação de trabalhadores imigrantes e refugiados. O intuito do seminário é sensibilizar e capacitar o setor empresarial para contratação desse tipo de mão-de-obra, ressaltando a simplificação trazida pelo novo marco legal migratório e as vantagens desse público.

No evento, também é apresentado o perfil laboral e sócio demográfico dos venezuelanos que se encontram em Roraima, a partir de estudo realizado pelo CNIg. O resultado da pesquisa indicou que o principal motivo pelo qual os venezuelanos emigram é a atual crise econômica que vivencia seu país. A pesquisa apontou, ainda, que o fluxo migratório é composto basicamente de jovens (72%), do sexo masculino (63%) e solteiros (54%). Possuem bom nível de escolaridade, com 78% tendo nível médio completo e 32% ensino superior completo ou pós-graduação. No entanto, o idioma tem sido considerado como uma barreira. Apenas 23% falam português e 16% estavam aprendendo formalmente o idioma. O grupo também possui pouco conhecimento em outros idiomas, uma vez que 62% dominam somente o espanhol. Entre as mulheres, 42% cruzam a fronteira com seus filhos ou gestantes. No entanto, a maioria (54%) vem para o Brasil desacompanhada.

Dessa forma, a realização dos seminários sobre a nova lei de migração e a realização das

reuniões preparatórias tem colocado foco nas ações para promoção da empregabilidade dos refugiados e imigrantes e geração de renda, além do abrigamento e da integração na rede de políticas públicas, que é condição essencial para o deslocamento dos venezuelanos.

A OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DE INTERIORIZAÇÃO

A estratégia divide-se em quatro etapas: a preparação dos refugiados e dos imigrantes para o deslocamento, o deslocamento para outros estados, o abrigamento desses refugiados e imigrantes nas cidades de destino e, por fim, a promoção de condições para a sua inclusão socioeconômica na sociedade brasileira.

Ademais, a depender do tipo de transporte utilizado – voos da Força Aérea Brasileira ou voos comerciais – e do destino do beneficiário/apoio fornecido – residência familiar, abrigo público, abrigo da sociedade civil, casa abrigo para casos de proteção, aluguel social, bolsa subsistência por tempo determinado ou vinculação com trabalho – algumas etapas ou critérios podem variar.

Este processo foi construído com base em procedimentos e em critérios aplicados mundialmente nos programas de retorno voluntário, operados pela OIM, e de reassentamento, operados em parceria entre ACNUR e OIM.

A declaração de voluntariedade é o documento no qual os refugiados e imigrantes atestam sua vontade de participar da estratégia de interiorização.

A avaliação clínica é realizada com, no máximo, 72 horas de antecedência da viagem de interiorização. Ela tem o objetivo de identificar problemas de saúde que sejam um empecilho à viagem. É o caso, por exemplo, de mulheres em estágio avançado de gravidez. Ela também ajuda a identificar condições de saúde que exijam que o refugiado e o imigrante sejam acompanhados com maior cuidado durante o processo de interiorização.

Para o deslocamento dos refugiados e imigrantes, é operacionalizado o transporte aéreo e terrestre para as UF que tenham aceitado recebê-los. Ele pode ocorrer por meio das Forças Armadas (FAB e Exército), voos comerciais ou por via terrestre, a depender do tamanho do grupo, do tipo de abrigo/moradia ou do beneficiário.

São diversos os arranjos possíveis para a implantação de um abrigo sob gestão federal, variando de acordo com as oportunidades e restrições de cada localidade. Essas possibilidades variam desde um abrigo, no formato dos existentes em Roraima, em que a infraestrutura é mantida pelo Ministério da Defesa e a gestão é realizada pelo ACNUR e por seus parceiros, até uma estrutura de responsabilidades conjugadas e compartilhadas entre governos – federal, estadual, municipal –, sociedade civil e organismos internacionais. Há outra diferença essencial entre os abrigos federais e os convencionais, enquanto estes são perenes e podem acolher diversos ciclos de interiorização, aqueles são estruturados para terem existência temporária, deixando de existir quando a emergência do fluxo migratório em Roraima arrefecer.

AS MORADIAS FORNECIDAS POR ENTIDADE DA SOCIEDADE CIVIL

As moradias fornecidas por entidade da sociedade civil é uma modalidade de interiorização realizada em conjunto com entidades da sociedade civil ou com organizações religiosas, que oferecem moradia na cidade de destino. Nesses casos, o governo federal proverá apoio para deslocamento, documentação e preparação para viagem, além de articulação das redes locais de serviço público (assistência social, saúde, educação etc.) da cidade de destino.

O processo de preparação e deslocamento será feito de maneira semelhante ao descrito na operacionalização da interiorização, incluindo o deslocamento prévio para abrigo de trânsito em Boa Vista para quem se deslocará nos voos da FAB. Todos os critérios da interiorização se aplicam para os imigrantes e refugiados selecionados por essas entidades. Contudo, além da declaração de voluntariedade, a entidade disposta a

receber o imigrante e refugiado deverá firmar termo de responsabilidade sobre o fornecimento de moradia.

CONCESSÃO DE BOLSAS DE SUBSISTÊNCIA

A concessão de bolsas de subsistência é uma estratégia temporária utilizada tanto para imigrantes e refugiados que já estão num abrigo, mas que devem sair e ainda não possuem autonomia financeira para arcar com todas as despesas de sua família em decorrência de vulnerabilidades específicas, quanto como primeira alternativa de abrigamento para venezuelanos interiorizados. Cada caso tem uma avaliação específica.

A concessão da bolsa auxiliará no pagamento do aluguel e na alimentação do venezuelano e sua família, por até três meses, após a sua saída do abrigo. As bolsas de subsistência poderão ser fornecidas pelo ACNUR.

AS CASAS ABRIGO PARA MULHERES E PÚBLICO LGBTI

Modalidade que beneficia mulheres, crianças e público LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas trans e intersex) em situação de extrema vulnerabilidade e risco (tais como violência sexual, doméstica, intrafamiliar, submetidos a tráfico humano e ameaças de morte), que já estejam na casa abrigo em Roraima ou identificados nos postos de triagem. O objetivo é transferir este público de uma casa abrigo ou posto de triagem a outras casas abrigos, em diferentes cidades do país, promovendo maior proteção e integração com a rede nacional de casas abrigos e rede de proteção.

A REUNIFICAÇÃO FAMILIAR

Esta modalidade visa facilitar a reunião entre imigrantes e seus familiares que já residem regularmente no Brasil e estejam dispostos a fornecer apoio de moradia. Os mesmos critérios de documentação e saúde das outras modalidades se aplicam, somando-se à comprovação do vínculo, da residência, e da disponibilidade de acolhimento por parte da família receptora.

A identificação dos possíveis beneficiários será realizada pelo ACNUR ou pela sociedade civil entre os imigrantes residentes em Roraima. O contato com a família que reside em outra cidade será realizado pela OIM, com o objetivo de confirmar contatos, verificar os vínculos e a real disponibilidade para receber imigrantes. Também poderá ser usado o apoio da Cruz Vermelha do Brasil, para a localização dos familiares residentes no país.

Todo o processo de preparação e de deslocamento será feito da mesma forma que o descrito na operacionalização da interiorização, com a possibilidade também de utilização de voos comerciais para o deslocamento de grupos pequenos e de indivíduos.

A INTERIORIZAÇÃO VINCULADA AO TRABALHO

Trata-se de modalidade de interiorização vinculada à possibilidade de vaga de emprego sinalizada (PVES). Tal modalidade visa a possibilitar o transporte de imigrantes e de refugiados abrigados em Roraima e que possuam proposta de emprego em outra unidade da federação. Os mesmos critérios de documentação e de saúde das outras modalidades de interiorização se aplicam a esses casos.

A FT Log Hum RR, por meio de célula de interiorização, desenvolve um procedimento específico para esta modalidade, promovendo a sensibilização de empresas e indústrias, das quais mantém um banco de dados contendo os interessados em participar do plano, bem como as vagas disponibilizadas. Também manterá um banco de dados dos imigrantes, de acordo com suas capacidades e experiências profissionais.

Esta célula realiza a integração dos dados e as articulações necessárias, para a efetivação da internalização dos imigrantes selecionados, de acordo com as vagas propostas. No curso do processo, após a entrevista, será firmado um pré-contrato, onde ficarão estabelecidas as condições de trabalho (cargo, salário, jornada de trabalho, benefícios etc.). Dessa forma, todo o processo

anterior ao embarque é desenvolvido pelo MD, por intermédio da FT Log Hum. O processo de recepção e acompanhamento no destino é realizado pelo Ministério da Cidadania. Todas as fases têm o apoio dos demais ministérios integrantes do subcomitê de interiorização, de acordo com as suas necessidades.

O Ministério da Economia apoia a FT Log Hum na fiscalização da idoneidade das empresas e do cumprimento dos critérios definidos nas tratativas do pré-contrato de trabalho, estabelecido no curso do processo desenvolvido pela FT Log Hum. Por sua vez, esse Ministério realiza as medidas sociais de apoio no ponto de chegada. Será dada prioridade àqueles acolhidos nos abrigos federais, dada à situação de vulnerabilidade social desse público, mas não será restrito a estes.

O ordenamento da fronteira, as ações de abrigamento e a interiorização já retiraram mais de 15 mil pessoas das ruas de Pacaraima e de Boa Vista, fato que foi fundamental para a redução drástica dos casos de xenofobia contra os imigrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade.

A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DOS IMIGRANTES E REFUGIADOS

Diversas são as medidas desenvolvidas para a inclusão dos imigrantes e refugiados venezuelanos, como por exemplo:

- bolsas de subsistência - Para os venezuelanos interiorizados que, em razão de sua vulnerabilidade especial, tenham dificuldades de inserir-se laboralmente e permaneçam nos abrigos, após o tempo máximo de estada, o ACNUR poderá disponibilizar, a ser avaliado em cada situação individual, por um período de até três meses, apoio financeiro para que o venezuelano possa deixar o abrigo e ter condições de se manter por mais tempo, enquanto busca meios de subsistência;

- intermediação de vagas de trabalho - O Ministério da Economia é responsável por cadastrar todos os refugiados e imigrantes do portal Emprega Brasil, com a inclusão das informações profissionais de cada um deles, para intermediação de vagas de trabalho cadastradas na plataforma. Com o cadastramento, será possível gerar relatórios com perfis profissionais dos refugiados e imigrantes, identificar aqueles com maior empregabilidade etc. A partir dessas informações, deve-se desenvolver estratégias para identificar, sensibilizar e engajar empresas que tenham interesse em contratar refugiados e imigrantes com aqueles perfis. A realização dos seminários sobre a nova lei de migração é um exemplo de ação que promove o tema da contratação de mão de obra migrante; e

- divulgação dos perfis profissionais de refugiados e imigrantes e marco legal existente - Realização do seminário "nova lei de migração: uma janela de oportunidades" em diversas cidades do país, para promoção do novo marco legal sobre migração e sensibilização para o tema, além da realização de reuniões com as federações da indústria, comércio, serviços e agricultura e outras associações do setor produtivo, e entidades da sociedade civil que atuam no tema. Apoio ao refugiado e ao imigrante na busca de vagas e preparação para o mundo do trabalho.

Algumas estratégias podem ser desenhadas nesse âmbito, como por exemplo:

- ofertas de capacitação profissional em nível técnico. Serão ofertados cursos à distância, a partir da identificação do perfil

profissional solicitado pelas empresas. Esse trabalho de aproximação, entre as vagas ofertadas e os cursos oferecidos, pode ser desenvolvido pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços MDIC, a partir de experiência bem-sucedida realizada no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC);

- ofertas de cursos de língua portuguesa;
- articulação de mutirões de entrevistas - presencial e a distância;
- apoio na confecção e distribuição de currículos, orientações para entrevista de emprego; e
- articulação com o Ministério da Economia para implantação de estratégias de economia solidária, para os imigrantes e solicitantes de refúgio, tais como microcrédito na modalidade microempreendedor individual.

Em resumo, a estratégia de interiorização tem se apresentado como resposta a um conjunto de fatores relacionados à crise humanitária da Venezuela e suas consequências no território nacional:

a. esgotamento da capacidade de absorção socioeconômica da cidade de Boa Vista e do estado de Roraima, dado o crescimento regular do contingente de refugiados e imigrantes;

b. dificuldade da cidade de Boa Vista e do estado de Roraima na manutenção da prestação regular de serviços públicos, dado a grande ampliação da demanda promovida pela entrada de refugiados e imigrantes;

c. interesse dos próprios venezuelanos no deslocamento para outros estados brasileiros, segundo pesquisas realizadas pela OIM e dados da Polícia Federal;

d. maiores chances de inclusão socioeconômica para os refugiados e imigrantes em outros estados e municípios; e

e. Com a interiorização e a redução do número de venezuelanos em Roraima, também haverá melhora nas condições de vida daqueles que optarem por ficar no estado e da própria população roraimense, já que haverá redução da concorrência no mercado laboral e no acesso aos serviços públicos.

Desde abril de 2018, 8.759 venezuelanos já foram interiorizados pelo governo federal e pela sociedade civil organizada.



Deslocamento de refugiados e/ou imigrante

O PLANO DE CONTINGÊNCIA

A situação política e econômica da República Bolivariana da Venezuela foi agravada desde que o presidente da Assembleia Nacional da Venezuela se autoproclamou presidente interino do país, em 23 de janeiro 2019, não existindo, assim, perspectivas de melhoria em curto prazo.

Após um estudo de cenários possíveis e prováveis, bem como uma análise de riscos, foi elaborado um plano de contingência. A interrupção ou diminuição do fluxo migratório com destino à Colômbia, Peru e Equador provavelmente ocasionaria o aumento do fluxo de imigrantes direcionados ao Brasil. O agravamento da crise econômico-social e de segurança na Venezuela pode motivar um aumento do fluxo migratório em direção ao Brasil. Tem sido constatada uma 2ª "onda" de migração, em que muitos imigrantes, particularmente homens, retornam a Venezuela e trazem

seus familiares e parentes para o Brasil.

Pontos de decisão para o acionamento do Plano: aumento do fluxo migratório, considerando como indicadores relevantes a chegada de 1000 imigrantes por dia e 7000 imigrantes por semana, simultaneamente, com uma considerável queda no fluxo da interiorização (não interiorizar acima de 700 imigrantes/mês).

O plano tem como objetivos estratégicos: interiorizar até 8.500 imigrantes em até 90 dias; ampliar a capacidade de abrigamento; e agilizar o fluxo de atendimento e de triagem.

O PLANO DE REVERSÃO

É importante entender que o fluxo migratório não é o motivo direto do emprego das Forças Armadas na Operação Acolhida. A falta da capacidade do governo estadual fez com que o governo federal interviesse, determinando a criação da Força-Tarefa Logística Humanitária. Ao mesmo tempo em que existe um plano de contingência, pronto para ser acionado quando necessário, há um plano de reversão, que foi elaborado para que haja uma transição para o governo estadual, de forma progressiva e responsável.

Como premissas, o acolhimento aos venezuelanos continuará até normalização da situação na República Bolivariana da Venezuela, normalizando assim o fluxo migratório para o Brasil. Neste sentido, ocorrerá a retirada de boa parte do componente militar, de forma ordenada e gradual; e a saída do componente militar ocorrerá nas funções e atividades que forem possíveis e necessárias, após substituição pelo componente civil.

A reversão ocorrerá em duas fases: preparação e execução. Na preparação, serão planejadas todas as medidas que permitam a passagem das funções e das atividades, desempenhadas pelos militares, para o componente civil. Na fase execução, serão colocadas em prática, de forma ordenada e gradativa, todas as atividades planejadas na fase do preparo.

Logo no início desta fase será criada/ativada a Célula de Coordenação Geral da Missão constituída por um estado-maior reduzido. Também será criada a Célula de Coordenação da Reversão, composta por integrantes das células do EM, visando realizar a reversão do material e do pessoal. Um Grupo de Acompanhamento Executivo permanecerá, com o objetivo de assessorar o Comitê Federal de Assistência Emergencial quanto ao andamento pós transição.

O término desta fase ocorrerá quando os militares e o material estiverem nas guarnições de origem e após o recolhimento dos produtos de defesa (PRODE) empregados; e as estruturas militares utilizadas durante a operação forem desvinculadas da atividade e as áreas ocupadas restituídas (após o controle de danos, SFC).

O LEGADO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA

A Operação Acolhida sempre procurou considerar o legado e os pontos positivos que o fluxo migratório deixará para o estado de Roraima e porque não para o Brasil. Esse fluxo deve ser visto como uma janela de oportunidade.

A política externa está sendo fortalecida, na medida em que o Brasil está sendo reconhecido como país exemplo no acolhimento de vulneráveis, sendo destacado pela sua resposta exclusiva no trato e preocupação com a dignidade dos imigrantes nas ações humanitárias.

Também, quanto às demandas de organizações não governamentais e atores não estatais, o componente militar soube bem intermediar as necessidades daqueles e o interesse do Estado Brasileiro, contribuindo com a herança de que as Forças Armadas possuem agentes articulados para o gerenciamento das eventuais crises que por ventura venham a surgir.

Os recursos descentralizados pelo governo federal e pelas agências da ONU proporcionaram um grande aquecimento na economia do estado, chegando a esgotar vários itens do comercio local, circulando mercadorias e serviços, havendo, inclusive, a necessidade de importar de outros estados, a fim de atender às demandas da Operação Acolhida.

A Operação melhorou a organização da capacitação de mão de obra na região. A célula de interiorização ajustou a melhoria na

formação de imigrantes abrigados na cidade de Boa Vista, intermediando e coordenando logisticamente a execução de cursos do Sistema "S" para venezuelanos abrigados, potencializando a interiorização destes de acordo com o interesse do empresariado das diversas regiões brasileiras, fornecendo mão de obra especializada para outros estados.

A presença de mais pessoas com capacidade de consumo nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, com a chegada dos militares e civis, e as necessidades de insumos de empresas contratadas nas licitações da Op Acolhida para execução das missões no local, injetaram considerável capital de giro no comércio local.

Ainda, a operação possibilitou que o empresariado local se mantivesse ativo. Nesse sentido, empresas particulares se adaptaram para responder às necessidades logísticas da missão, mantendo-se ativas mesmo em períodos de crise econômica, ajudando na manutenção do emprego de cidadãos locais.

Também, a troca de contingente da operação possibilita que mais pessoas circulem e conheçam o estado de Roraima, divulgando pontos turísticos regionais. Assim, uma herança da Op Acolhida é o melhoramento econômico do turismo local, embora de forma acanhada.

Obras significativas estão beneficiando o estado, como manutenção de áreas sob controle da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social – SETRABES (abrigo sócio educativo feminino, sócio educativo masculino, abrigo infantil, abrigo da melhor idade e abrigo do idoso); construção de poços artesianos em Boa Vista e Pacaraima; serviços de terraplanagem, limpeza, rede elétrica e saneamento básico nos locais onde se encontram os abrigos e entornos; e melhoria da fibra ótica em alguns pontos em Boa Vista e implantação desta em Pacaraima.

Emprego de vultosa quantidade de recursos que movimenta de forma significativa a economia das cidades de Boa Vista e Pacaraima e do Estado de Roraima. Empregos diretos e indiretos gerados.

O ordenamento da fronteira, as ações de abrigamento e a interiorização já retiraram mais de 15 mil pessoas das ruas de Pacaraima e de Boa Vista, fato que foi fundamental para a redução drástica dos casos de xenofobia contra os imigrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade. A operação proporcionou dignidade da pessoa humana. Nesse contexto, a instalação de vulneráveis em abrigos e a alocação das pessoas que ocupavam as praças e ruas de Boa Vista, em um ponto de pernoite, deixou como legado as estruturas e procedimentos que melhoraram a empatia da população roraimense para com os venezuelanos que antes prejudicavam a organização urbana da capital.

Quanto à apresentação da urbanidade, a Op Acolhida realizou a manutenção e melhoria de locais públicos, permitindo a revitalização de praças antes ocupadas desordenadamente por pessoas desassistidas.

Auxilia na mitigação do impacto negativo no sistema de saúde do estado, principalmente nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). A equipe de saúde atua nos abrigos de Boa Vista e Pacaraima, nas especialidades médicas de pediatria, ginecologia, clínica médica; na área odontológica, principalmente atuando na prevenção, com apoio nutricional em conjunto com a pediatria nos casos de crianças com baixo peso, e também no pré-natal de gestantes, aprimorando, desta forma, o aspecto de salubridade e a manutenção do saneamento básico da região. Com duas equipes de vacinação em Pacaraima e uma em Boa Vista, participa efetivamente no controle imunológico de diversas doenças existentes no país fronteiriço, e assim proporciona uma diminuição da ida dos venezuelanos nas UBS.

Quanto à opinião pública, esta se mostrou favorável à atuação das Forças Armadas na região e também, com o prosseguimento da operação, à presença dos cidadãos venezuelanos, contribuindo, assim, para evitar comportamentos de xenofobia.

Além disso, as ações humanitárias na região demonstraram a grande capacidade do povo brasileiro se mobilizar em prol dos refugiados. Nesse sentido, a sociedade civil das regiões do país se organiza e envia toneladas de doações para Roraima, deixando um legado de projeção de humanidade inerente à nação brasileira.

A presença de organismos internacionais proporciona aos acadêmicos e estudantes de todos os níveis, particularmente, na área de

relações internacionais e disciplinas sociais um contato direto, muitas vezes sendo contratados a trabalhar ou realizando pesquisa de campo.

O estado de Roraima está se tornando bilíngue. A introdução do idioma espanhol é inevitável. É um aspecto cultural de grande importância.

O reforço de efetivos da Força Nacional de Segurança Pública, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal contribuíram para que os índices de criminalidade na região afetada pelo fluxo migratório permanecessem em níveis aceitáveis. As ações da Polícia do Exército e FNSP (rondas e patrulhas) melhoram o sentimento de segurança na região.

A Op Acolhida, sendo conjunta, é mais uma oportunidade de integração entre as Forças Armadas. As organizações militares da região serão beneficiadas pela reversão de inúmeros materiais, sejam de emprego militar ou não.

O contato cerrado com mais de cem agências, bem como a presença quase que diária de mídia nacional e internacional, a maioria de grande expressão mundial, contribui para a projeção altamente positiva das Forças Armadas, tanto no país, quanto no exterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Forças Armadas, cumprindo seu papel desde sua criação, atua em mais uma operação destinada a colaborar com a manutenção da ordem, da paz e de valores humanos, valendo-se de princípios diplomáticos consagrados, como a não intervenção, a resolução pacífica de controvérsias, a imparcialidade e o respeito ao direito internacional.

A Operação Acolhida consagra o valor humanitário das Forças Armadas em uma total sinergia com todos os organismos envolvidos, dando atendimento e dignidade aos imigrantes e refugiados oriundos da Venezuela que chegam ao país em estado de vulnerabilidade. Ordena e controla o fluxo de pessoas no estado de Roraima para evitar o colapso dos serviços públicos e o agravamento da crise humanitária na região. Além disso, permite que pessoas comprometidas trabalhem com ética, altruísmo e respeito às diferenças, marcas indeléveis da Força-Tarefa Logística Humanitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD30-M-01 - Doutrina de Operações Conjuntas**. 1. Ed. Brasília, DF, 2011.

COSTA, Rosa da. **Legal and Protection Policy Research Series - Maintaining the Civilian and Humanitarian Character of Asylum.** Rosa da Costa. UNHCR Consultant. Department of International Protection. PPLA/2004/02. June 2004.

_____ **Decreto** nº **9.285, de 15 FEV 18.** Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela.

_____ **Decreto nº 9.286, de 15 FEV 18**. Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

_____ Diretriz Ministerial Nº 03/2018, de 28 FEV 18 – Autoriza a execução da Operação Acolhida, sob coordenação do MD, com o emprego de meios para o apoio logístico a órgãos públicos.

_____ **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

_____ **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas.

_____ **Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

United Nations High Commissioner for Refugees. **Guidelines on Maintaining the Civilian and Humanitarian Character of Asylum** – September, 2006.

A IMPORTÂNCIA DA COORDENAÇÃO CIVIL-MILITAR NA PROTEÇÃO DE CIVIS EM OPERAÇÕES DE PAZ

Coronel Mauricio Valença da Cruz

O Coronel de Infantaria Valença é analista de doutrina no Centro de Doutrina do Exército. Foi declarado aspirante a oficial, em 1992, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) estabelecimento de ensino no qual foi instrutor. É doutor em Ciências Militares, pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, pós-graduado em Altos Estudos em Defesa, pela Escola Superior de Guerra. Foi aluno e instrutor da Academia de Guerra do Chile (ACAGUE), observador militar na Missão das Nações Unidas no Sudão, oficial de coordenação civil-militar do *BRABAT* na *MINUSTAH* e comandante do 15° Batalhão de Infantaria Motorizado (valencaeb@hotmail.com).



Com o término da Guerra Fria, houve uma acomodação de forças no sistema internacional e o surgimento de um ambiente multipolar, indefinido, difuso e instável, propiciando o aparecimento de conflitos gerados por questões étnicas, religiosas, políticas e tribais. Ao mesmo tempo, para além dos estados nacionais, ganharam crescente importância novos atores, nesse novo cenário, como as diversas organizações não governamentais (ONG) e organizações internacionais (OI); destacando-se, entre elas, a Organização das Nações Unidas (ONU), que passou a ter papel fundamental na busca de soluções para aqueles conflitos, particularmente, por meio de suas missões de paz.

No entanto, desde o início, percebeu-se que a ONU não estava preparada para atuar adequadamente nessa nova conjuntura; particularmente, na proteção da população civil. O genocídio de Ruanda, em 1994 - no qual os "hutus" exterminaram cerca de 800.000 pessoas da etnia "tutsi" - e a limpeza étnica ocorrida em Srebrenica (ex-Iugoslávia), em 1995, foram os dois fracassos mais emblemáticos das missões de paz da Organização - a qual chegou, ao final da década de 90, desgastada politicamente e exaurida financeiramente.

A ONU, compelida por esses acontecimentos e pela opinião pública internacional, decidiu reavaliar seus métodos de condução das operações, visando a garantir maior proteção aos civis vítimas dos conflitos armados. Nesse sentido, após realizar uma profunda investigação doutrinária, durante o ano de 2000, concluiu a elaboração do relatório do "Painel das Nações Unidas sobre as Operações de Paz" – conhecido como "Relatório Brahimi" (nome adotado por ter sido liderado pelo embaixador argelino Lakhdar Brahimi). Um ano antes, já incluía, pela primeira vez em missões de paz, a proteção de civis – em inglês, *protection of civilians* (POC) - no mandato de uma missão, em Serra Leoa.

Desde então, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) fez da proteção dos civis um ponto focal naquelas operações; havendo, atualmente, mais de 95% das missões com esse tipo de mandato. No entanto, apesar dos progressos trazidos pelo Relatório Brahimi, ocorreram centenas de mortes de civis nas diversas missões, durante as últimas duas décadas, revelando vulnerabilidades no cumprimento dos mandatos.

Em suma, o Relatório Brahimi foi, sem dúvidas, um passo importante para a adequação das operações de paz em ambientes complexos, mas, no que tange à proteção de civis, o problema ainda está longe de ser resolvido. Nesse sentido, verifica-se que ainda há espaço para aperfeiçoamentos, particularmente, no que se refere aos planejamentos e à definição de papéis dos componentes civil e militar das operações, uma vez que insucessos nessas áreas acabam interferindo diretamente na eficácia da missão como um todo; bem como, na imagem

do país que envia contingentes para ela, como ação relevante de sua política externa.

A PROTEÇÃO DE CIVIS

Em 2015, a ONU publicou a "Política para Proteção de Civis na Manutenção de Paz". Tal documento serve de base para o cumprimento das missões com mandato de proteção de civis e deve ser lido em conjunto com as Diretrizes do *Departament of Peacekeeping Operations* (*DPKO*) e do *Department of Field Support* (*DFS*) sobre a Implementação de Mandatos de Componentes Militares das Operações de Manutenção da Paz e as diretrizes desses mesmos departamentos sobre a dissuasão e uso da força militar nessas operações, entre outros.

A "Política para Proteção de Civis na Manutenção de Paz" dá a seguinte definição para proteção de civis:

> "todos os meios necessários, incluindo o uso da força letal, visando a prevenir ou responder a ameaças de violência física contra civis, dentro das capacidades e áreas de operações, e sem prejuízo da responsabilidade do governo anfitrião" (UNITED NATIONS, DPKO/DFS, 2015, p. 5).

Normalmente, a coordenação de tais atividades é realizada principalmente pela seção de assuntos civis (*civil affairs section*), no nível operacional. Nesse contexto, os militares atuam no nível tático e apoiam as ações humanitárias por meio da célula de coordenação civil-militar (*CIMIC*) [1].

Nos mandatos das missões da ONU, a proteção de civis sempre é uma tarefa prioritária, considerada fundamental para o sucesso de qualquer uma delas. Cabe ressaltar o exemplo da Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo (*Mission de l'Organisation des Nations Unies pour la stabilisation en République démocratique du Congo - MONUSCO*, na sigla em francês), enquadrada na categoria de uma operação de manutenção da paz robusta.

De modo inédito, devido a violência existente no país, particularmente em sua porção oriental, foi criada nessa missão uma Brigada de Intervenção (contingente com aproximadamente 6 mil militares), com o objetivo de realizar operações ofensivas direcionadas a grupos rebeldes responsáveis por massivas violações dos Direitos Humanos (DH) e do Direito Internacional Humanitário (DIH).

Dentro desse contexto, a organização estabelece, por meio da Política para Proteção de Civis, princípios que devem ser seguidos pelos componentes da missão. Primeiramente, as ações devem ser baseadas nas leis do Direito Internacional Humanitário e devem reforçar e complementar a proteção dos Direitos Humanos. Além disso, a proteção de civis terá sempre prioridade e deverá haver proatividade, de modo a prevenir possíveis ataques à população. Os componentes da missão (civil, militar e policial), em todos os níveis, devem atuar de modo coordenado com os atores humanitários e com o governo local, o que torna a missão bastante complexa. No entanto, a atuação de militares, quase que exclusivamente no nível tático, tem dificultado essa coordenação.

Nesse contexto, essa política ainda prevê quatro fases de resposta às ameaças contra a integridade de civis que, de acordo com o nível de ameaça, podem ser: a prevenção, quando a ameaça não é clara; a preempção e a resposta, ambas quando a ameaça é identificada; e a consolidação, quando a ameaça foi extinta. Em todas as fases, fica evidente que haverá ações tanto de militares quanto de civis.

A figura abaixo define a estrutura de uma missão da ONU, de acordo com os seus 3 níveis:

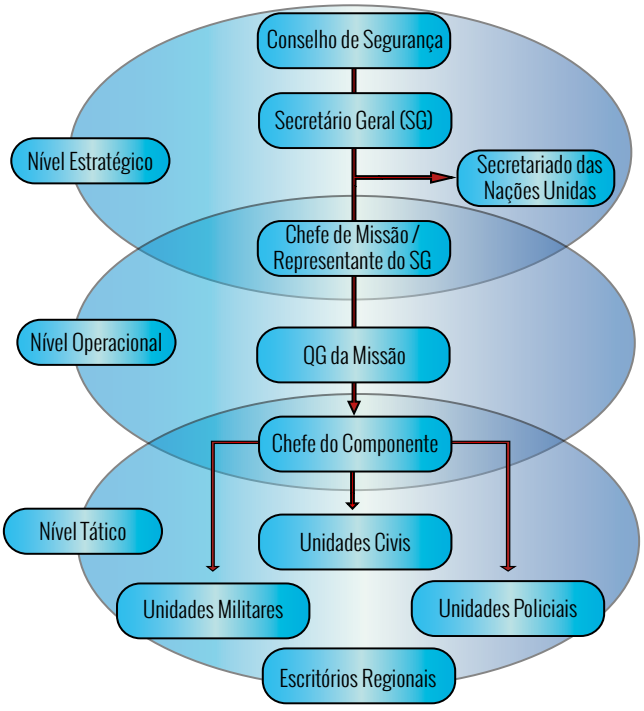


Figura 1 - Hierarquia, comando e controle das operações de paz da ONU

De acordo com a figura 1, verifica-se que o componente militar se encontra no nível tático, estabelecendo contato direto com a população e seus líderes comunitários, cabendo a ele a missão principal de protegê-los contra a violência física. Aos civis, cabe o estabelecimento de ligação com os órgãos externos e o planejamento das atividades de proteção de civis no âmbito de uma missão.

Ressalta-se que as unidades militares não possuem, dentro dessa estrutura, relacionamento direto com o nível operacional e tampouco com o *UN Country Team* (*UNCT*) [2] e as ONGs presentes no ambiente operacional.

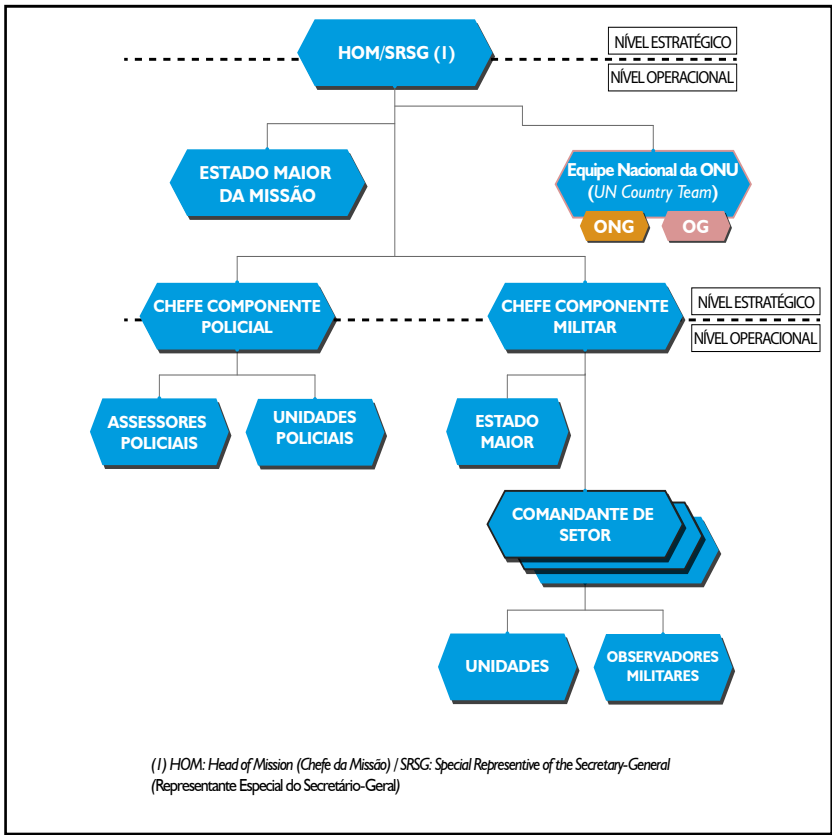


Figura 2 - Estrutura de uma missão multidimensional da ONU

Outros documentos a serem considerados nesta análise é a doutrina sobre proteção de civis dos Estados Unidos da América (EUA), que é baseada no *Protection of Civilians Military Guide*, publicado pelo *U. S. Peacekeeping and Stability Operations Institute (PKSOI)*, e no Manual *ATP 3-07.6 Protection of Civilians*, do Exército dos EUA.

Ambos os documentos discutem a proteção de civis durante operações militares e missões de paz, definindo três componentes: entender os riscos civis; conduzir operações para proteger os civis; e moldar um ambiente de proteção.

A proteção de civis é definida como:

> "os esforços para reduzir os riscos de violência contra civis, garantir seus direitos de acesso a serviços e recursos essenciais e contribuir para a criação de um ambiente seguro, estável e justo para os civis a longo prazo" (US ARMY PKSOI, 2018, p. 3).

Assim, a proteção de civis, na doutrina americana, abrange um sistema de segurança humano amplo, incluindo a garantia de acesso a recursos básicos e a proteção dos direitos humanos.

Quanto à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ela também possui uma doutrina própria, baseada na "*NATO Policy for the Protection of Civilians*". Segundo a Organização:

> "A proteção de civis (pessoas, objetos e serviços) inclui todos os esforços para evitar, minimizar e mitigar os efeitos negativos que possam surgir das operações militares sobre a população civil e, quando aplicável, proteger civis de conflitos, violência física ou ameaças de violência física por outros atores, incluindo o estabelecimento de um ambiente seguro e protegido" (US ARMY PKSOI, 2018, p. 173).

O conceito da OTAN inclui três linhas de esforço que se completam mutuamente:

- mitigar o dano: focada em prevenir, parar e impedir ações que causem danos diretos ou indiretos aos civis;
- facilitar o acesso às necessidades básicas: focada em apoiar a população civil e atores humanitários; e
- contribuir para um ambiente seguro e protegido: focada em apoiar o desenvolvimento do governo anfitrião e de suas instituições.

Um quarto elemento - entendendo o ambiente humano - aplica-se a todas as três outras áreas, proporcionando um processo contínuo de observação, percepção e interpretação de um conflito ou crise.

Desse modo, como termo de comparação, a doutrina da OTAN assemelha-se à americana, prevendo uma proteção de civis ampla, conforme verifica-se na figura 3.

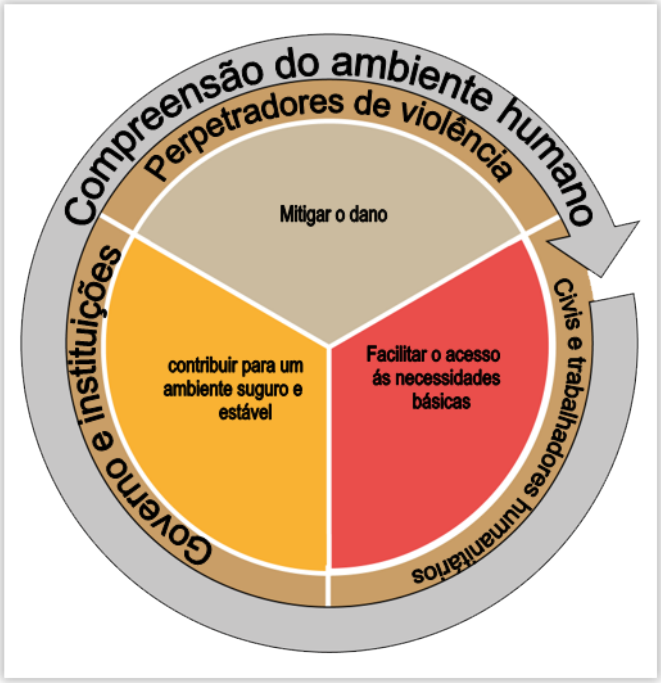


Figura 3 - Proteção de civis, segundo a OTAN

Quanto ao Brasil, apesar de ainda não possuir uma doutrina própria de proteção de civis, o país atuou, nos 13 anos de missão no Haiti, de uma maneira mais abrangente e inclusiva, de modo semelhante às doutrinas dos Estados Unidos da América (EUA) e da OTAN, sendo alvo de elogios por parte da comunidade internacional.

Constata-se que as doutrinas dos EUA e da OTAN estão relacionadas ao braço militar em operações regulares ou de paz, incluindo tarefas em todos os níveis. Já a doutrina da ONU tem dificuldade na identificação da responsabilidade de cada componente – civil, militar ou policial –, criando uma área de indefinição para a ação desses contingentes. Os dois últimos, pela própria organização das missões de paz, são colocados, quase que exclusivamente, no nível tático, ficando ausentes dos planejamentos das atividades de proteção de civis e do estabelecimento de parcerias com órgãos externos à missão, como agências governamentais e humanitárias.

A ausência dos militares e policiais no nível operacional (como é o caso das missões de paz da ONU), onde são realizadas as coordenações com as principais lideranças dos atores externos à missão, tende a comprometer a eficiência e a eficácia no cumprimento dos objetivos relativos à proteção de civis. Ademais, a falta de conhecimento do *modus operandi* e da capacidade dos militares pode trazer equívocos ao planejamento, caso seja realizado somente pelos civis.

DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO DA PROTEÇÃO DE CIVIS

A experiência em missões de paz mostra que o comportamento humano é, muitas vezes, imprevisível, havendo mudanças radicais no ambiente operacional, que passa da calmaria à crise de maneira abrupta. Tal característica determina a necessidade de proatividade no campo informacional e no estabelecimento de parcerias e planos de contingência para enfrentar os problemas relacionados à violência contra civis.

Essa necessidade, no entanto, não diz respeito somente aos militares, pois os atores envolvidos na proteção de civis, no sentido mais amplo, são numerosos e heterogêneos. Desse modo, torna-se um grande desafio estabelecer uma coordenação efetiva dos órgãos presentes no país hospedeiro, em função das tênues (ou, por vezes, inexistentes) relações hierárquicas ou funcionais, entre eles.

Como constatado anteriormente, na estrutura das missões da ONU, os contingentes militares e policiais atuam no nível tático. Nessa configuração, eles acabam por não estabelecer ligações com as lideranças decisórias de órgãos governamentais e agências humanitárias. No entanto, por atuarem em contato com a população, esses contingentes estabelecem

ligações informais com representantes das diversas agências e com líderes comunitários. Quando a coordenação das ações, no nível operacional ou superior, não é bem realizada, a consequência é a maior dificuldade de atuação de todos os atores no nível tático.

Pela grande visibilidade que possui, o componente militar é, muitas vezes, instado pela população a solucionar problemas para os quais não está inicialmente preparado (ou não tenha tal atribuição formal); isso ocorre devido à ausência de informações mais precisas, que deveriam vir dos níveis mais altos.

Um caso emblemático, ocorrido na Missão das Nações Unidas para Estabilização na República Centro-Africana (*MINUSCA,* na sigla em francês), demonstra bem essa situação [3]. Em novembro de 2016, após semanas de crescentes tensões, houve um confronto entre grupos armados que lutavam na cidade de Bria (localizada no centro do país). Enquanto o comando do componente militar buscava obter informações sobre o conflito recém-deflagrado, centenas de civis começaram a buscar proteção junto à base da ONU. Os poucos soldados que se encontravam no local passaram a realizar um cordão de isolamento para proteção da base e dos civis. Duas horas depois, o conflito terminou. No entanto, restaram 5 mil pessoas ao redor da base, que, apesar de não terem sofrido violência física, possuíam diversos tipos de necessidades básicas, como atendimento médico, água e comida. O componente militar necessitou agir isoladamente, improvisando um campo de deslocados, tendo em vista a falta de plano de contingência, que estabelecesse procedimentos, para todos os atores presentes na localidade. A falta desse apoio trouxe inúmeros problemas, como desentendimentos entre famílias na busca por suprimentos e abrigos; provocando manifestações contra a missão da ONU e trazendo prejuízos à imagem da força perante a população local. A situação só foi estabilizada cerca de quarenta dias depois, após o recebimento de reforços materiais e com a chegada das instituições civis especializadas, entre elas o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Outra operação, que possui um mandato de proteção de civis desafiador, é a Missão das Nações Unidas do Sudão do Sul (*UNMISS,* na sigla em inglês). Há três principais desafios enfrentados para a proteção de civis naquele país africano: a restrição de acesso dos militares às localidades, que impedem a sua capacidade de executar o seu mandato de POC; o clima político hostil, que, muitas vezes, resulta em um tipo de atuação de modo reativo; e a falta de capacidade logística, traduzida pelas limitações de capacidades e de recursos. Cabe ressaltar que há uma inter-relação entre os citados desafios, o que amplia as dificuldades de seu enfrentamento.

Nos mandatos das missões da Organização das Nações Unidas (ONU), a proteção de civis sempre é uma tarefa prioritária, considerada fundamental para o sucesso de qualquer uma delas.

Em 2017, o *Senior Coordination Officer for the Relief, Reintegrate and Protection* (*RRP*)*section of UNMISS* destacou um exemplo das restrições existentes no Sudão do Sul, como: para se deslocar entre as cidades de Juba e Bentiu, em um itinerário de aproximadamente 1000 Km, é necessário passar por mais de 90 postos de controle (do governo, da oposição ou de grupos armados). Por inúmeras vezes, as forças da *UNMISS* foram impedidas de ir a lugares onde havia relatos de que civis estavam sendo assediados ou alvejados, ocorrendo o mesmo impedimento com os atores que prestam assistência humanitária.

Todas essas deficiências trouxeram reflexos diretos para a proteção de civis,

culminando com os violentos confrontos em Juba, em julho de 2016, que resultaram em mais de 300 mortes e 42 mil deslocados. Tal fato provocou uma vigorosa resposta do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A Resolução nº 2.304 do CSNU, de 2016, determinou o aumento dos níveis de força da *UNMISS*. Além disso, a ONU realizou uma investigação interna, que levou à demissão de um alto comandante militar da Força de Manutenção da Paz no Sudão do Sul. De acordo com um resumo executivo do relatório, a investigação especial concluiu que a falta de liderança e prontidão, por parte do pessoal sênior da missão, culminou em uma resposta caótica e ineficaz à violência.

Nesse caso, ficou evidente que o desempenho dos contingentes e sua disposição de se envolver proativamente no enfrentamento de ameaças aos civis ficam muito prejudicados, uma vez que a capacidade de agir e interpretar mandatos seria exclusiva dos comandantes da força (nível tático), sem a necessária assessoria e coordenação dos decisores do nível operacional.

Assim, quando ocorre um fracasso em termos de proteção de civis, a cobrança recai, inexoravelmente, sobre os militares. No entanto, constata-se que a própria estrutura das missões de paz da ONU relega os componentes militar e policial ao nível tático, excluindo-os dos processos de planejamento e de coordenação com órgãos governamentais e não governamentais. Desse modo, sem informações compartilhadas e atividades coordenadas, incluindo as humanitárias, dificilmente consegue-se a necessária proatividade, cabendo aos militares, na maioria das vezes, tão somente a tarefa de reagir no contexto de uma crise já iniciada.

Verifica-se, por exemplo, que nas missões de paz na República Centro-Africana e no Sudão do Sul nem sempre o que é acordado nos níveis estratégico e operacional é executado no nível tático. Assim, os problemas acabam por ocorrer neste último nível, no qual o componente militar está inserido.

Além da falta de coordenação entre os níveis tático e operacional, existe também problema semelhante no relacionamento entre civis e militares. Ademais, a falta de capacidade de certos contingentes militares foi alvo de críticas da própria ONU.

A COORDENAÇÃO CIVIL-MILITAR NO APOIO À PROTEÇÃO DE CIVIS

No final de 1995, tropas lideradas pela OTAN, na antiga Iugoslávia, atuaram sob a égide da ONU e, ao serem desdobradas, depararam-se com diversas organizações civis que agiam legitimamente na área, em condições de, inclusive, apoiar as ações das tropas. Essa situação determinou a necessidade do estabelecimento de uma doutrina que orientasse o trabalho conjunto entre a tropa e esses atores – a chamada cooperação civil-militar ou *civil-military cooperation* (*CIMIC,* na sigla em inglês).

No Brasil, o Exército Brasileiro publicou seu primeiro manual de cooperação civil-militar em 2017, valendo-se, em grande parte, da sua experiência de 13 anos no Haiti. De acordo com a doutrina brasileira, *CIMIC* tem a seguinte definição:

> "caracteriza-se por atividades que buscam estabelecer, manter, influenciar ou explorar as relações entre as forças militares, as agências, as autoridades e a população em uma área operacional, contribuindo para atingir os objetivos militares e garantir um ambiente seguro e estável, de acordo com a natureza da missão" (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2017, p. 1-3).

Compreende, entre outras, ações comunitárias e de coordenação com organizações não governamentais, organizações internacionais e, eventualmente, organizações governamentais.

O braço humanitário da ONU - o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (*UNOCHA* ou *OCHA*, na sigla em inglês) - adota outro termo – *Civil-Military Coordination* (*CM-COORD*), que também busca o diálogo e a interação entre os setores civil e militar, por julgar necessário para proteger e promover os princípios humanitários, evitar competições e perseguir objetivos comuns. Os contingentes militares das missões de paz também possuem um oficial de *CIMIC* em seus estados-maiores,

com o objetivo de facilitar a interface entre os componentes militar e civil, assim como com os atores humanitários e de desenvolvimento, para apoiar os objetivos da missão das Nações Unidas.

A ONU não define detalhadamente a maneira de atuar dos diversos contingentes. Assim, em cada força de paz, os contingentes agem conforme a doutrina de seus países. Essa indefinição não permite uma padronização de procedimentos, especificamente, nas relações civis-militares.

Atualmente, os diversos atores civis presentes em uma missão de paz exercem grande influência na consecução dos objetivos militares, sendo a recíproca também verdadeira. Sendo assim, a capacidade da tropa de interagir coordenadamente com o meio civil torna-se fundamental para o bom cumprimento de sua missão.

Doutrinariamente, a ONU prevê a utilização de forças militares e policiais civis em ações humanitárias, apenas como último recurso. Assim, a política da ONU peca por não considerar períodos e locais, nos quais os militares estão mais presentes que os civis, ou ainda pior, são os únicos representantes da ONU. Sendo assim, há necessidade de uma política mais flexível para que os civis e militares possam atuar com sinergia em todos os escalões.

Na *UNMISS*, a ausência de uma coordenação satisfatória entre civis e militares dificultou a efetiva proteção de civis. As estruturas de coordenação entre a *UNMISS* e os atores humanitários foram intencionalmente separadas. Representantes da missão, civis e militares, foram impedidos de participar dos *clusters*[4] por não serem considerados tecnicamente atores humanitários. Assim, não houve coordenação estratégica entre a comunidade humanitária e a *UNMISS*, havendo, somente, uma presença da *OCHA* dentro do modelo de integração "*onefoot in, onefoot out*" (um pé dentro, outro pé fora) – ou seja, a *OCHA* se comunicava, mas pouco coordenava com os órgãos humanitários.

Dentro da estrutura da *UNMISS* havia, também, um Grupo Técnico de Proteção de Civis, que realizava reuniões semanais, sendo este o único fórum onde existia uma interação com o componente militar. No entanto, como não havia contato direto entre os militares e as diversas organizações humanitárias, existia um desconhecimento mútuo das capacidades e intenções dos diversos atores presentes na área de operações.

Apesar do esforço da *UNMISS* em coordenar, a análise de entrevistas realizadas com representantes da comunidade humanitária [5] constatou a existência de desconfiança dos atores humanitários em relação aos integrantes da *UNMISS*. Com isso, a participação dos contingentes militares, sem coordenação com as organizações humanitárias, na assistência direta à população, foi alvo de duras críticas; redundando, ademais, na percepção dos atores civis de que os militares, em geral, possuíam pouco conhecimento dos princípios humanitários.

Na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (*MINUSTAH*, em francês), as tropas brasileiras, as quais são acostumadas a realizarem ajuda humanitária dentro do território nacional, definiram uma nova maneira de atuar, dividindo o espaço humanitário com outros atores, de modo harmônico, sendo sua atuação alvo de elogios dentro e fora da ONU. A coordenação civil-militar foi, em grande parte, responsável pelo êxito alcançado no país caribenho. Segundo o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a atuação exitosa brasileira no Haiti definiu, no âmbito da comunidade internacional, o "*Brazilian way of peacekeeping*", ou seja, o "jeito brasileiro de manter a paz" [6].

A identidade e a cultura nacionais, aliadas à formação militar de excelência, baseada nos pilares da hierarquia e disciplina, ajudaram também na definição desse *modus operandi* peculiar do soldado brasileiro. Em suma, essa maneira de atuar, tipicamente nacional, facilita em muito a obtenção do *soft power* das forças brasileiras em operações de paz, contribuindo para o sucesso da missão.

Com essas características, durante a missão no Haiti, o contingente realizou diversas atividades de *CIMIC*, como: reuniões com líderes comunitários/chefes de organizações; ações cívico-sociais (ACISO); projetos de cursos profissionalizantes para a população; e projetos de infraestrutura de apoio à comunidade – especialmente os *Quick Impact Project* (Projetos de Impacto Rápido). Os eventos foram realizados, normalmente, em parceria com organizações não governamentais, organizações internacionais e/ou organizações governamentais. As ações foram planejadas dentro da área de responsabilidade do Batalhão Brasileiro (*BRABAT*, na sigla em inglês), sendo priorizadas as áreas mais instáveis; o que redundou, muitas vezes, por questões de segurança, na ausência da participação do componente civil da *MINUSTAH*.

Além de proporcionarem benefícios ao povo haitiano, as atividades de *CIMIC* trouxeram reflexos positivos para as operações no país. A ágil comunicação, entre os líderes civis (comunitários e de agências) e os militares, permitiu a atualização do cenário de atuação das forças militares com grande rapidez. Apesar da coordenação civil-militar não visar à coleta de informes, várias ocorrências foram relatadas de imediato pelos líderes, tendo tornado mais rápido o ciclo da informação, permitindo, consequentemente, uma pronta resposta da tropa aos incidentes, evitando-se, assim, ações e ataques contra os civis.

Além disso, o apoio da população às atividades do *BRABAT* inibiu a ação das gangues. Em certas localidades, houve redução significativa dos crimes, após o incremento do número de patrulhas e de atividades de *CIMIC*.

A coordenação civil-militar contribuiu, ainda, para a projeção de uma imagem positiva da *MINUSTAH* e do Brasil perante a opinião pública internacional.

Não obstante o sucesso alcançado, constata-se que tal instrumento tem sido pouco ou mal utilizado nas operações de paz. Na própria missão no Haiti, que durou de 2004 a 2017, as relações, entre os níveis tático e operacional, nem sempre foram as melhores. Muitas vezes, não havia coordenação entre esses níveis, ocorrendo ainda uma grande diferença, qualitativa e quantitativa, entre as atividades realizadas pelos contingentes dos distintos países.

A *MINUSTAH* é um exemplo que realça a participação bem-sucedida do Brasil, mas os desafios para a proteção de civis continuam relevantes. Nas diversas missões de paz, verifica-se que a coordenação civil-militar não é, de um modo geral, priorizada, o que traz prejuízos ao cumprimento do mandato. Muitos contingentes até evitam atuar com civis e vice-versa, acarretando o indesejável aumento da desconfiança mútua.

A ONU não define detalhadamente a maneira de atuar dos diversos contingentes. Assim, em cada força de paz, os contingentes agem conforme a doutrina de seus países. Essa indefinição não permite uma padronização de procedimentos, especificamente, nas relações civis-militares.

Atualmente, as forças armadas brasileiras estão participando da operação humanitária chamada "Acolhida", em Roraima, coordenando a entrada de imigrantes, na maioria venezuelanos, naquela região. Tal operação é uma das mais complexas da história da América Latina e as experiências que estão sendo adquiridas, em matéria de coordenação com organizações civis, tem servido para colher ensinamentos e aperfeiçoar a doutrina brasileira sobre o tema. Cabe ressaltar que as forças armadas brasileiras têm mostrado grande competência em coordenar as atividades com as diversas agências, comprovando sua aptidão para a coordenação civil-militar.

O fato dos militares estarem presentes nos níveis estratégico, operacional e tático facilita a obtenção da sinergia entre os militares e as diversas agências civis.

Segundo a doutrina, quando necessário, podem ser estabelecidos Centros de Coordenação Civil-Militar (C^3M); locais esses, onde ocorrem as ligações e intercâmbio de informações, entre militares, organizações civis e autoridades locais. Tais centros são estabelecidos, normalmente, no nível operacional e são decisivos para o comando e controle (C^2) das operações, facilitando, assim, o processo de tomada de decisões.

As principais funções dos C^3M são: estabelecer pontos de contato, entre civis e militares; facilitar o intercâmbio de informações; aconselhar sobre a disponibilidade e a capacidade dos militares apoiarem as organizações civis; e fortalecer a legitimidade das forças militares perante as autoridades civis e a população local.Tais funções vêm sendo exercidas, de maneira exemplar, pelo componente militar brasileiro na Operação Acolhida. A realização de reuniões quinzenais, com representantes de mais de uma centena de organizações civis, mostra-se de grande relevância para o sucesso da operação, no ordenamento da fronteira, no abrigamento e na interiorização dos imigrantes.

Com tudo isso, constata-se que a coordenação civil-militar é uma ferramenta que, quando bem usada, pode aumentar a eficiência e a eficácia da proteção de civis nas missões de paz da ONU. Ademais, o estabelecimento de C^3M, no nível operacional, com a participação de atores civis e militares (incluindo as diversas organizações governamentais, internacionais ou não governamentais presentes no ambiente operacional), poderia contribuir para a promoção de um clima de confiança e comprometimento, entre todos os engajados, na proteção de civis. Desse modo, poderiam ser formadas redes de comunicações e planos de contingência, visando a atuação preventiva e reativa contra atos hostis a civis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da proteção de civis em missões de paz da ONU, não há um modelo de atuação sistematizado, que inclua os diversos atores presentes na área de operações. Ademais, a ausência de representantes dos contingentes militares na fase do planejamento, em particular no nível operacional, prejudica a atuação das forças militares, que passam a atuar predominantemente de forma reativa, comprometendo a eficácia da missão.

A proteção de civis ainda se constitui um desafio para as operações de paz, as quais, no futuro próximo, serão desdobradas em ambientes cada vez mais complexos, onde a presença de contingentes civis, com diferentes origens e interesses, prestam serviços a populações, cujas necessidades básicas vão da segurança ao apoio alimentar, passando pelas questões de gênero e a proteção infantil. Assim, o sucesso dessas missões dependerá, em grande parte, da capacidade de garantir tal proteção e apoio. Por outro lado, o fracasso de um contingente no cumprimento de missões de tamanha complexidade, ainda que seja consequência de um reconhecido problema estrutural da ONU ou da imprecisão de seus mandatos, teria reflexos negativos para além da própria missão de paz.

Para que o contingente cumpra com eficiência a missão de proteger civis, é fundamental que haja um engajamento das tropas dentro do espaço humanitário, promovendo o maior relacionamento do contingente militar com as diversas agências e com o governo local, em todos os níveis. Nesse sentido, a presença de um maior e mais qualificado efetivo de militares no nível operacional possibilitaria uma melhor coordenação e o compartilhamento de informações que auxiliariam na prevenção contra ações e ataques a civis, nas missões que o país participa.

A falta de coordenação, entre civis e militares, e de comunicação, entre os níveis operacional e tático, dificulta a tomada de

medidas preventivas por todos os atores presentes no ambiente operacional. Uma atuação conjunta, entre civis e militares, dentro do espaço humanitário, poderia mitigar tais óbices, pois haveria um maior comprometimento entre as organizações, que teriam missões bem definidas no esforço de proteger civis.

Nesse contexto, o emprego da coordenação civil-militar, de modo proativo, de maneira semelhante ao que foi realizado pelo contingente brasileiro na *MINUSTAH* e como está sendo realizado em Roraima (Operação Acolhida), surge como o melhor modelo de atuação para que haja uma proteção de civis, de forma efetiva, nas operações de paz.

Nesse sentido, a *CIMIC* é um instrumento que, se bem empregado, poderá trazer diversos benefícios para a proteção de civis, entre os mais evidentes: melhorar o compartilhamento de informações; estabelecer relações de confiança, entre os diversos atores; aumentar o compromisso com a proteção de civis, no âmbito das OG, ONG e OI; permitir o conhecimento das capacidades mútuas; e incrementar os planos relativos à proteção de civis, nos níveis operacional e tático.

Por fim, para missões futuras, o estabelecimento de Centros de Coordenação Civil-Militar (C³M), no nível operacional, poderia facilitar o cumprimento do mandato pelas tropas e permitiria aperfeiçoar o relacionamento das tropas com as diversas organizações, governamentais e não governamentais, criando um ambiente de confiança mútua, facilitando a busca da unidade de esforços e evitando a duplicidade de ações. Dessa forma, os componentes civil e militar poderiam se complementar em suas potencialidades, garantindo aquilo que é um dos principais objetivos das forças de paz da ONU, qual seja: o alcance da máxima efetividade na complexa missão de proteção de civis.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, João Duarte. **O Direito de Intervenção Humanitária**: o Genocídio na Bósnia e no Ruanda. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais) -Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2010.

ALLEN R.; ROSÉN F.; TARP K. Preparing for Protection of Civilians in United Nation Peacekeeping Operations. **Danish Institute for International Studies Report**. Copenhagen, 2016. Disponívelem:http://pure.diis.dk/ws/files/731173/DIIS_Report_2016_10_Web.pdf. Acesso em: 21 jul. 2018.

BIGATÃO, Juliana de Paula. A Norma de Proteção de Civis nas Operações de Paz da ONU: os mandatos robustos da década de 2000. **Revista Conjuntura Global.** Curitiba, vol. 5, n. 3, p. 460–483, set./dez. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Divisão de Operações de Paz. **Relatório de efetivo no exterior**. Brasília, 31 de agosto 2018.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa/Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012.

_____. **MD33-M-02:** Manual de abreviaturas**,** siglas, símbolos e convenções cartográficas das Forças Armadas**.** 3.Ed. Brasília, DF, 2008.

CRUZ, Mauricio Valença da. **A preparação do contingente para integrar Força Internacional de Paz:** uma proposta de preparo do contingente do Exército Brasileiro, em missões de paz sob a égide da ONU, com enfoque na Coordenação Civil-Militar (CIMIC). 2010. 268 f. Tese (Doutorado em Ciências Militares) -Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2010.

_____. A influência da identidade e da cultura brasileiras na obtenção do soft power das Forças Armadas. **Caderno de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro [no prelo].

CRUZ, Mauricio Valença da; PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. A interação com Organizações Não Governamentais em Operações de Paz. **Revista A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, p. 25-36, jul./set. 2011.

EMMA, Kenny. **The protection of civilians**: challenges for UNMISS. Paper (Bachelor degree). Lund University. Lund, 2017. Disponível em: http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordOId=8911031&fileOId=8923602. Acesso em: 10 jul. 2018.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Comando de Operações Terrestres (COTER). **EB 70-MC-10.221:** Cooperação Civil-Militar. Brasília. 2017.

_____. **Relatório de Final de Missão:** 20º Contingente, Haiti, dezembro de 2014.

FETT, Priscila. Tudo novo no front: MONUSCO, uma nova era nas peacekeeping operations? **Revista de Direito Internacional.** Brasília, vol. 10, n. 2, p. 169–182, 2013.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM).**Lessons Learned from South Sudan Protection of Civilian Sites 2013–2016**. Genebra, 2016. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/if_we_leave_0.pdf. Acesso em: 14 jul. 2018.

LYNCH, C.; O'GRADY. S. South Sudan Rejects U.S Pushfor More Peacekeepers Despite Bloodshed. **Foreign Policy magazine**. Washington, 10 ago. 2016. Disponível em: http://foreignpolicy.com/2016/08/10/south-sudan-rejects-us-push-for-more-peacekeepers-despite-bloodshed/. Acesso em: 10 jul. 2018.
LYNCH, C. U.N. Chief Fires His Top Peacekeeping Commander in South Sudan. **Foreign Policy magazine**. Washington, 1 nov. 2016.Disponível em: http://foreignpolicy.com/2016/11/01/u-n-chief-fires-his-top-peacekeeping-Commander-in-south-sudan/. Acesso em: 10 jul. 2018.
MACEDO G.; AGUILAR S.; NABUCO P.; OLIVEIRA R. A Proteção de Civis: da teoria à prática. In: Workshop Nacional da Rede Brasileira de Pesquisa sobre Operação de Paz – REBRAPAZ, 2017. **Resumo.** Rio de Janeiro, 2017.
MARSON, Ana Carolina de Araújo. **Uma análise crítica do conceito "Responsability to Protect"**. 2010. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação em Relações Internacionais) -Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado. São Paulo, 2010.
NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **AJP 9:** NATO Civil-Military Co-operation Doctrine. Bruxelas, 2003.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Centro Regional de Informações das Nações Unidas (UNRIC). **Conselho de Segurança afirma, pela primeira vez, a "responsabilidade de proteger" os civis**. [S.I.], 28 abr. 2006. Disponível em: https://www.unric.org/pt/direitos-humanos-actualidade/1588. Acesso em: 15 jul. 2018.
PUREZA, José Manuel. As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia. **Carta Internacional.** Belo Horizonte, vol. 7, n. 1, p. 3–19, jan./jun. 2012.
REYNAERT, Julie. MONUC/MONUSCO and Civilian Protection in the Kivus – **Interns & Volunteers Series of International Peace Information Service – IPIS**. Washington, 2011. Disponível em: https://docplayer.net/38246407-Monuc-monusco-and-civilian-protection-in-the-kivus.html. Acesso em: 12 jul. 2018.
REZENDE, Amanda. **Ruanda: genocídio e mídia**: as Relações Internacionais e a Comunicação Social. 2011. 230 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) -Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations (DPKO) / Department of Field Support (DFS). **Civil-Military Coordination in UN Integrated Peacekeeping Missions (UN-CIMIC) Policy.** New York, 2010.
_____. **The Protection of Civilians in United Nations Peacekeeping Policy.** New York, 2015.
_____. **United Nations Force Headquarters Handbook.** New York, 2014.
_____. **UN Peacekeeping PDT Standards, Core Pre-Deployment Training Materials.** New York, 2009.
UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations (DPKO) / Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA). **Protecting Civilians in the Context of UN Peacekeeping Operations:** Successes, Setbacks and Remaining Challenges. New York, 2009.
UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations (DPKO). **Specialised Training Materials on Child protection for UN Peacekeeper.** New York, 2014.
_____.**UN Peacekeeping Standards, Specialized Training Material for Military Staff Officers.** New York, 2011.
UNITED NATIONS. General Assembly (GA) / Security Council (SC). **High-LevelIndependent Panel on UN Peace Operationson Unitingour Strengths for Peace**: Politics, Partnership and People (UN Doc. A/70/95-S/2015/446). New York, 17 ago. 2015. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2015/446. Acesso em: 14 jul. 2018.
UNITED NATIONS. Office forthe Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA). **UN CM-Coord Field Handbook**. Genebra, 2015.
UNITED NATIONS. Security Council (SC). **ExecutiveSummaryoftheIndependentSpecialInvestigationintotheviolencewhichoccurred in Juba in 2016 and UNMISS response**. New York, 1 nov. 2016. Disponível em: http://www.un.org/News/dh/infocus/sudan/Public_Executive_Summary_on_the_Special_Investigation_Report_1_Nov_2016.pdf. Acesso em: 15 jul. 2018.
_____. **Report of the Secretary-General on the United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo**. New York, 5 jan. 2018. Disponívelem: https://monusco.unmissions.org/sites/default/files/n1746531_05012018_ev.pdf. Acessoem: 15 jul. 2018.
UNITED NATIONS. United Nations Assistance Mission in Somalia (UNSOM) / United Nation Human Rights Office of High Comissioner (UNOCHA). **Protection of Civilians:** Building the Foundation for Peace, Security and Human Rights in Somalia (Report). Mogadício, 2017. Disponível em: https://unsom.unmissions.org/sites/default/files/protection_of_civilians_report_20171210_2.pdf. Acessoem: 15 jul. 2018.
US ARMY. **ATP 3-07.6:** Protection of Civilians. Washington. 2015.
U. S. ARMY PEACEKEEPING AND STABILITY OPERATIONS INSTITUTE (PKSOI). **Protection of Civilians Military Reference Guide.** Carslile, ed. 2, 2018.
WENDY Fenton; LOUGHNA, S. **The search for common ground**: civil–military coordination and the protection of civilians in South Sudan**.** Working paper. Humanitarian Policy Group (HPG) Oversea Development Institute.

London, 2013. Disponível em: https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/8784.pdf. Acessoem: 10 jul. 2018.
WILLMOT Haidi, SHEERAN Scott. The protection of civilians mandate in UN peacekeeping operations: reconciling protection concepts and practices. **International Review of the Red Cross**. Cambridge, n.95, p. 517-538, 2013.

NOTAS

[1] A ONU utiliza a nomenclatura coordenação civil-militar (CIMIC), que foi adotada neste trabalho. A OTAN e o Exército Brasileiro utilizam a terminologia cooperação civil-militar (CIMIC). A função da CIMIC, em todas as organizações, é similar (nota do autor).
[2] A Equipe das Nações Unidas para o País (UNCT) existe em 131 países e engloba todas as entidades do sistema das Nações Unidas que realizam atividades operacionais para o desenvolvimento, emergência, recuperação e transição nos países do programa. O UNCT assegura a coordenação interinstitucional e a tomada de decisões no nível do país.
[3] Caso relatado pelo Tenente-Coronel Luiz Claudio Talavera de Azevedo, que integrou o Estado-Maior da MINUSCA, em entrevista realizada no dia 31 de julho de 2018.
[4] Grupos de organizações humanitárias, organizados dentro dos principais setores, como água, proteção, nutrição etc (Humanitarian Response, 2018).
[5] Entrevistas realizadas por Fenton e Lounghnan (2013) no trabalho acadêmico: *The search for common ground: civil–military coordination and the protection of civilians in South Sudan*.
[6] Viviane Balbino, Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional do Ministério das Relações Exteriores, em entrevista realizada no dia 15 de agosto de 2018.

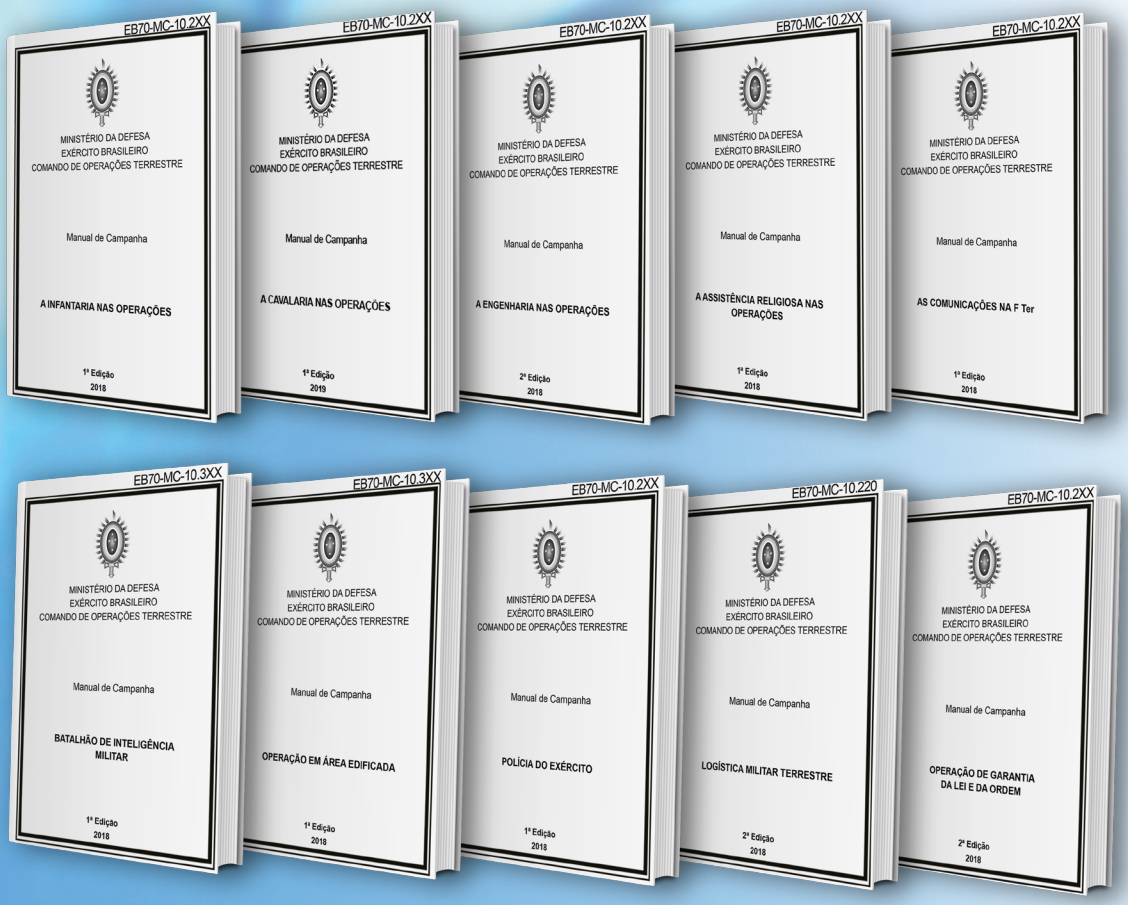
COTER EM DESTAQUE

Você sabia que estamos ...

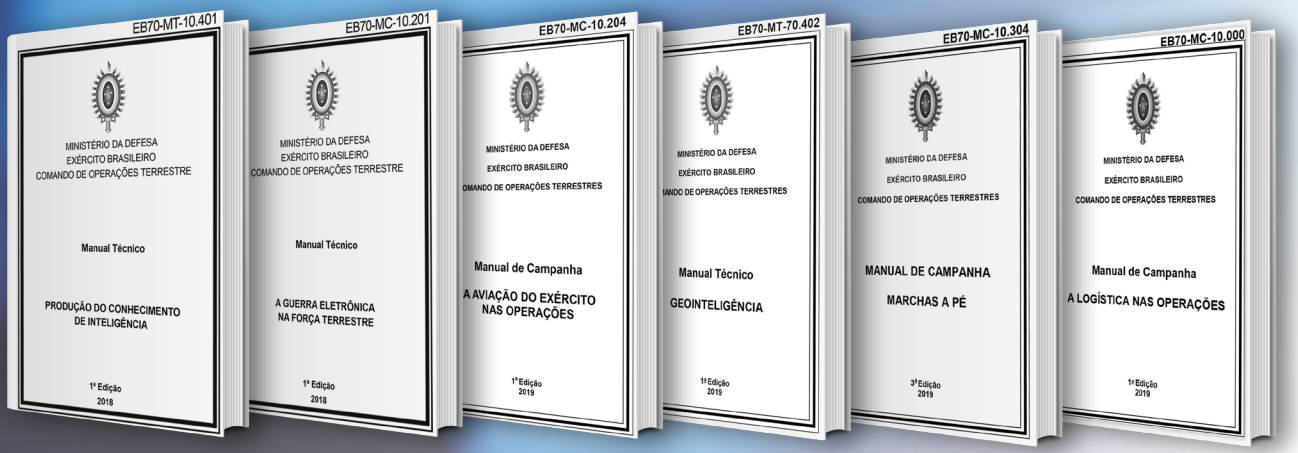
- participando do planejamento das operações conjuntas junto ao Ministério da Defesa?
- realizando estudos doutrinários sobre a atualização da frota de blindados do EB ?
- participando da Operação Acolhida em Roraima?
- coordenando a Operação Carro-Pipa?
- desenvolvendo o projeto COBRA (Combatente Brasileiro)?
- flexibilizando o ano de instrução?
- acompanhando a operação Ágata?
- apoiando as Polícias Militares?
- acompanhando as missões de paz em andamento?
- realizando intercâmbios doutrinários com as nações amigas?
- atualizando as bases doutrinárias das organizações militares operacionais?
- atualizando a concepção de preparo e emprego da F Ter ?

PRODUÇÃO DOUTRINÁRIA DO C Dout Ex

Manuais aprovados pelo COTER em 2018



Manuais já aprovados pelo COTER em 2019



www.coter.eb.mil.br

OPERAÇÕES VARREDURA: O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

Tenente-Coronel Luis Antonio de Almeida Junior

O Tenente-Coronel de Infantaria Luis Antonio é o Chefe da Seção de Planejamento e Coordenação de Apoio Aéreo e Naval, do Comando de Operações Terrestres (COTER). Foi declarado aspirante a oficial, em 1998, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). É mestre em ciência militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Como oficial de Estado-Maior, integrou o Centro de Coordenação de Operações do Comando Militar da Amazônia, oportunidade em que foi encarregado das Operações Varredura na área de responsabilidade daquele Comando Militar de Área (luisantonioprec@gmail.com).



O ano de 2017 mal começava e o Brasil já enfrentava uma das maiores crises em seu sistema penitenciário. Estabelecimentos prisionais como o Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ), no Amazonas, e a Penitenciária Agrícola do Monte Cristo (PAMC), em Roraima, dentre outros, foram palco de massacres motivados por disputas entre facções criminosas, resultando em mais de uma centena de mortes (GLOBO, 2017).

A repercussão nacional foi grande e a resposta do Estado foi rápida. Assim, o Presidente da República à época, Michel Temer, deferiu o Decreto Presidencial de 17 de janeiro de 2017, autorizando o emprego temporário e episódico de meios das Forças Armadas (FA) em ações de garantia da lei e da ordem (GLO) nas dependências de estabelecimentos prisionais brasileiros pelo período de um ano. A medida teve por finalidade viabilizar ações para a detecção de armas, aparelhos de telefonia móvel, drogas e outros materiais ilícitos ou proibidos, contribuindo para o restabelecimento da ordem pública nessas instalações. As ações das FA seriam realizadas em articulação com as forças de segurança pública (FSP) e com o apoio de agentes penitenciários, no que se passou a denominar Operação Varredura (BRASIL, 2017).

Importa destacar que o decreto foi estabelecido em atendimento à solicitação de governadores dos estados da federação, fundamentada no Art. 142, da Constituição Brasileira, nos termos dos § 2º ao 6º; do Art. 15, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; e dos Art. 2º ao 4º, do Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001.

Após o decreto presidencial, as FA, notadamente o Exército Brasileiro, por meio de seus comandos militares de área (C Mil A), passaram a atuar em operações varredura no território nacional. Nesse contexto, apenas o Comando Militar da Amazônia (CMA) desencadeou 28 operações nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Ao desencadear tais operações em quatro estados da região amazônica, o CMA se deparou com distintas configurações de presídios, tanto no que se refere ao regime prisional praticado, quanto ao que tange à estrutura física, e operou com agências e FSP de diferentes matizes, angariando conhecimentos amplos e sólidos.

É nesse contexto que se insere o presente artigo, o qual tem como objetivo apresentar, sinteticamente, os principais ensinamentos colhidos durante as operações varredura conduzidas pelo CMA ao longo de 2017, os quais, entende-se, podem vir a ser aplicados a qualquer operação dessa natureza.

PRINCIPAIS ENSINAMENTOS COLHIDOS DURANTE A OPERAÇÃO VARREDURA

Mesmo antes do decreto presidencial, o CMA já havia participado de operações em estabelecimentos prisionais, em caráter emergencial, a fim de reduzir a escalada da violência prisional. Um exemplo foi a ação

realizada no COMPAJ, em 10 de janeiro de 2017, a qual permitiu a esse C Mil A obter importantes ensinamentos para os desafios a serem impostos pelas operações que se avizinhavam.

Das lições extraídas nessa ocasião, foram identificadas oportunidades de melhoria como:

- necessidade de aumentar as capacidades da tropa empregada, agregando especialistas e meios diversos, valendo-se das contribuições de outras funções de combate, além da simples utilização de meios de detecção, a fim de maximizar os resultados obtidos;
- maior participação das agências envolvidas com o sistema penitenciário e a definição clara das missões específicas de cada uma delas, incluindo as FSP;
- manutenção do sigilo da operação, divulgando a data e o local desta às vésperas da ação;
- necessidade de planejamentos que contemplem ações em caso de crise, abarcando negociações, contenção de distúrbios, resgate de reféns e retomada de instalações;
- emprego da massa, conferindo maior efetividade à operação e segurança aos militares;
- participação de representantes de outras instituições e órgãos, sendo exemplo o Procurador do Ministério Público Militar (MPM); e
- manutenção dos progressos obtidos, particularmente o impedimento da entrada de materiais ilícitos ou proibidos no presídio, após a operação, o que, de fato, independe da ação das FA.

A MISSÃO

Identificadas as oportunidades de melhoria e norteado pelo decreto presidencial já mencionado e demais diretrizes recebidas dos escalões superiores, o CMA estava em boas condições para cumprir a sua missão no contexto da operação varredura, a qual pode ser sintetizada como uma ação coordenada com as FSP competentes e com o apoio de agentes penitenciários, para a execução de ações de vistoria e inspeção nas dependências de estabelecimentos prisionais dos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, a fim de detectar armas, aparelhos de telefonia móvel, drogas e outros materiais ilícitos ou proibidos, contribuindo para o restabelecimento da ordem pública nessas instalações.

A OPERAÇÃO VARREDURA

Antes de tudo, cabe compreender o conceito de uma operação varredura. O comando da tropa designada deve conduzir as ações no interior das instalações, em articulação com as FSP e com agentes penitenciários, empregando destacamentos móveis (grupos de varredura) para a inspeção e vistoria, de modo a realizar a verificação em todo o complexo prisional. Deve, ainda, ficar em condições de realizar a exfiltração do pessoal envolvido na operação, caso seja verificada alguma ação que coloque em risco a integridade física da tropa.

Em uma operação varredura, as relações de comando e a estrutura organizacional são peculiares. A autoridade encarregada da operação exerce o controle operacional dos efetivos e dos meios pertencentes a outras FA e às FSP, federais e estaduais, colocados à sua disposição.

No cumprimento da missão, deve-se realizar a varredura interna (vistoria das instalações) e externa (no perímetro adjacente), conforme o planejamento da organização militar (OM) executante. O planejamento desse tipo de operação deve ser minucioso e perfeitamente integrado com as FSP e instituições parceiras, particularmente aquelas voltadas à administração penitenciária local.

AS RELAÇÕES DE COMANDO

Em uma operação varredura, as relações de comando e a estrutura organizacional são peculiares. A autoridade encarregada da operação exerce o controle operacional dos efetivos e dos meios pertencentes a outras FA e às FSP, federais e estaduais, colocados à sua disposição. Essa autoridade, articula as ações com os órgãos encarregados do isolamento das instalações, de segurança interna e de contenção de detentos.

Para as ações em que o próprio C Mil A estiver encarregado de conduzir a operação varredura, no caso de sede de C Mil A onde não haja uma divisão de exército ou grande unidade (GU), sugere-se que o Centro de Coordenação de Operações (CCOp) exerça o controle no nível operacional e no nível tático. Nesse caso, para a execução tática, o CCOp/C Mil A receberá as tropas necessárias sob controle operacional.

Para as ações em que o C Mil A disponha de grande unidade (GU) para executá-las, o CCOp exercerá o controle no nível operacional, ficando o controle e a execução tática a cargo da GU.

AS PREMISSAS A SEREM ADOTADAS

Importa destacar algumas premissas que devem nortear as operações varredura, em especial a sua fase de planejamento. Ressaltam-se:

- a coordenação de toda a operação é responsabilidade das FA;
- todas as ações relacionadas à contenção e à movimentação dos detentos no interior da unidade prisional são de responsabilidade das FSP;
- a missão das FA é eminentemente técnica, materializada pela realização da vistoria;
- na contenção dos detentos por parte das FSP, deve-se empregar um efetivo que viabilize a neutralização de possíveis rebeliões sem o uso de força letal;
- não deve haver nenhum contato (físico, visual ou verbal) entre as tropas das FA e os detentos; e
- todos os eventos previstos devem ser ensaiados, a fim de se evitar improvisos no decorrer da operação.

AS ETAPAS DO PLANEJAMENTO

Levando-se em consideração os aspectos abordados anteriormente, faz-se necessário estabelecer um raciocínio lógico que sirva de fio condutor ao planejamento e à edificação de ações voltadas para essa complexa operação. Assim, pode-se dividir o planejamento de uma operação varredura em três etapas, a saber:

- 1ª etapa - Levantamento de dados sobre a unidade prisional a ser vistoriada;
- 2ª etapa - Dimensionamento das tropas e dos meios necessários ao cumprimento da missão; e
- 3ª etapa - Estabelecimento das fases da operação.

Cada uma das etapas acima se subdivide em diversas e abrangentes ações destinadas a apresentar contribuições consistentes para o planejamento, ponto de partida para obtenção do sucesso em operações desse tipo.

A primeira etapa compreende ações que permitam adquirir robusta consciência situacional, o que é obtido por meio de reconhecimentos, filmagens, plantas baixas, croquis, imagens aéreas e análise de outros produtos disponíveis. Há necessidade do maior detalhamento possível das características e condições internas das instalações do presídio, como também das características e da situação de saúde dos detentos, permitindo a adequada preparação para o cumprimento da missão e a aquisição de materiais específicos para a vistoria, tudo a fim de resguardar a integridade física da tropa.

A etapa seguinte se vale das informações obtidas anteriormente, a fim de visualizar a necessidade de tropas e meios a serem empregados. Dados sobre a estrutura dos presídios, especialmente a localização e as dimensões de quadras para a contenção de prisioneiros por parte das FSP; efetivos de presidiários em cada um dos pavilhões; quantidade de celas em cada pavilhão, entre outras, permitirão um planejamento eficaz e equilibrado.

O caráter interagências fica evidente pela coordenação requerida, a fim de viabilizar a consecução das ações necessárias em todas as fases. Entretanto, é durante a segunda etapa que o planejamento integrado com as FSP é marcante,

uma vez que são elas que detêm a *expertise* sobre assuntos relacionados à contenção de detentos e outros aspectos que demandam flexibilidade no que tange aos efetivos e equipamentos empregados em cada situação.

Pela importância dessa fase, urge aprofundar-se no que se refere à organização das tropas e dos meios disponíveis, os quais, em operações dessa natureza, são variados e em grande quantidade. Assim sendo, sugere-se o estabelecimento de uma força de varredura (Figura 1) dimensionada conforme a situação, a qual consiste no conjunto de OM, FSP e instituições necessárias para executar uma operação varredura, sob comando de um C Mil A, por meio de seu CCOp ou de uma GU.

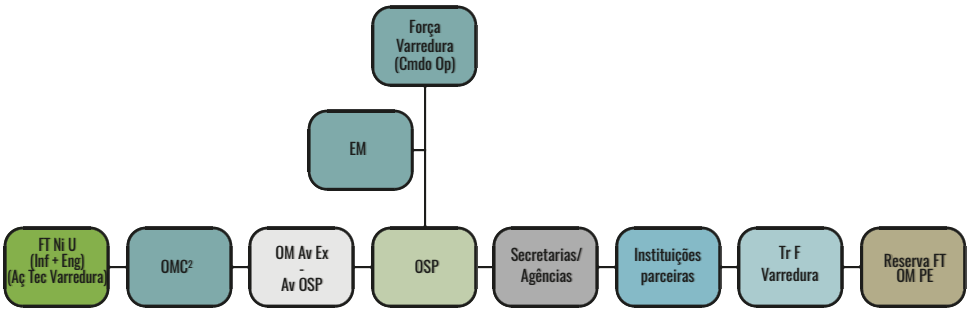


Figura 1 - Composição de meios da Força de Varredura Ni C Mil A/ Ni GU

Cabe destacar a importância do comando e do estado-maior de uma força de varredura, os quais devem possuir as capacidades necessárias para planejar, coordenar, controlar, executar e fiscalizar todas as ações impostas pela operação. O estabelecimento de um CCOp possibilita que todas as medidas cabíveis sejam adotadas por meio da reunião de células de operações, inteligência, logística, comando e controle, operações de informação e outras julgadas necessárias.

Compondo a força de varredura, identifica-se a força-tarefa nível unidade (FT Ni U) (Figura 2), que deverá ser organizada de acordo com a missão recebida e composta por, no mínimo, elementos de infantaria e de engenharia. A FT é a responsável pela execução das inspeções propriamente ditas. Para tanto, é integrada por subunidades (SU) e pelotões (Pel) que realizam as vistorias técnicas nas partes internas e externas do presídio. A dosagem será definida pela quantidade de pavilhões, número de celas, dimensões das áreas externas e capacidade de contenção de detentos por parte das FSP.

As SU que compõem uma FT Ni U podem ser divididas em dois tipos: a SU de varredura, responsável pela atuação na parte interna do presídio, e a SU de apoio à operação, integrada por equipes com missões específicas voltadas ao controle de acesso à área de operações, emprego de cães, catalogação de material apreendido, inspeção detalhada de equipamentos que requeiram desmontagem técnica, entre outras.

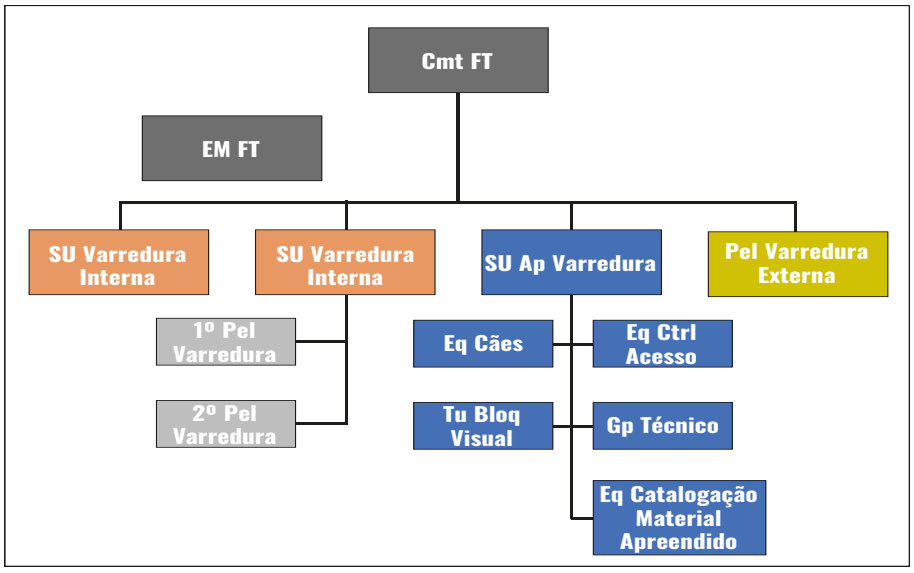


Figura 2 - Composição de meios da Força Tarefa Ni U

Cada SU varredura (Figura 3) é integrada por pelotões de varredura, os quais são compostos pelos grupos de varredura, a fração básica de emprego na operação. A quantidade de grupos varia conforme a necessidade e, principalmente, a disponibilidade de equipamentos de detecção, aspectos analisados durante o exame de situação. Sua composição deve ser enxuta, em razão da limitação de espaço existente no interior dos presídios, particularmente dentro das celas, foco de suas atividades.

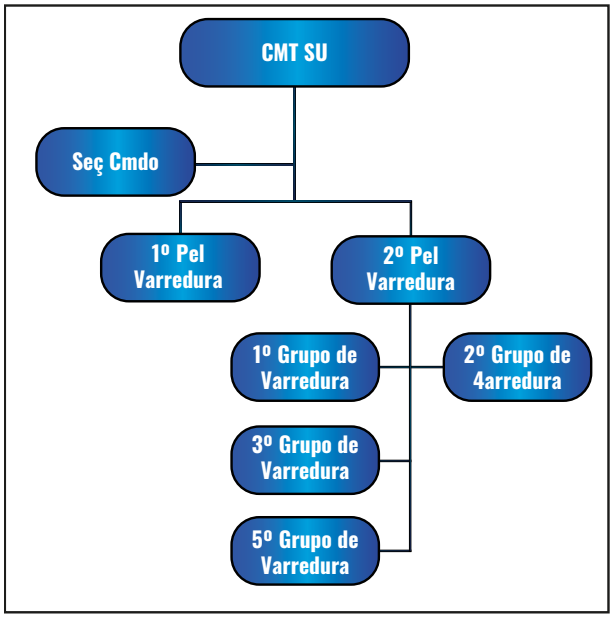


Figura 3 - Composição de meios da SU, Pel e Grupo de Varredura

Percorridas as duas etapas anteriores do planejamento, que possibilitarão identificar os locais de contenção de prisioneiros, a capacidade das FSP em mantê-los sob a guarda e dimensionar a tropa e os meios a serem empregados na operação, passa-se ao faseamento das ações. A terceira etapa é aquela em que o planejador busca dividir o objetivo em partes iguais dentro do tempo disponível para a execução.

Nesse contexto, ressalta-se que é desejável inspecionar o presídio em uma única jornada, adotando-se medidas como a realização de vistorias simultâneas no interior e nas partes externas do presídio. Além disso, é necessário ficar em condições de flexibilizar o planejamento caso as FSP consigam otimizar suas ações, particularmente no que se refere à contenção de detentos, reduzindo o tempo total da operação.

AÇÕES PREPARATÓRIAS

De forma paralela ao planejamento ocorrem as ações preparatórias. Visando à adequada preparação para uma operação varredura, sugere-se a adoção de ações específicas (Quadro 1), que contribuirão tanto para o planejamento, quanto para a execução desta:

Ação a desencadear	Observação
Operações de inteligência	Levantamento de plantas baixas do presídio/ área de operações, número de celas, número de detentos, dias de visita, risco de rebelião, facções criminosas presentes, outros.
Levantamento dos custos	Determinação das necessidades de recursos para a execução de cada operação.
Emissão de ordem preparatória	Planejamento e execução das medidas administrativas/ logísticas.
Emissão de ordem de operações	Planejamento e emissão de ordens para as tropas das FA e para as FSP.
Realização de ensaio Tipo I	Tropas das FA, de forma isolada e com foco em procedimentos específicos.
Realização de ensaio Tipo II	Ensaio geral com as tropas das FA.
Realização de ensaio Tipo III	Ensaio geral com as tropas das FA e FSP.

Quadro 1 - Ações a serem desencadeadas visando à realização de uma Operação Varredura

SEQUÊNCIA DAS AÇÕES

No que se refere à execução de uma operação varredura, deve-se adotar um faseamento lógico, baseado numa sequência de ações, conforme sugerida no quadro 2:

Fase	Ação
1	Concentração dos meios.
2	Bloqueio dos acessos à área de operações.
3	Estabelecimento do Comando e Controle.
4	Isolamento externo da área da unidade carcerária.
5	Contenção dos detentos em área segura
6	Entrada das tropas das FA.
7	Revista dos pavilhões e das áreas comuns da unidade carcerária.
8	Retirada das tropas das FA.
9	Retorno dos detentos aos pavilhões.
10	Repetição das ações 5, 6, 7, 8 e 9, conforme a necessidade e faseamento da operação.
11	Reversão dos meios.

Quadro 2 - Sequência das ações em uma Operação Varredura

Dentre as fases acima, destaca-se a de número sete, uma vez que é o *core* da operação e aquela na qual as FA assumem o protagonismo das ações. De maneira geral, essa fase é composta pelas ações abaixo:

- entrada dos grupos de varredura;
- ações técnicas de varredura nas áreas interna e externa dos presídios; e
- identificação, recolhimento, catalogação e repasse dos materiais apreendidos às autoridades competentes (FSP).

PROCEDIMENTOS EM CASO DE CRISE

Independentemente das avaliações de risco para uma operação varredura, é mister o estabelecimento de procedimentos a serem adotados em caso de crise, os quais devem ser ensaiados exaustivamente, sob pena de comprometer a segurança dos envolvidos e a operação como um todo. A seguir, apresentam-se algumas das ações visualizadas, as quais não esgotam as possibilidades ou análises a serem feitas por parte dos planejadores, de acordo com a situação vivida:

- manutenção de equipe de negociadores pronta para atuar em caso de necessidade;
- manutenção de uma tropa em reserva, em condições de atuar na contenção de distúrbios para extrair as tropas das FA da área, com uso de força não letal;
- manutenção de uma tropa em reserva apta a realizar o resgate de reféns, caso haja reação dos detentos com ameaça à integridade física de militares;
- emprego de elementos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e Corpo de Bombeiros Militar para o atendimento a possíveis detentos feridos; e
- manutenção de aeronave de asa rotativa pronta para a realização de evacuação aeromédica.

AÇÕES COMUNS A QUALQUER OPERAÇÃO VARREDURA

Finalmente, ressalta-se a existência de ações comuns a qualquer operação varredura. O seu fiel cumprimento garante a segurança da operação e preserva a imagem das instituições envolvidas, bem como de seus integrantes. Destacam-se:

- preparar *press-release* a ser divulgado para a imprensa ao início da operação;
- fotografar e filmar as ações e os materiais apreendidos para posterior divulgação;
- estabelecer uma célula de produção de imagens para selecionar as imagens a serem divulgadas;
- proibir os integrantes da tropa de realizarem imagens com meios particulares (celulares/câmeras);
- limitar o acesso dos órgãos de imprensa à área de operações (segurança);
- destacar um porta-voz para participar das entrevistas coletivas; e
- estabelecer medidas de proteção e de segurança para os envolvidos na operação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou divulgar, de forma sumária, os principais ensinamentos colhidos pelo CMA, no contexto das operações varredura, em mais de duas dezenas de atuações em estabelecimentos prisionais na região amazônica.

Em síntese, as experiências possibilitaram a formulação de conhecimentos úteis ao emprego de tropas das FA em operações dessa natureza, os quais, mediante adaptações pontuais, poderão nortear o planejamento e a execução de ações como essa em qualquer parte do território nacional.

Algumas reflexões afloram ao nos depararmos com o emprego das FA em ações usualmente desempenhadas por FSP, particularmente no interior de um estabelecimento prisional. Nesse sentido, embora não seja a sua missão principal, as FA e, particularmente o Exército Brasileiro, estarão sempre em condições de trabalhar de forma integrada com outras agências e instituições pela segurança da população e pelo bem do Brasil.

Importa destacar que as operações varredura não resolverão o problema de manutenção da estabilidade securitária nas unidades penitenciárias, caso não haja um esforço conjunto visando à melhoria das condições de ressocialização dos detentos.

Para nós, militares, o maior legado deixado pelas ações realizadas nas operações varredura são os exemplos de compromisso com a missão, seriedade, profissionalismo e amor à profissão.

Por fim, ressalta-se que as informações contidas neste artigo não esgotam as experiências e ensinamentos colhidos pelo CMA nas diversas operações desencadeadas em estabelecimentos prisionais. Informações detalhadas e relatórios elaborados fazem parte de um acervo completo que pode e deve ser consultado por aqueles que forem designados para cumprir missões complexas e delicadas como as operações varredura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, L. A. **Operação Varredura**. Manaus-AM, 2017.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Diretriz de Planejamento Operacional Militar nº 01/COTER, de 3 de junho de 2015 – Emprego do EB na Situação de Normalidade Institucional e no Contexto da Proteção Integrada**. Brasília-DF, 2015.

_____. Casa Civil da Presidência da República. **Decreto de 17 de janeiro de 2017. Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no sistema penitenciário brasileiro**. Brasília-DF, 2017.

_____. Ministério da Defesa. **Diretriz Ministerial nº 04/2017, de 20 de janeiro de 2017**. Brasília-DF, 2017.

_____. Ministério da Defesa. **Instrução nº 1 para o emprego das Forças Armadas na Operação Varredura, de 20 de janeiro de 2017**. Brasília-DF, 2017.

_____. Exército Brasileiro. **Diretriz de Planejamento Operacional Militar Nr 02/17, do COTER, de 23 de janeiro de 2017 – Operação Varredura**. Brasília-DF, 2017.

_____. Ministério da Defesa. **Instrução nº 2 para o emprego das Forças Armadas na Operação Varredura, de 24 de janeiro de 2017**. Brasília-DF, 2017.

_____. Exército Brasileiro. **Diretriz Operacional nº 006/2017 – CCOp/CMA, de 25 de maio de 2017 – Operação Varredura**. Manaus-AM, 2017.

_____. Exército Brasileiro. **Análise Pós-Ação – Operação CHAW'PÃ III, IV e V – CCOp CMA, de 01 AGO 17**. Manaus-AM, 2017.

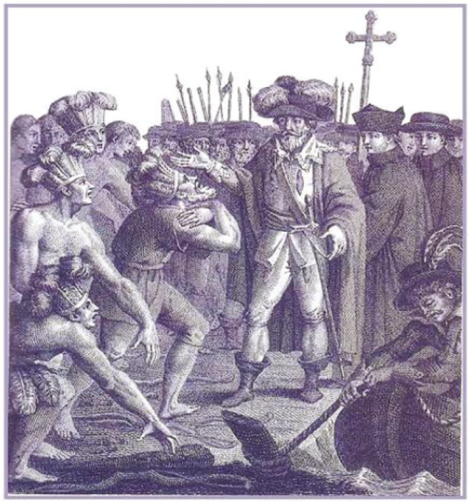
_____. Exército Brasileiro. **Compêndio: Operação Varredura**. Brasília-DF, 2019.

GLOBO. **Os maiores massacres em presídios do Brasil**. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/os-maiores-massacres-em-presidios-do-brasil-20720978. Acesso em: 10 de março de 2019.

CURIOSIDADES DA DOUTRINA



VOCÊ SABIA?



...que o Regimento (documento real) português, trazido para o Brasil por Tomé de Souza em 1549, respondia às perguntas: como combater; como organizar para combater e com o que combater?

PARA SABER MAIS, ACESSE:
HTTP://WWW.CDOUTEX.EB.MIL.BR/IMAGES/SITE_VOCE_SABIA/SAIBA-MAIS.HTML

A COORDENAÇÃO DA OBTENÇÃO E O GERENCIAMENTO DE INTELIGÊNCIA NA *UNIFIL*

Capitão Victor Almeida Pereira

O Capitão de Artilharia Victor Almeida é o analista CCIRM (*Collection Coordination and Intelligence Requirements Manager*) da Seção de Inteligência da Brigada Multinacional do Setor Leste da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (*UNIFIL*). Foi declarado aspirante a oficial em 2005 pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), estabelecimento de ensino no qual foi instrutor. É mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e especialista em Inteligência Militar pela Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx) e pela *Escuela de Guerra del Ejército de Tierra* (Madri-Espanha). Participou da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (*MINUSTAH*). Entre 2009 e 2013, exerceu funções no âmbito do Sistema de Inteligência do Exército (victoralmeida.pereira@eb.mil.br).



O sistema "Nações Unidas", em linhas gerais, nem sempre foi favorável à coleta de informações nas operações de paz. Essa postura contrária às atividades de inteligência, normalmente, provinha dos componentes humanitários das missões, cujas preocupações residiam no fato de que tais ações comprometeriam a imparcialidade e a segurança de seus integrantes (KAPPEN, 2003).

No entanto, mesmo no período da Guerra Fria, a Organização das Nações Unidas (ONU) fez uso da inteligência como, por exemplo, na Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), na década de 1960. À época, foi estabelecido um Escritório de Informações Militares (*Military Information Branch - MIB,* na sigla em inglês) que tinha por objetivos melhorar a segurança do pessoal da ONU, apoiar operações específicas, alertar antecipadamente qualquer escalada no conflito e estimar a interferência de atores externos (DORN & BELL, 2003).

A estrutura do *MIB*, porém, deparava-se com diversas limitações em razão da incerteza do mandato quanto à aquisição de dados, bem como devido à conjuntura da Guerra Fria, a qual caracterizava-se como um grande óbice para a ONU institucionalizar a atividade de inteligência nas operações de paz (DORN & BELL, 2003).

Todavia, desde a criação do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (*Department of Peacekeeping Operations - DPKO,* na sigla em inglês) no âmbito da ONU, por Boutros Boutros-Ghali, em 1992, as operações de paz sofreram inúmeras mudanças, decorrentes de novos desafios impostos à segurança internacional.

Muitas missões que antes se resumiam à atuação de observadores militares passaram a contar com grandes efetivos armados, o que também se refletiu em novas estruturas voltadas para a atividade de inteligência, sobretudo após falhas nas operações da ONU na década de 1990, conforme atesta (CEPIK e KUELE, 2016, p. 965).

> [...] durante a Guerra Fria, o componente da inteligência foi minimizado nas operações de paz por razões políticas e tecnológicas. Entretanto, isso começou a ser revertido no pós-Guerra Fria e ganhou força no início do século XXI. As duas causas principais desta abordagem emergente acerca da inteligência foram, primeiro, a necessidade prática de aumentar a segurança do pessoal em campo. Em segundo lugar, a necessidade de melhorar o conhecimento da situação no terreno, após as falhas ocorridas na década de 1990 na Somália, em Ruanda e na Bósnia.

Após a edição do Relatório Brahimi, em 2000, o qual é considerado um marco para as operações de paz multidimensionais, estabeleceu-se uma diretriz para a criação de um centro de informações conjuntas, cuja atribuição seria produzir análises a médio e longo prazos em apoio ao processo decisório do comando das missões de paz (UNITED NATIONS, 2008).

Essa estrutura se denominaria *Joint Mission Analysis Centre (JMAC,* na sigla em

inglês). A ideia era justamente transformar as operações de paz em *intelligence-led operations*, ou seja, conduzidas com base em conhecimentos de inteligência (DORN, 2009 *apud* CEPIK & KUELE, 2016).

Alinhada com a nova diretriz de Nova Iorque, a *United Nations Interim Force in Lebanon* (*UNIFIL*, na sigla em inglês) também estabeleceu seu *JMAC*. Juntamente com a já existente Seção de Inteligência Militar (J2), o *JMAC* passou a prestar assessoramento ao *Force Commander*/*Head of Mission* que, no caso da *UNIFIL*, são funções exercidas pela mesma pessoa.

A *UNIFIL* encontra-se desdobrada no sul do Líbano, especificamente, entre a fronteira com Israel e o rio Litani, desde 1978. Até o presente momento, figura entre uma das maiores missões de paz da ONU, em matéria de efetivo, com cerca de onze mil integrantes, os quais estão distribuídos em duas brigadas terrestres e uma força-tarefa marítima (MTF), além do efetivo do quartel-general, que conta com civis e militares.

A missão, atualmente, está respaldada pela Resolução nº 1.701, do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), de 11 de agosto de 2006, a qual foi implementada após o conflito entre Israel e a milícia *Hezbollah* (HZB), ocorrido em 2006, no Sul do Líbano. O monitoramento do cessar-fogo, a supervisão da linha de fronteira e a recuperação da capacidade operativa das Forças Armadas Libanesas (LAF) estão entre as principais atribuições da *UNIFIL*, advindas da resolução nº 1.701 (UNITED NATIONS, 2006).

No que se refere ao trabalho de inteligência na *UNIFIL*, cabe esclarecer que, ao passo que o JMAC está voltado para análises no nível operacional e estratégico, a J2 direciona seus esforços para o nível tático, contando com o apoio das seções de inteligência (G2) da *MTF* e das Brigadas Multinacionais dos Setores Leste (*SECEAST*) e Oeste (*SECWEST*).

A segunda seção (G2) da Brigada do Setor Leste é estruturada em três subseções: subseção de planejamento e *CCIRM* (*Collection Coordination and Intelligence Requirements Management*, em inglês), subseção de análise e subseção de contrainteligência e segurança.

Ao oficial brasileiro designado para o G2, cabe a função de analista *CCIRM*, que consiste na coordenação da obtenção e no gerenciamento das necessidades de inteligência da Brigada *SECEAST*. É uma função bem definida nas doutrinas estadunidense e OTAN. Na Bda *SECEAST*, esse analista encontra-se subordinado ao chefe da subseção de planejamento do G2, sendo, basicamente, o elo entre os meios de obtenção da brigada e sua respectiva seção de inteligência.

Para contribuir adequadamente para o direcionamento do ciclo de inteligência, o analista CCIRM deve estar atualizado acerca da conjuntura e dos acontecimentos na sua área de responsabilidade, para se certificar de que a obtenção está, de fato, respondendo às necessidades de inteligência.

A fim de extrair contribuições para a doutrina militar terrestre, cumpre, pois, questionar: em que medida a atividade *CCIRM* contribui para o correto funcionamento do ciclo de inteligência? Assim, serão descritas: a fase de obtenção do ciclo de inteligência e, em seguida, as tarefas atinentes ao analista *CCIRM* do *SECEAST*/*UNIFIL*, no intuito de identificar aspectos que possam ser aproveitados para o aprimoramento da doutrina brasileira.

O CICLO DE INTELIGÊNCIA E A FASE DE OBTENÇÃO DE DADOS

A atividade de inteligência militar, enquanto conjunto de atividades e tarefas exercidas de forma permanente, caracteriza-se pelo seu caráter cíclico, ou seja, por um processo faseado, segundo o qual as informações são obtidas e processadas (BRASIL, 2015).

A atual doutrina brasileira considera que o ciclo de inteligência compreende quatro fases, a saber: orientação, obtenção, produção e difusão. A figura 1 (BRASIL, 2015, p. 6-1) mostra, em linhas gerais, o funcionamento desse ciclo.



Figura 1 - Ciclo de inteligência na doutrina brasileira

A doutrina de inteligência espanhola também divide o ciclo em quatro etapas, de maneira análoga à brasileira. Há, porém, um detalhe na Figura 2 (ESPAÑA, 2014): a atividade *CCIRM* no centro do ciclo como elemento de constante atualização do processo. Ressalta-se que o *feedback* é permanente, a fim de buscar, na medida do possível, a antecipação aos fatos e às ameaças.

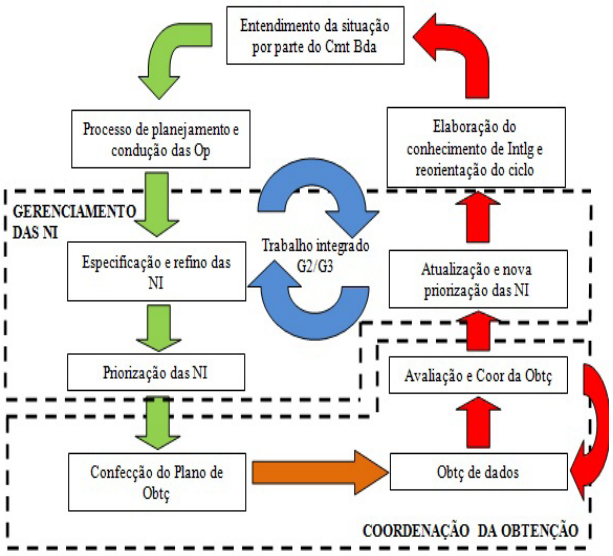


Figura 2 - Atividade do CCIRM na coordenação de inteligência

Por sua vez, a doutrina ONU considera o ciclo de inteligência dividido em cinco fases: direção, aquisição, tabulação, análise e disseminação. Basicamente, a diferença entre as doutrinas é somente de divisão das etapas, pois as atividades que compõem o ciclo em si são semelhantes. Na Figura 3 (UNITED NATIONS, 2017) pode-se observar o ciclo segundo a atual política de inteligência nas operações de paz (*Peacekeeping Intelligence Policy - PKI Policy*).



Figura 3 - Ciclo segundo a atual política de inteligência das operações de paz

As fases diretamente relacionadas com a obtenção de dados no ciclo ONU são a aquisição (*acquisition*) e a tabulação (*examination/collation*). Ambas estão assim definidas *PKI Policy*:

> [...] aquisição se refere ao processo de obtenção de dados e informações que servirão de base para os analistas. Aquisição efetiva requer direção e planejamento para assegurar que os recursos são usados de modo a efetivamente atender às necessidades de inteligência (NI). [...] tabulação: dados obtidos pelas missões devem ser gravados e armazenados de forma a permitir convenientes comparações, valorações, avaliações, buscas, análises e produções de informes e relatórios. Entidades que participam da missão devem fazer uso de ferramentas padronizadas para a tabulação de dados, inclusive bases de dados comuns, taxonomias e demais indexações (UNITED NATIONS, 2017).

Comparando-se os ciclos, verifica-se que a fase de obtenção da doutrina brasileira corresponde à fase de aquisição (*acquisition*) e tabulação (*examination/collation*) da doutrina *Capstone* [2]. Tal assertiva pode ser constatada no próprio manual brasileiro, quando explica em quais etapas a obtenção de dados consiste.

> [...] O processo de obtenção possui as seguintes etapas: a) exploração de fontes pelos órgãos de obtenção, para a aquisição de dados e de informações; b) transformação de dados brutos, não processados, em dados e informações inteligíveis por intermédio de análises técnicas; e c) distribuição oportuna dos dados e das informações processadas aos órgãos encarregados de sua análise (BRASIL, 2015).

No entanto, na doutrina espanhola, a obtenção consiste apenas na exploração das fontes de dados e na entrega das informações aos órgãos de análise. A tabulação (*compilación*) dos dados é parte da fase de produção (*elaboración*) do ciclo, como segue:

> "A elaboração é a parte do ciclo de inteligência em que a informação obtida se converte em inteligência. Compreende uma série estruturada de ações que, ainda que comecem de forma sequencial, também podem ocorrer de forma simultânea. Essas ações são: compilação da informação obtida; avaliação da informação e de suas fontes; análise da informação; integração da informação; e interpretação" (ESPAÑA, 2014).

No entanto, em termos de sequência das atividades, é incontroverso que todos os ciclos se equivalem, pois atribuem caráter permanente, cíclico, sequenciado, metódico e com possibilidades de reavaliação constante à atividade de inteligência.

Sendo assim, a semelhança das doutrinas permitiu que todas fossem utilizadas como referencial teórico para o trabalho de coordenação da obtenção e o gerenciamento das necessidades de inteligência no Setor Leste da *UNIFIL*. Foi usada ainda como base teórica a doutrina estadunidense de *CCIRM* por ser a pioneira na sistematização dessa atividade (UNITED STATES, 2014b).

Cabe, então, descrever separadamente as atribuições do oficial *CCIRM* - a coordenação da obtenção e o gerenciamento das necessidades de inteligência - a fim de se compreender em que consiste cada uma delas e de que maneira elas estão relacionadas.

Em razão das limitações do mandato da *UNIFIL* e de problemas com a população, as forças locais e o *Hezbollah*, as tropas da ONU não podem, por exemplo, fazer uso de sensores de inteligência como câmeras, sensores infravermelhos, gravadores e equipamentos de guerra eletrônica.

A COORDENAÇÃO DA OBTENÇÃO DE INTELIGÊNCIA

A coordenação da obtenção abrange a distribuição de tarefas e a sincronização dos diversos meios de busca existentes. Esse processo consiste na seleção do meio de obtenção mais adequado para a aquisição de uma determinada informação, considerando: a disponibilidade dos meios, a cobertura e a capacidade de comunicação dos sensores, o tempo disponível e as condições meteorológicas, além de outros fatores que possam condicionar a busca de dados (ESPAÑA, 2014).

Diante disso, é conveniente que o analista de obtenção (ou analista *CCIRM*) conheça as capacidades dos meios de busca que tem à sua disposição, a fim de se certificar de que a tarefa atribuída a um sensor seja adequada às suas possibilidades. Para tal, foram realizadas reuniões iniciais com os S2 dos batalhões subordinados, bem como visitas aos postos de observação e às unidades do *SECEAST*, no intuito de saber de quais meios de obtenção essas unidades dispunham.

Em razão das limitações do mandato da *UNIFIL* e de problemas com a população, as forças locais e o *Hezbollah*, as tropas da ONU não podem, por exemplo, fazer uso de sensores de inteligência como câmeras, sensores

infravermelhos, gravadores e equipamentos de guerra eletrônica. Constatou-se também que grande parte das unidades não dispunham de máquinas fotográficas profissionais para realizarem reconhecimentos aéreos.

As informações são coletadas, preponderantemente, por meio de observações à vista das patrulhas dos batalhões, fazendo com que fossem incentivadas, por parte do analista *CCIRM,* a realização de instruções de observação, memorização e descrição (OMD), com o objetivo de aprimorar as capacidades de aquisição de dados da brigada. Tal iniciativa mostrou-se bastante útil, pois o nível de detalhamento e a qualidade dos informes recebidos pelo G2 aumentaram consideravelmente.

Cabe ressaltar que a Brigada também dispõe dos seguintes meios de obtenção: aeronaves de asa rotativa do tipo Bell-212 da Itália; radares de artilharia (Mistral - de defesa antiaérea - e Cobra - de contrabateria) e patrulhas da reserva francesa da *UNIFIL*; observadores militares da *United Nations Truce Supervision Organization - Observers Group Lebanon* (*UNTSO-OGL*, sob controle operacional da *UNIFIL*); unidade *CIMIC* [3] orgânica da brigada, esquadrão de cavalaria (*Task Force A* - reserva do *SECEAST*); e a seção de assuntos civis (*Civil Affairs*) do *SECEAST*. O Quadro 1 resume as capacidades desses meios de aquisição de dados.

Após compreender as possibilidades e limitações de cada meio, retificou-se o plano de obtenção da brigada, atribuindo-se tarefas de busca a cada um dos meios de aquisição de dados do Setor Leste. Já que as limitações impostas pela missão reduziam bastante as capacidades de obtenção da brigada, a cobertura dos meios foi baseada nos princípios da redundância [4] e da mescla de fontes [5], por meio dos quais se conseguiu elevar o grau de credibilidade e de precisão da informação adquirida (UNITED STATES, 2014a). Esse procedimento se alinha com os princípios da amplitude, precisão e integração, característicos da doutrina de inteligência militar brasileira (BRASIL, 2015).

A atribuição de tarefas informativas aos meios de obtenção se dá por meio da emissão de *Collection Tasks (CT)*, ou, na doutrina brasileira, pedidos de busca (PB), em que se especificam as necessidades de conhecimento, isto é, as lacunas de inteligência necessárias para o planejamento das operações. Esses pedidos, via de regra, devem ser estruturados de forma a especificar as seguintes informações: o que buscar; onde buscar; quando e por quanto tempo buscar; e por que buscar (UNITED STATES, 2012). As respostas a essas *CT* são armazenadas em bancos de dados específicos da *UNIFIL*, de acordo com o assunto.

MEIO DE OBTENÇÃO DA BRIGADA *SECEAST*	CAPACIDADES
Patrulhas dos batalhões	Observação de eventos e incidentes com binóculos. Contatos com a população local e com as forças locais.
Aeronaves de asa rotativa	Fotografias aéreas, vigilância e reconhecimento, por meio de observadores aéreos orgânicos dos batalhões.
Radares e patrulhas da FCR	Detecção de violações de espaço aéreo e de trajetórias de fogos indiretos. Patrulhamento mecanizado e a pé.
Observadores militares da *UNTSO-OGL*	Observação de eventos e incidentes com binóculos.
Task Force A	Realização de reconhecimentos de ponto, eixo e zona. Observação de eventos e incidentes. Realização de reconhecimentos aéreos com o emprego de observadores aéreos.
Unidade *CIMIC*	Ligações e contatos com a população local.
Civil Affairs	Ligações e contatos com o governo e instituições locais.

Quadro 1 - Capacidades dos meios de obtenção da Brigada do Setor Leste da *UNIFIL*

Basicamente, o G2 *CCIRM SECEAST* trabalha com o *Intelligence Network Database (INDB)*, em que se inserem informações acerca das posições das forças israelenses e libanesas na área de operações da *UNIFIL*. No entanto, o *INDB* é o um banco de dados voltado especificamente para o desdobramento das forças armadas dos contendores.

Informações obtidas relativas a outras necessidades de inteligência, que não são referentes às forças regulares, são armazenadas em um computador à parte, de responsabilidade do analista *CCIRM*, sem acesso à Internet, para fins de consulta de todos os integrantes da seção. Essas informações são separadas por assuntos e por data, de modo a facilitar a consulta.

Com base nos dados adquiridos pelos meios de obtenção e nos demais documentos de inteligência recebidos e produzidos no âmbito da *UNIFIL*, o analista *CCIRM* realimenta o ciclo de inteligência com novas necessidades de informação, acionando os meios de busca novamente, motivo pelo qual a atividade de obtenção deve ser alvo de coordenação constante, sob pena de não direcionar as operações oportunamente.

Para contribuir adequadamente para o direcionamento do ciclo de inteligência, o analista *CCIRM* deve estar atualizado acerca da conjuntura e dos acontecimentos na sua área de responsabilidade, para se certificar de que a obtenção está, de fato, respondendo às necessidades de inteligência. Para tal, diariamente, se toma conhecimento da situação corrente e dos incidentes em andamento no *Tactical Operations Center (TOC)*, lê-se a resenha diária confeccionada pelo *Military Public Information Officer (MPIO)* e consultam-se os relatórios emitidos pelos meios de busca da brigada (alguns são semanais, como os do *Civil Affairs*; outros diários, sobretudo os das patrulhas).

Mudanças bruscas na conjuntura ou, ainda, novos incidentes no setor desencadeiam o acionamento dos meios de busca, no mais curto prazo possível, a fim de coletar novas informações, atribuindo-lhes novas tarefas informativas, baseadas em novas necessidades de conhecimentos, caracterizando, assim, outra função do analista *CCIRM*: o gerenciamento das necessidades de inteligência.

O GERENCIAMENTO DAS NECESSIDADES DE INTELIGÊNCIA

O gerenciamento das necessidades de inteligência (*Intelligence Requirements Management - IRM*) consiste no planejamento, na priorização e na revisão dessas necessidades, com base nas informações coletadas na fase de obtenção. Aliado à coordenação da obtenção, constitui a atividade *CCIRM* (UNITED STATES, 2014b; ESPAÑA, 2014).

Na medida em que a brigada espanhola já está desdobrada desde 2006 na *UNIFIL*, os contingentes subsequentes apenas realizam a revisão e a posterior priorização das NI, de acordo com a conjuntura do período. Como havia mudanças frequentes no ambiente operacional, a revisão das NI era realizada, normalmente, duas vezes no mês.

Para essa tarefa, a subseção de planejamento e CCIRM do G2 utilizou duas ferramentas que se mostraram bastante oportunas: a PMESII-PT (explicada a seguir), da doutrina norte-americana; e as expressões do poder nacional, utilizadas na doutrina brasileira, para os levantamentos estratégicos de área (LEA).

A ferramenta PMESII-PT consiste num acrônimo que congrega as seguintes variáveis operacionais: política, militar, econômica, social, informação, infraestrutura, ambiente físico e tempo (UNITED STATES, 2009). Em que pese esses fatores estarem mais relacionados ao nível operacional, eles foram bastante úteis para proporcionar um melhor entendimento do ambiente operativo do sul do Líbano, inclusive no nível tático.

Cumpre enfatizar que essa ferramenta foi absorvida pela doutrina brasileira e constitui parte do processo de planejamento e condução das operações terrestres (BRASIL, 2014). O Quadro 2 descreve os principais aspectos concernentes a cada uma das variáveis operacionais.

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
Política	Distribuição de responsabilidade e poder nos níveis de governo.
Militar	Capacidades militares e paramilitares de todos os atores relevantes (forças oponente, amiga e neutra) no espaço de batalha.
Econômica	Comportamento individual e coletivo quanto à obtenção, à distribuição e ao consumo de recursos financeiros.
Social	- Ambiente cultural, religioso e étnico encontrado no TO/A Op. - Crenças, valores, costumes e comportamento dos membros da sociedade.
Informação	- Natureza, amplitude, características e efeitos das organizações e indivíduos ligados às informações. - Sistemas de coleta, processamento, disseminação e emprego das informações.
Infraestrutura	Estruturas, serviços e instalações necessárias ao funcionamento da comunidade ou sociedade local.
Ambiente físico	Aspectos fisiográficos e a meteorologia na A Op.
Tempo	- Tempo e duração das operações, eventos e condições na A Op. - Percepção de tempo e de duração no ambiente operacional.

Quadro 2 - Variáveis operacionais

Definidas tais variáveis e considerada a conjuntura vivenciada no período, procedeu-se a uma tempestade de ideias buscando-se identificar quais as atuais necessidades de conhecimento afetas a cada variável operacional. A fim de tornar o estudo mais detalhado e completo, fez-se uso, adicionalmente, das expressões do Poder Nacional e seus respectivos fatores característicos.

Tal procedimento foi muito útil, pois aliou duas ferramentas analíticas bastante abrangentes. O Quadro 3 sintetiza os principais componentes das expressões do Poder Nacional, conforme a doutrina de segurança nacional da Escola Superior de Guerra (ESG) do Brasil:

PODER NACIONAL					
Fundamentos	Expressões				
	Política	Econômica	Psicossocial	Militar	C&T
Homem	Povo	Recursos	Pessoa	Recursos	Recursos humanos
Terra	Território	Recursos naturais	Ambiente	Território	Recursos naturais e materiais
Instituições	Instituições políticas	Instituições econômicas	Instituições sociais	Instituições militares	Instituições de C&T

Quadro 3 - Expressões do Poder Nacional segundo a ESG

Em seguida, compararam-se as informações extraídas desse estudo com as NI (tanto da brigada, quanto do escalão superior), até então em vigor, procedendo-se, assim, à atualização do repertório de conhecimentos necessários (RCN) da brigada.

Uma vez atualizado o RCN, passou-se à priorização das NI, buscando-se separar os elementos essenciais de inteligência (EEI) das outras necessidades de inteligência (ONI). Em linhas gerais, esse processo baseou-se na conjuntura do momento da revisão e naquelas necessidades mais críticas para o comandante da brigada. Em dezembro de 2018, por exemplo, as forças de defesa de Israel (IDF) deram início à Operação *Northern Shield*, que tinha por finalidade descobrir e neutralizar uma rede de túneis construída pelo *Hezbollah* na faixa de fronteira. Essa operação influenciou sobremaneira a definição das NI prioritárias durante os meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019 em toda a *UNIFIL* e, em consequência, em todo o Setor Leste.

Com o encerramento da operação e a formação do gabinete de governo libanês, no final de janeiro de 2019, houve uma mudança conjuntural expressiva, desencadeando um novo estudo de atualização das NI.

Ressalta-se que as atualizações do RCN, ao longo dos seis meses de operações no Sul do Líbano, foram motivadas tanto pelas mudanças no nível político e estratégico, quanto pelas informações táticas coletadas pelos meios de busca da brigada.

Exemplo disso foi a decisão das IDF de construir muros na região de *Misgav Am*/ *El Adeisse*, em 10 de janeiro de 2019, numa área de fronteira contestada pelo Líbano. Essa informação, coletada em tempo real pelas patrulhas terrestres do Setor Leste, permitiu às forças de paz se anteciparem à escalada de tensões na fronteira, evitando a eclosão de um novo conflito na área. Em poucos minutos, militares da *UNIFIL* se desdobraram no local, o que contribuiu de forma marcante para a redução das hostilidades.

Esse evento, pois, passou a ser um EEI no mês de janeiro e fevereiro de 2019 acarretando, mais uma vez, numa atualização do RCN. Essas mudanças frequentes nas NI geraram atualizações constantes também no plano de obtenção de conhecimentos da brigada.

Segundo a doutrina estadunidense, a atualização desse plano consiste nas seguintes etapas:

- manter as tarefas de aquisição de dados sincronizadas com as operações (materializada, no Setor Leste da *UNIFIL,* pela existência de um oficial de ligação do G2 no *Tactical Operations Center (TOC)* e pelas reuniões frequentes da subseção de planejamento/ *CCIRM* com o chefe da célula de operações futuras do G3 e, eventuais, com a seção de planejamento - G5);
- redirecionar sensores para outras NI, dentro do princípio da mescla de fontes; eliminar as NI já atendidas; e
- desenvolver e adicionar novas NI ao plano; atribuir novas tarefas informativas aos meios de busca, com base nas novas NI; e
- realizar a transição para a próxima fase da operação.

Essa reorientação do ciclo de inteligência, por meio da obtenção de dados, pode ser visualizada de maneira gráfica na Figura 4, a qual mostra a estreita relação entre a coordenação da obtenção, o gerenciamento das NI e o estudo de situação (UNITED STATES, 2014a).

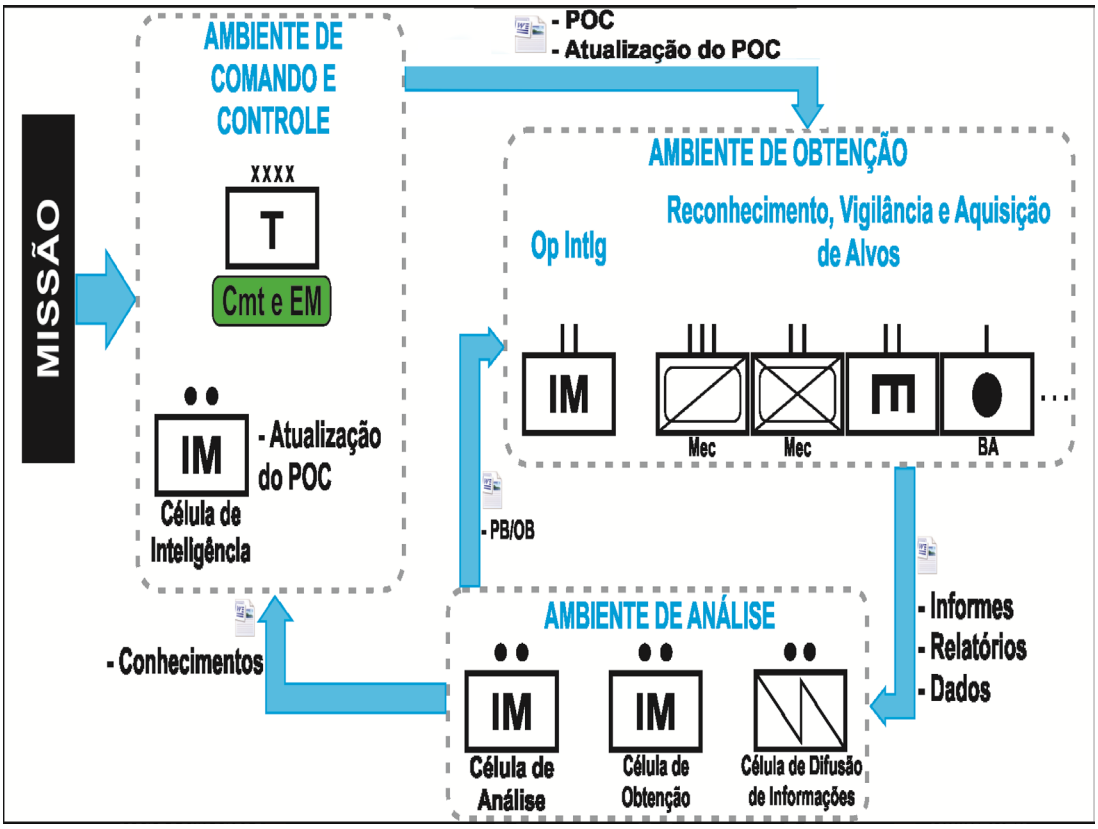


Figura 4 - Relação entre a coordenação da obtenção e o gerenciamento de inteligência



Observa-se, portanto, que essas tarefas permitem ao comandante e ao seu estado-maior manterem-se atualizados no que se refere ao ambiente operacional, pois se constituem em tarefas otimizadoras de realimentação e avaliação do ciclo de inteligência. No âmbito da Brigada do Setor Leste da *UNIFIL*, ficou evidente que a atividade *CCIRM*, quando estreitamente coordenada com o estudo de situação, converte-se em importante ferramenta de manutenção da consciência situacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coordenação da aquisição de informações e a gestão das necessidades de inteligência são, efetivamente, atividades fundamentais para o correto funcionamento do ciclo de inteligência. Por meio delas, aproveitam-se melhor as capacidades dos meios de obtenção. Além disso, essas tarefas materializam o conceito de *intelligence-led operations*, pois NI bem gerenciadas e definidas irão orientar adequadamente as operações.

Em resumo, a atividade *CCIRM* contribui de forma significativa para o desencadeamento das etapas do ciclo de inteligência. Na fase de orientação, a contribuição se observa no sentido de se atualizar oportunamente as NI, enquanto que, na fase de elaboração, os produtos finais passam a responder de forma mais coerente a essas necessidades, alinhando-se melhor à conjuntura. Já na fase de obtenção, os meios de aquisição de dados são mais bem empregados, dentro de suas possibilidades e limitações, direcionados para aquelas tarefas em que mais possam contribuir para a coleta de informações.

Dessa forma, pode-se concluir que a estrutura da segunda seção da Brigada do Setor Leste da *UNIFIL* apresenta-se como uma opção viável a ser adotada pelo Exército Brasileiro, em qualquer espectro das operações militares - da guerra à não guerra - uma vez que a doutrina de inteligência militar terrestre do Brasil é muito semelhante àquelas utilizadas pela OTAN e pela ONU. A divisão de tarefas entre as três subseções (planejamento/*CCIRM*, análise e contrainteligência/segurança) mostrou-se bastante eficaz. Cabe ressaltar, contudo, que a subseção de análise seria constituída por quantos analistas/especialistas fossem necessários a uma determinada operação. Uma operação de GLO, por exemplo, poderia contar com um analista jurídico especialista nessa área ou, ainda, com um analista criminal, especialista em lavagem de dinheiro. No caso específico da Brigada *SECEAST*, essa subseção contava com três analistas das seguintes áreas: política (acompanhava a conjuntura política dos dois contendores e da região), militar (acompanhava o desdobramento das forças dos contendores na faixa de fronteira) e ameaças/incidentes (acompanhava atividades de ameaças não estatais e o andamento dos incidentes na A Op).

Observa-se, também, que é fundamental que haja um vínculo da célula de planejamento/*CCIRM* do G2 com a célula de operações futuras do G3 (*G3 Future Ops*) e com a seção de planejamento (G5), alinhando-se, dessa maneira, com o conceito adotado pela ONU (*Intelligence drives operations*) e mantendo-se o ciclo de inteligência coordenado com o processo de planejamento e condução das operações terrestres.

Outra constatação importante é que o analista de obtenção (ou analista *CCIRM*) deve conhecer as capacidades dos meios de busca à sua disposição, para saber bem empregá-los. Ademais, é conveniente que esse militar entenda de identificação de materiais de emprego militar, sobretudo daqueles que são comuns na área de operações. No caso da *UNIFIL*, isso facilitou o trabalho de análise dos relatórios recebidos e permitiu a atualização das ordens de batalha dos contendores, com base, principalmente, nos materiais desdobrados no terreno e nas flâmulas e distintivos das unidades.

Por fim, é lícito afirmar que a existência de um elemento integrador de fontes na segunda seção da Brigada *SECEAST*, que coordene a busca de informações e gerencie as NI, é bastante oportuno, pelos impactos positivos no funcionamento do ciclo de inteligência e no planejamento e condução das operações. De fato, essa figura contribui sobremaneira para que a força militar se antecipe aos fatos e, ainda, identifique e se contraponha às ameaças existentes no ambiente operacional, facilitando, assim, o cumprimento da missão da Inteligência Militar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **EB20-MC-10.207:** inteligência. 1. ed. Brasília, DF, 2015.

_____. Exército. Estado-Maior. **EB20-MC-10.211**: processo de planejamento e condução das operações terrestres. 1. ed. Brasília, DF, 2014.

CEPIK, Marco; KUELE, Giovana. Inteligência em operações de paz da ONU: déficit estratégico, reformas institucionais e desafios operacionais. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, 2016, p. 963-993.

DORN, A. Walter; BELL, David J. H. Intelligence and peacekeeping: the UN operation in the Congo, 1960-64. *In:* JONG, B; PLATJE, W.; STEELE, R.D (Ed). **Peacekeeping intelligence:** emerging concepts for the future, 2003.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Manual Básico:** elementos fundamentais. v. 1. Rio de Janeiro, 2009.

ESPAÑA. Ejército de Tierra. **Mando de Adiestramiento y Doctrina. PD3-308:** inteligencia. Granada, 2014.

KEPPEN, Frank van. Strategic intelligence and the United Nations. *In:* JONG, B; PLATJE, W.; STEELE, R.D (Ed). **Peacekeeping intelligence:** emerging concepts for the future, 2003.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1701 (2006)**: Adopted by the Security Council at its 551th meeting, on 11 August 2006.

_____. Department of Peacekeeping Operations and Department of Field Support. **United Nations peacekeeping operations:** principles and guidelines. New York, 18 jan. 2008.

_____. Department of Peacekeeping Operations and Department of Field Support. **Peacekeeping intelligence:** policy. New York, 2 may. 2017.

UNITED STATES. Department of the Army and United States Marine Corps. **FM 2-01.3/MCRP 2-3A:** intelligence preparation of the battlefield/battlespace. Washington, DC, 2009.

_____. Department of the Army. **FM 3-55:** information collection. Washington, DC, 2012.

_____. Department of the Army. **ATP 2-01:** plan requirements and assess collection. Washington, DC, 2014a.

_____. Department of the Army. **FM 2-0:** intelligence operations. Washington, DC, 2014b.

NOTAS

[1] *United Nations High Commissioner for Refugees, United Nations Development Program* e *United Nations Children's Emergency Fund*, respectivamente.

[2] A doutrina Organização das Nações Uinidas também é conhecida como doutrina *Capstone*.

[3] Coordenação civil-militar (*Civil military coordination*).

[4] A redundância envolve o uso de sensores pertencentes à mesma disciplina de inteligência, sobre um mesmo alvo. A aplicação desse princípio aumenta a precisão da localização geográfica do alvo, por exemplo, além de permitir a confirmação da informação por mais de uma fonte. É muito empregada para confirmação de alvos altamente compensadores - AAC (UNITED STATES, 2014a).

[5] Mescla de fontes é a combinação de sensores de diferentes disciplinas de inteligência, o que aumenta as possiblidades de obtenção, por meio da complementaridade, e reduz o risco de uma ação de desinformação bem-sucedida por parte do alvo (UNITED STATES, 2014a).

REGIMENTO SOLON RIBEIRO: A MODERNIDADE DA CAVALARIA MECANIZADA ADVINDA DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO

Major Odilson de Mello Benzi

O Major de Cavalaria Benzi é analista da Divisão de Lições Aprendidas do Centro de Doutrina do Exército. Foi declarado aspirante a oficial, em 2001, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2011. Possui especialização em observação aérea, reconhecimento, busca e salvamento (SAR), bem como nas viaturas Cascavel, Leopard, Urutu e Guarani. Foi instrutor do Centro de Instrução de Blindados. Comandou tropas mecanizadas nos 1º, 5º, 11° e 17° Regimentos de Cavalaria Mecanizados (R C Mec), sediados em Itaqui-RS, Quaraí-RS, Ponta Porã-MS e Amambai-MS. Foi o Oficial de Operações do 17º RC Mec durante a implementação e consolidação do SISFRON. Participou da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (odilsonbenzi@hotmail.com).



A 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (4ª Bda C Mec), conhecida também pela denominação histórica de Brigada Guaicurus, é uma das brigadas da Força de Emprego Estratégico do Exército Brasileiro. Sediada em Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul, possui três regimentos de cavalaria mecanizados e um regimento de cavalaria blindado. Os regimentos mecanizados situam-se ao longo da fronteira com a República do Paraguai, nas cidades de Bela Vista, Ponta Porã e Amambai. O regimento blindado aprofunda o dispositivo em Campo Grande, capital do Estado. Essa grande unidade é diretamente subordinada ao Comando Militar do Oeste (CMO), também sediado em Campo Grande-MS.

O 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado (17º RC Mec), Regimento Solon Ribeiro, está sediado no município de Amambai-MS, sendo um dos regimentos pertencentes à 4ª Bda C Mec. Essa unidade destaca-se por constantes atuações em operações de controle e proteção das fronteiras na faixa sul do território sul-mato-grossense, estando inserida em dois importantes Programas Estratégicos do Exército (PEE): o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) e o GUARANI.

O regimento possui, fora de sua sede:

- um pelotão de cavalaria mecanizado, destacado na cidade de Iguatemi-MS;
- um pelotão de cavalaria mecanizado, destacado na cidade de Mundo Novo-MS;
- uma base de operações de pelotão, ocupada eventualmente, na cidade de Coronel Sapucaia-MS; e
- uma base de operações de pelotão, ocupada eventualmente, na cidade de Paranhos-MS.

O PEE SISFRON é um sistema de sensoriamento e de apoio à decisão baseado no trinômio: sensores, decisores e atuadores. Seus modernos subsistemas possibilitam à 4ª Bda C Mec operar em um ambiente de alta complexidade tecnológica, atendendo às demandas de consciência situacional em tempo real. Seu emprego atende ao conceito de operações no amplo espectro, ou seja, permite o emprego em defesa externa e em operações de cooperação e coordenação com agências. Nesse contexto, o 17º RC Mec foi selecionado para ser o "regimento piloto" do SISFRON, sendo a única organização militar (OM) a possuir três subunidades completas com meios do referido programa estratégico.

O PEE GUARANI tem por objetivo mecanizar algumas das brigadas de infantaria motorizada (Bda Inf Mtz), transformando-as

em brigadas de infantaria mecanizada (Bda Inf Mec), bem como modernizar as Bda C Mec. Para tanto, está em desenvolvimento uma nova família de blindados sobre rodas (NFBR). Atualmente, todas as antigas VBTP EE-11 Urutu do 17º RC Mec foram substituídas pelas modernas VBTP-MSR, 6x6, Guarani.

Os dois programas estratégicos trouxeram consideráveis modificações para o regimento, equipando-o com instalações e meios tecnológicos modernos, similares e, em muitas vezes, até superiores aos utilizados por exércitos que estiveram recentemente em combate:

- centros de operações;
- sistemas de comando e controle (C²);
- sistemas de apoio à decisão;
- meios de inteligência, reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos (IRVA);
- equipamentos individuais; e
- modernas plataformas blindadas, dentre outros.

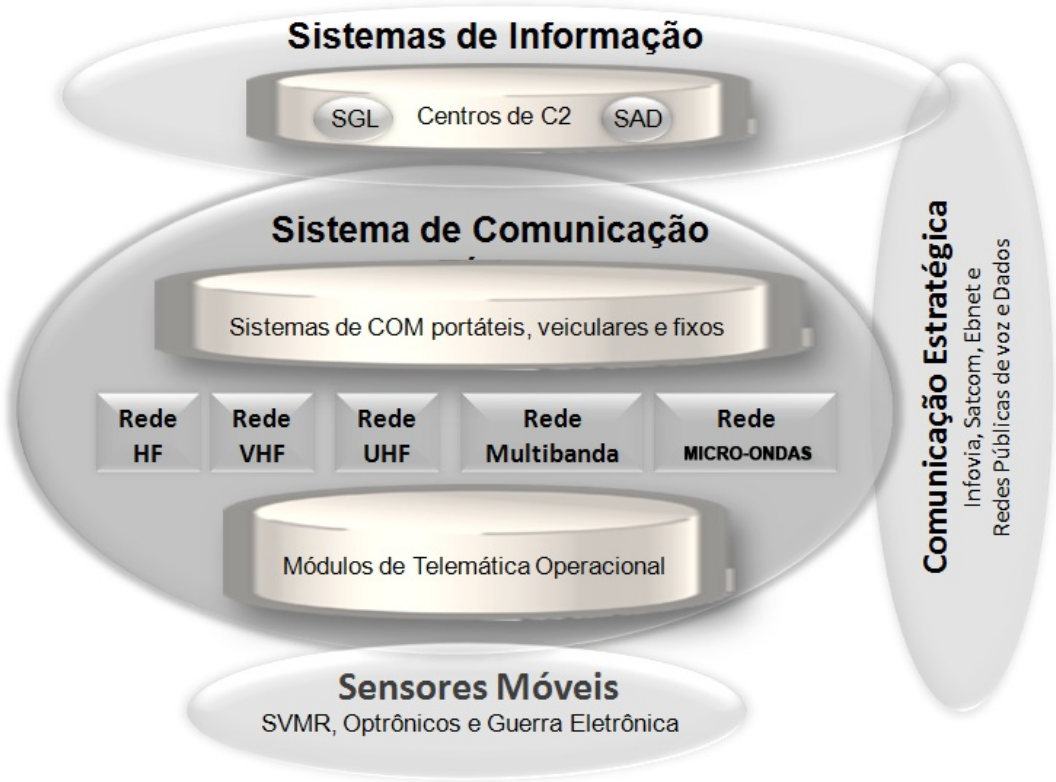


Figura 1 - Arquitetura Geral da interligação do subsistema de comunicações táticas (Fonte - Caderno de treinamento de integração do subsistema Com Tat/SISFRON)

OS NOVOS MEIOS DO SISFRON

Dentre os vários subsistemas existentes no SISFRON, podemos destacar o subsistema de Comunicações Táticas (Com Tat), que tem como objetivo fornecer comunicações entre as peças de manobra da brigada. O subsistema Com Tat, com seus meios de elevada mobilidade e flexibilidade, faz a ligação entre o Sistema de Apoio à Decisão (SAD), os sensores e outros subsistemas do SISFRON. A arquitetura geral da interligação do subsistema Com Tat com outros subsistemas do SISFRON é mostrada na Figura 1.

Os três esquadrões de cavalaria mecanizados (Esqd C Mec) integrantes do regimento foram modernizados com novos equipamentos individuais e de proteção, melhorias nas viaturas e uma reestruturação no sistema de comunicações. Com isso, boa parte dos militares passaram a ser dotados de rádios portáteis do tipo *Harris SPR* (*Secure Personal Radio*), processadores de vídeo *TVP* (*Tactical Video Processor*) e minicâmeras de capacete, transmitindo, assim, voz e dados, inclusive imagens. Possuem, ainda, monóculos de visão noturna *LORIS*, binóculos termais *CORAL-CR*, óculos de proteção, coletes balísticos, joelheiras, perneiras, cotoveleiras e detectores de metal, dentre outros equipamentos.

As seções de comando (Seç Cmdo) dos Esqd C Mec passaram a possuir, além de sua constituição básica, uma nova estrutura de comunicações que permite que as informações sejam recebidas dos pelotões, por meio da rede do esquadrão

e repassadas, em tempo real, do Cmdo do Esqd para o estado-maior do regimento, por meio das redes *ANW2* e *HF*. Essa estrutura é formada por viaturas especiais de comando e controle.

No grupo de comando da subunidade (SU), existe uma viatura, módulo JULIET ALFA, própria para o Cmt SU, com rádios multibanda possuidores de salto de frequência, criptografia, transmissão de imagens, dados e voz, além de rádios *HF,* que permitem a comunicação com o escalão superior a longas distâncias. Nas turmas de comunicações do grupo de pessoal, há duas novas viaturas: módulo HOTEL (módulo de telemática operacional - MTO) e Shelter BRAVO (repetidora), que liga o MTO dos esquadrões com o do regimento.


Figura 2 – Viatura tática leve, de reconhecimento, Módulo LIMA ALFA, do 17º RC Mec

Nos pelotões de cavalaria mecanizados (Pel C Mec), as viaturas táticas leves de reconhecimento (VTL Rec) receberam os seguintes módulos:

- LIMA ALFA, viatura do Cmt Pel (Figura 2);
- LIMA BRAVO, viatura do comandante do grupo de exploradores (G Exp); e
- LIMA, demais VTL Rec do G Exp.

As VTL Rec módulo LIMA BRAVO são dotadas de rádios *V/UHF* para a conexão com a rede do pelotão, e de um rádio *UHF* veicular para a conexão com a rede de voz e dados do grupo de exploradores. Possuem, ainda, um laptop robustecido. As VTL Rec módulo LIMA são dotadas de apenas um rádio UHF veicular para se comunic ar na rede de voz e dados do grupo de exploradores (G Exp).

O operador do *software* poderá enviar um *stream* de vídeo para o escalão superior, encaminhando para o módulo LIMA ALFA.

Os G Exp são dotados de um meio de IRVA, que permite o monitoramento diuturno do campo de batalha. O binóculo termal *CORAL–CR* possui telemetria laser, posicionamento por GPS e capacidade de capturar imagens. Essas características propiciam ao Pel C Mec as condições necessárias para cumprir sua missão precípua de reconhecimento, com as premissas de "ver primeiro, entender primeiro e agir primeiro".

Além das peças de manobra do regimento, as frações do esquadrão de comando e apoio (Esqd C Ap) também foram modernizadas.

O pelotão de comando passou a contar com um centro de operações (C Op) fixo (Figura 3), além de um posto de comando principal móvel (PCP Mv), composto por um caminhão com *shelter* chamado de CC2 Mv. Também foi ativada a sua seção de vigilância terrestre (SVT), equipada com um sistema de vigilância, monitoramento e reconhecimento (SVMR) fixo, dois SVMR móveis e um SVMR transportável.

Os sistemas possuem inovadores radares e câmeras, desenvolvidos com tecnologia nacional.



Figura 3 – Centro de Operações Fixo do 17º RC Mec

O pelotão de comunicações recebeu uma viatura módulo DELTA e outra módulo KILO, que formam redes *VHF* estanques, não integradas ao restante do subsistema. Esses módulos trocam dados entre si, apenas para comunicação interna do pelotão. O único ponto de acesso possível para redes *VHF* é por meio do MTO U – módulo GOLF, do regimento.

O subsistema de comunicações táticas se integra ao subsistema de comunicações estratégicas por meio de um rádio de micro-ondas *HCLOS*. Um rádio *HCLOS* foi instalado em uma torre da concessionária Infovia, localizada na área de responsabilidade do regimento (ARP Alfa), para prover o acesso ao restante do subsistema, por meio do MTO U (módulo GOLF), que também possui o subsistema *HCLOS*.

O sistema é acessado também pelo COp fixo, uma vez que a Concessionária Infovia possibilita a comunicação entre os COp fixo e o CC2 móvel, por meio do MTO U. Assim, o sistema pode ser configurado e monitorado a distância, por meio da interface *web* no COp fixo.

OS NOVOS MEIOS DO PROGRAMA GUARANI

No ano de 2014, o regimento começou a receber suas VBTP-MSR, 6x6 Guarani, que substituíram as antigas VBTP Urutu dos grupos de pessoal, das seções de comando, grupos de combate e peças de apoio dos pelotões. As novas VBTP-MSR são empregadas em todas as atividades operacionais e de instrução, mostrando-se bastante superiores às antigas VBTP Urutu.

Dentre as inovações que as novas VBTP-MSR possuem, destaca-se o sistema de armas remotamente controlado, com reparo automatizado de metralhadora "X" (SARC REMAX), que possui diversos recursos. Esse sistema permite que o atirador da VBTP-MSR opere sua metralhadora remotamente, por meio de manetes instalados no interior da viatura, aumentando assim sua segurança. O reparo é estabilizado, permitindo o tiro em movimento contra alvos parados ou também em movimento, com alta expectativa de impacto. Possui telemetria laser, para determinar a distância do alvo. Possui, também, câmera termal, para realizar a observação do setor de tiro, diurno ou noturno, podendo detectar, identificar e reconhecer alvos a distâncias que chegam a 8.000 m. As novas VBTP-MSR são dotadas de um gerenciador de campo de batalha (GCB) para maximizar a consciência situacional do comandante de carro, além de um moderno sistema de intercomunicadores.

O PREPARO DA TROPA

Adaptações no preparo foram necessárias a fim de conduzir a formação, a qualificação e o adestramento da tropa.

Os militares foram redistribuídos nas frações de maneira a constituír dois Esqd C Mec de militares profissionais e um Esqd C Mec de recrutas, que funciona como um núcleo de formação de reservistas (NFR) e seção de instrução de blindados (SIBld).

O NFR é tratado como uma escola. Essa subunidade é composta por pelotões de recrutas. Cada pelotão possui um tenente comandante e quatro sargentos comandantes de grupos. Cada grupo possui dois cabos comandantes de esquadra. Com essa estrutura, o recruta pode ser observado em tempo integral.

Ao término do período básico, com base na previsão de claros no quadro de cargos previstos (QCP), os recrutas são ordenados em uma classificação baseada em grau escolar e conceitos vertical e lateral. Os militares escolhem a sua qualificação militar, desde que compatível com o seu padrão de incorporação. Foi verificado que a adoção desses procedimentos maximizou o empenho do soldado recruta aos estudos. Pois foi criada uma "mística" de ser um futuro militar profissional e poder integrar os esquadrões operacionais.

A utilização dos modernos equipamentos advindos dos Programas Estratégicos do Exército SISFRON e Guarani, associada a uma doutrina já consolidada há mais de 40 anos, causou impacto direto no sucesso das operações na faixa de fronteira da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, Brigada Guaicurus.

A SIBld é chefiada pelo oficial de operações, diretamente apoiado pelo comandante do Esqd NFR/SIBld. A seção é composta pelos quadros que realizaram cursos de especialização no Centro de Instrução de Blindados (CIBld), sediado na cidade de Santa Maria-RS.

A SIBld tem os seguintes objetivos:

- multiplicar o conhecimento técnico e tático das frações elementares da cavalaria mecanizada e das frações, seções e grupos especiais do RC Mec;
- manter atualizado o conhecimento sobre produtos de defesa;
- constituir a ligação técnica entre o regimento e o CIBld, por meio do sítio eletrônico desse estabelecimento de ensino;
- centralizar pessoal, meios auxiliares de instrução (MAI) e técnicas de instrução, visando aumentar a qualidade das instruções que exijam maiores especialidades;
- padronizar procedimentos técnicos e táticos sobre o emprego dos produtos de defesa do regimento; e
- fornecer a certificação dos Pel C Mec.

Suas instalações são integradas por uma sala de simuladores virtuais táticos, sala dos instrutores, sala multiuso e estande de tiro reduzido.

Os dois Esqd operacionais vivem uma rotina de adestramento, operações e arejamento, adotando planilhas de qualificações operacionais, à semelhança da aviação do Exército, assim como, validade de qualificação. No modelo antigo, uma vez qualificado, o militar não necessitaria relembrar as instruções ou a operação de algum material.

No atual modelo adotado, o militar necessita atualizar periodicamente a sua qualificação, a exemplo dos motoristas de viaturas blindadas, que devem se requalificar anualmente, ou dos exploradores, que devem se requalificar com a operação de binóculo termal bimensalmente. Caso reprovado na requalificação, o militar perde a antiga qualificação adquirida e necessita realizá-la novamente no NFR.

No ano de 2017, o então Centro de Avaliação e Adestramento do Exército (CAAdEx), hoje Centro de Adestramento - Leste (CA-Leste), realizou um exercício de adestramento das subunidades operacionais do regimento. Em um contexto



Figura 4 – Treinamento de tiro real de pelotão

de operação de reconhecimento, inclusive com combate urbano, os Esqd operacionais ultrapassaram índices de sobrevivência de 90%, havendo, inclusive, pelotões que não sofreram baixas. Esse fato demonstra que as táticas, técnicas e procedimentos (TTP) utilizadas para as operações de reconhecimento e segurança, somadas aos novos meios de dotação advindos dos PEE, maximizam o emprego da cavalaria mecanizada, possibilitando que a tropa de reconhecimento possa "ver primeiro, entender primeiro e agir primeiro", muitas vezes sem a força oponente identificar de onde estava sendo engajada e eliminada.

O EMPREGO DA TROPA

Foi ativada, no âmbito do CMO, a "Operação Carcará", de caráter permanente, que tem por objetivo contribuir com os órgãos de segurança pública e fiscalização (OSPF), atuando em operações de faixa de fronteira, na área de responsabilidade do CMO, tendo como estado final desejado:

- a melhoria do controle das fronteiras brasileiras na Região Centro-Oeste do País;
- o aumento da dissuasão ao cometimento de crimes transfronteiriços pelas organizações criminosas internacionais (ORCRIM) que operam no Brasil; e
- a ampliação da sensação de segurança da população brasileira (Figura 5).

Para conseguir atuar de maneira eficiente, o regimento empregou, sistematicamente, os seus meios para o controle de ilícitos transfronteiriços nos 294 km de fronteira seca existente em sua área de responsabilidade, em um contexto de operações em ambiente interagências. A utilização de cães farejadores se mostrou muito eficiente, e o regimento possui uma seção de cães de guerra para essa finalidade.



Figura 5 – Grupo de Exploradores em *Checkpoint*

No ano de 2017, foram apreendidas várias toneladas de itens contrabandeados, destacando-se cerca de 4 milhões de maços de cigarro, centenas de quilos de agrotóxicos, pneus, elevada quantidade de entorpecentes, dentre outros. Diuturnamente, nas cidades de Iguatemi e Mundo Novo, existem frações do 17º RC Mec atuando no contexto dessa operação.

Em paralelo à Operação Carcará, ocorre a Operação Ágata, na qual, além dos meios já empregados nas cidades de Iguatemi e Mundo Novo, é empregado todo o efetivo do regimento, atuando nas cidades de Amambai, Coronel Sapucaia, Paranhos e Sete Quedas. Dentre as atividades, citamos ações cívico-sociais, *checkpoints*, posto de bloqueio e controle de estrada (PBCE), patrulhas mecanizadas e, até, patrulhas hipomóveis, em regiões de difícil acesso.

O LEGADO PARA A DOUTRINA

Inicialmente, pensou-se em desenvolver uma nova forma de atuar no contexto das operações na faixa de fronteira. Basicamente, foram formados pelotões provisórios, sem utilizar viaturas blindadas, estabelecendo, estrategicamente, vários PBCE nas principais vias e nas "cabriteiras" (rotas de desvio do tráfico). Foi verificado que esse *modus operandi* não era o ideal, pois, assim que os PBCE eram ativados, diminuía o fluxo de veículos que passavam pelo posto, uma vez que a agilidade da troca de informações nas redes e aplicativos sociais denunciava os referidos postos. Após identificar e analisar essa dificuldade, foi percebido e posteriormente comprovado que as TTP utilizadas para as operações de reconhecimento e segurança seriam mais eficazes. Dessa forma, o regimento voltou a utilizar a composição real dos pelotões e os materiais orgânicos dessas frações.

É importante destacar que, normalmente, as operações são interagências, contando com a participação de órgãos federais, estaduais e municipais.

Com esse novo *modus operandi*, o regimento voltou a ter integridade tática de pessoal e material no âmbito dos pelotões, uma vez que não houve mais a necessidade de se formar pelotões provisórios. Assim, ocorreu um aumento no espírito de corpo das frações e até uma maximização do controle de desgaste dos materiais, além de simplificar o preparo da tropa, pois as TTP deixaram de

ser uma para as operações de defesa externa e outra para as operações na faixa de fronteira. Dessa forma, foram estabelecidas TTP duais, englobando ambas as operações, mudando apenas as regras de engajamento. Os meios advindos dos PEE possibilitaram, também, a volta da utilização de meios blindados nas operações de faixa de fronteira, uma vez que a confiabilidade dos novos Guaranis supera sobremaneira a dos antigos Urutus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seleção do 17º RC Mec para ser o "regimento piloto" dos PEE SISFRON e GUARANI, no âmbito da Brigada Guaicurus, possibilitou o recebimento de meios modernos e a implementação de aprimoramentos que se mostraram necessários para o preparo e o emprego da tropa. Ademais, contribuiu para a evolução da doutrina, com destaque para as operações no amplo espectro.

No que se refere aos novos meios de transmissão, foram ampliadas as capacidades de operação em ambiente de alta complexidade tecnológica, de forma a atender às servidões da consciência situacional em tempo real. Além disso, o regimento passou a operar sistemas coletivos modernos e empregar militares equipados com materiais adequados.

Quanto ao preparo e emprego de tropa, um olhar diferenciado no ensino foi materializado no implemento da SIBld, que trouxe elevado acréscimo na capacitação da tropa mecanizada.

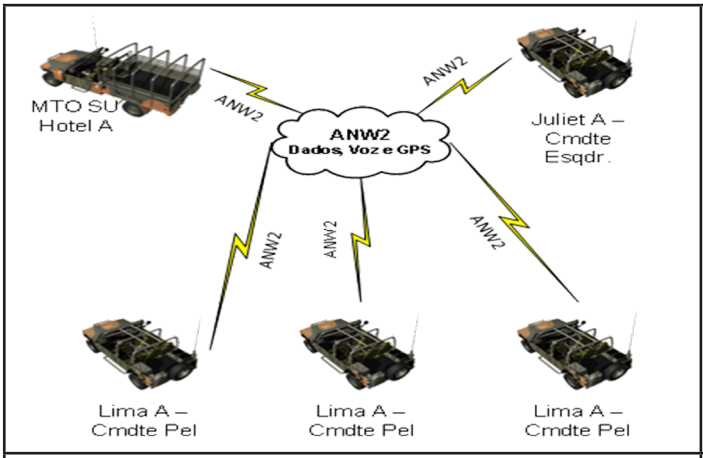
No que se refere à obtenção e manutenção dos padrões alcançados pelos combatentes, as providências adotadas resultaram no tratamento diferenciado para os militares profissionais em grupamentos separados dos recrutas, planejando a evolução destes últimos e a manutenção do padrão dos profissionais antigos.

Finalmente, a experiência obtida pelo 17º RC Mec, hoje implementada pelas demais unidades da 4ª Bda C Mec, com a utilização dos modernos equipamentos advindos dos Programas Estratégicos do Exército SISFRON e GUARANI, associada a uma doutrina já consolidada há mais de 40 anos, causou impacto direto no sucesso das operações na faixa de fronteira da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, Brigada Guaicurus.

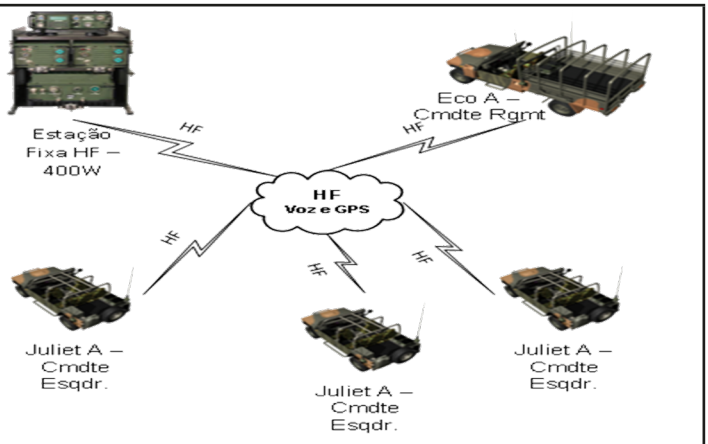
REFERÊNCIAS

BRASIL. **Caderno de treinamento de integração do subsistema Com Tat/SISFRON.** Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.17rcmec.eb.mil.br/. Acesso em: 02 Abr 19, às 1345.

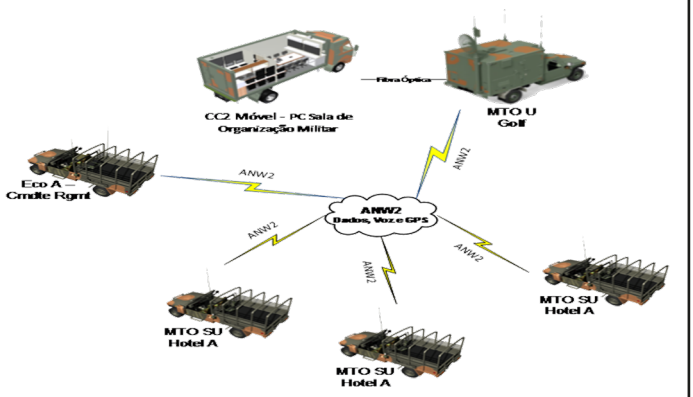
Sistemas de redes em uso no Exército Brasileiro



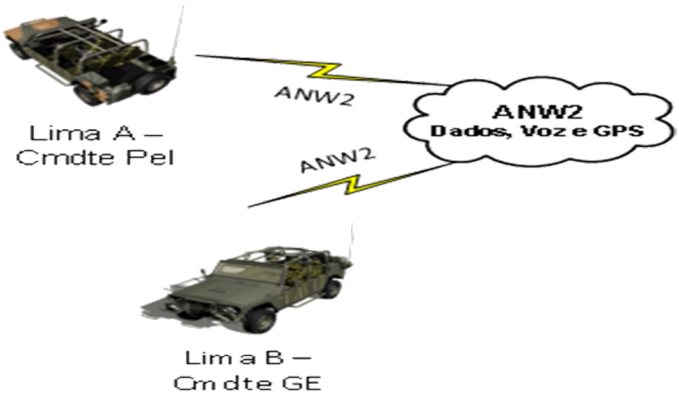
Rede do esquadrão



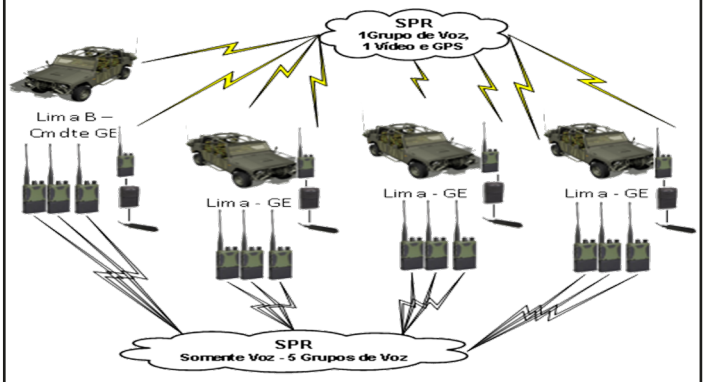
Rede ANW2 do regimento



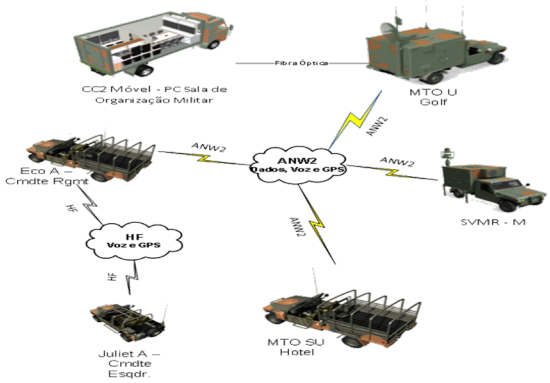
Rede *HF* do regimento



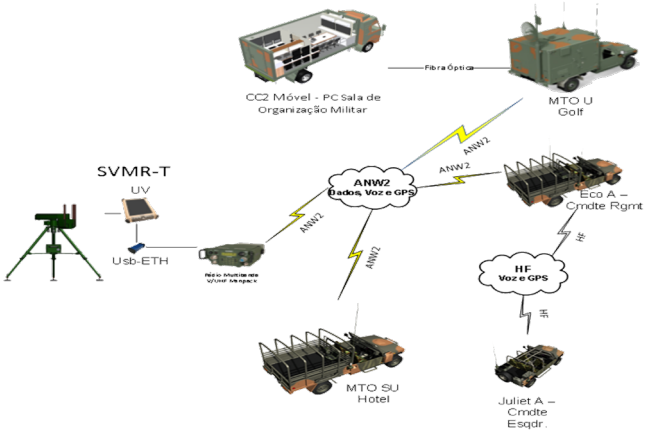
Rede do pelotão



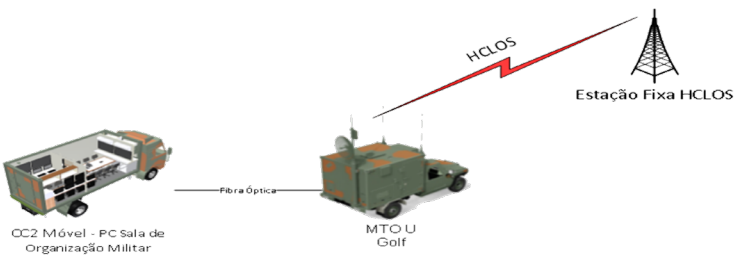
Estrutura do grupo de exploradores



Emprego do SVMR-M na rede do esquadrão



Emprego do SVMR-T na rede do esquadrão



Conexão entre um MTO e uma estação fixa *HCLOS*

ACEITE O DESAFIO DE ESCREVER!

Ações subsidiárias e missões de paz.
Sistemas de armas e equipamentos.
Inteligência e comando e controle.
Forças militares estrangeiras.
Manobra, Fogos e Logística.
Administração e Liderança.
História militar e tática.
Organização e doutrina.
Política e estratégia.
Outros assuntos.



Use uma linguagem clara, precisa, concisa, direta e na voz ativa.
Peça para outras pessoas lerem e revisarem o seu trabalho.

Conteste e discorde!

Colabore com o desenvolvimento doutrinário.
A Doutrina do Exército precisa da sua opinião!

Para obter mais informações, entre em contato com a equipe editorial.
E-mail: dmtrevista@coter.eb.mil.br ou portal.cdoutex@gmail.com
Telefones: (61) 3415-5014 e (61) 3415-4849
RITEX: 860-5014 ou 860-4849



https://sadla.coter.eb.mil.br

sadla@coter.eb.mil.br

(61) 3415-4521 ou 860-4521